

Relatório e Contas¹⁹⁹⁹





6	MENSAGEM DO PRESIDENTE
8	EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES
9	GRUPO EDP
10	ORGANIGRAMA
11	ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP
15	RELATÓRIO DE GESTÃO
16	Enquadramento Macroeconómico e Energético
25	Organização e Regulação do Sector Eléctrico
30	Actividade do Grupo EDP em 1999
30	Reorganização das Participações e Criação de Novas Empresas
32	Actividade de Produção
34	Actividade de Transporte
36	Actividade de Distribuição
39	Internacionalização
43	Diversificação
49	Recursos Humanos
53	Outras Actividades
62	Investimento
62	Investimentos Correntes
64	Investimentos em Diversificação e Internacionalização
66	Comportamento no Mercado de Capitais
67	Ano 2000 e Euro
69	Evolução Económica e Financeira
76	Factos Posteriores e Perspectivas para 2000
76	Factos Relevantes Após o Termo do Exercício
77	Perspectivas para 2000
80	Referências Finais
82	Anexos
85	Síntese de Elementos das Empresas do Grupo EDP





97	DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS
98	Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 1999
100	Demonstração Consolidada de Resultados
102	Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999
145	Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa



147	DOCUMENTOS DE APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO
148	Certificação Legal de Contas Consolidadas
150	Relatório de Fiscalização das Contas Consolidadas (Referente a 1999)
152	Relatório e Parecer do Fiscal Único (Contas Consolidadas)
154	Relatório de Auditoria
155	Relatório do Auditor Externo
157	Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas
158	Dispensa de Publicação das Contas Individuais



161	ANEXO ESTATÍSTICO
162	Principais Elementos Estatísticos
163	Financiamentos
164	Combustíveis e Aquisição de Energia Eléctrica
165	Balanço Energético
166	Consumo de Electricidade Segundo os Destinos (Consumos Finais)
167	Rede de Distribuição



Mensagem do Presidente

Estimados Accionistas

É com orgulho e confiança que Vos apresento os resultados alcançados no exercício de 1999. Um período marcante para o sucesso do Grupo EDP: consolidou-se a sua posição e diversificaram-se as áreas de negócio. O Grupo EDP tem hoje uma vocação muito para além das fronteiras do sector eléctrico nacional.

Merece destaque o desenvolvimento de diferentes competências na prestação de serviços aos Clientes e a conquista de posições significativas nos mercados das telecomunicações e da energia em geral.

O esforço desenvolvido em 1999 permitiu obter, com êxito, um resultado semelhante ao do exercício anterior, possibilitando a proposta de um dividendo de 140\$00 por acção. Este resultado foi obtido apesar das dificuldades sentidas no sector eléctrico nacional por via da redução tarifária decidida para o ano de 1999 e do aumento dos custos de aquisição de energia e, na vertente internacional, do impacto da desvalorização do Real.

A determinação com que o Grupo EDP enfrenta os desafios permitiu

intensificar a política de redução de custos e ajustamento de efectivos.

Continuando o esforço desenvolvido para responder ao desafio da liberalização do mercado interno da electricidade, prosseguiu a reestruturação empresarial, em que se inclui a reorganização das actividades reguladas, e procedeu-se à fusão das quatro empresas distribuidoras numa única empresa, a EDP Distribuição.

A EDP preparou-se, atempadamente, para a crescente liberalização das telecomunicações e concretizou os objectivos programados, ao reforçar a participação na área das telecomunicações e ao obter a licença de operação de telefonia fixa – a ONI iniciou, em pleno, a sua actividade a 1 de Janeiro de 2000.

As telecomunicações, consideradas como segundo *core business* do Grupo EDP, constituem uma área decisiva para o crescimento do valor dos activos e dos negócios da EDP e são a base da afirmação do Grupo EDP na chamada nova economia.

A EDP reforçou, também, a sua posição no sector do gás e entrou no sector da distribuição de água. A





criação da EDP Águas e a negociação de uma parceria internacional, que já permitiu vencer uma concessão no Chile, são disto um claro exemplo.

Pedra fundamental no desenvolvimento do mercado nacional de electricidade, o Grupo EDP é hoje, sem margem para dúvida, um expoente no esforço de internacionalização da economia portuguesa.

A expansão do negócio internacional passou por novos e importantes investimentos no mercado brasileiro, onde a EDP participa já num conjunto de empresas que supera, em número de Clientes, o mercado nacional. Acrescente-se o reforço da posição na CEM – Companhia de Electricidade de Macau, com a EDP posicionada como a maior accionista individual.

Destaco, ainda, o reconhecido êxito na solução do problema informático do ano 2000, facto que reafirma a competência tecnológica e informática das empresas do Grupo EDP.

Sinto, assim, reforçada a confiança e a capacidade do Grupo EDP em aproveitar as oportunidades de

crescimento consistente e de criação de valor.

Sempre numa perspectiva de futuro, assegurando a satisfação das necessidades dos nossos Clientes, proporcionando um ambiente de realização profissional aos nossos colaboradores e prosseguindo a defesa dos interesses dos nossos Accionistas.

Mário Cristina de Sousa
Presidente



Evolução dos Principais Indicadores

Dados-chave consolidados	1999	1998	Var. 98/99
Dados Económico-financeiros (milhões de escudos)			
Volume de Negócios	615.883	603.476	2,1%
Resultados Operacionais	181.702	212.686	-14,6%
Resultados Líquidos	103.035	104.809	-1,7%
Cash-flow antes do Investimento ⁽¹⁾	234.082	231.516	1,1%
Valor Acrescentado Bruto	432.460	454.379	-4,8%
Investimento a Custos Totais	125.738	81.786	53,7%
Activo Líquido	2.748.522	2.485.155	10,6%
Capitais Próprios	1.214.897	1.228.415	-1,1%
Passivo Total	1.533.624	1.256.740	22,0%
Passivo Financeiro	875.837	695.799	25,9%
Capitalização Bolsista	2.084.612	2.255.400	-7,6%
Indicadores (em %)			
Margem Operacional ⁽²⁾	29,5	35,2	
Margem Bruta ⁽³⁾	70,7	76,3	
Rotação do Activo ⁽⁴⁾	22,4	24,3	
Cash-flow Operacional ⁽⁵⁾ / Volume de Negócios	50,8	56,2	
Rentabilidade dos Capitais Próprios ⁽⁶⁾	8,5	8,5	
Rentabilidade Económica ⁽⁷⁾	6,6	8,6	
Estrutura Financeira ⁽⁸⁾	72,1	56,6	
Solvabilidade ⁽⁹⁾	179,2	197,7	
Elementos de Actividade			
Consumo Referido à Emissão (GWh)	35.803	33.808	5,9%
Vendas de Energia Eléctrica (GWh)	32.280	30.363	6,3%
Número de Clientes de Electricidade (mil)	5.292	5.161	2,5%
Número de Efectivos:	13.883	13.932	-0,4%
Electricidade	11.952	12.636	-5,4%
Telecomunicações	453	345	31,3%
Outros	1.478	951	55,4%
Clientes/Efectivos Distribuição	586	533	9,9%
Volume de Negócios/Efectivos (contos)	44.362	43.316	2,4%
VAB/Efectivos (contos)	31.150	32.614	-4,5%

(1) Resultados Líquidos + Amortizações + Provisões Líquidas

(2) Resultados Operacionais/Volume Negócios

(3) (Volume Negócios – Custo das Vendas)/Volume Negócios

(4) Volume Negócios/Activo

(5) Resultados Operacionais + Amortizações + Provisões Líquidas

(6) Resultados Líquidos/Capitais Próprios

(7) Resultados Operacionais/Activo

(8) Passivo Financeiro/Capitais Próprios

(9) Activo/Passivo



O Grupo EDP é um dos grandes operadores europeus do Sector Eléctrico e é um dos maiores grupos empresariais portugueses.

Após a cisão em 1994 e a reorganização do sector eléctrico nacional, a reprivatização foi iniciada em 1997, encontrando-se actualmente cotado em bolsa cerca de 49% do capital social da EDP.

Beneficiando do vasto capital de experiência adquirido com o negócio da electricidade, da eficiência e competitividade das suas infra-estruturas e da reconhecida competência dos seus recursos humanos, o Grupo EDP tem vindo a diversificar as suas actividades para outras áreas de negócio e a afirmar-se no plano internacional.

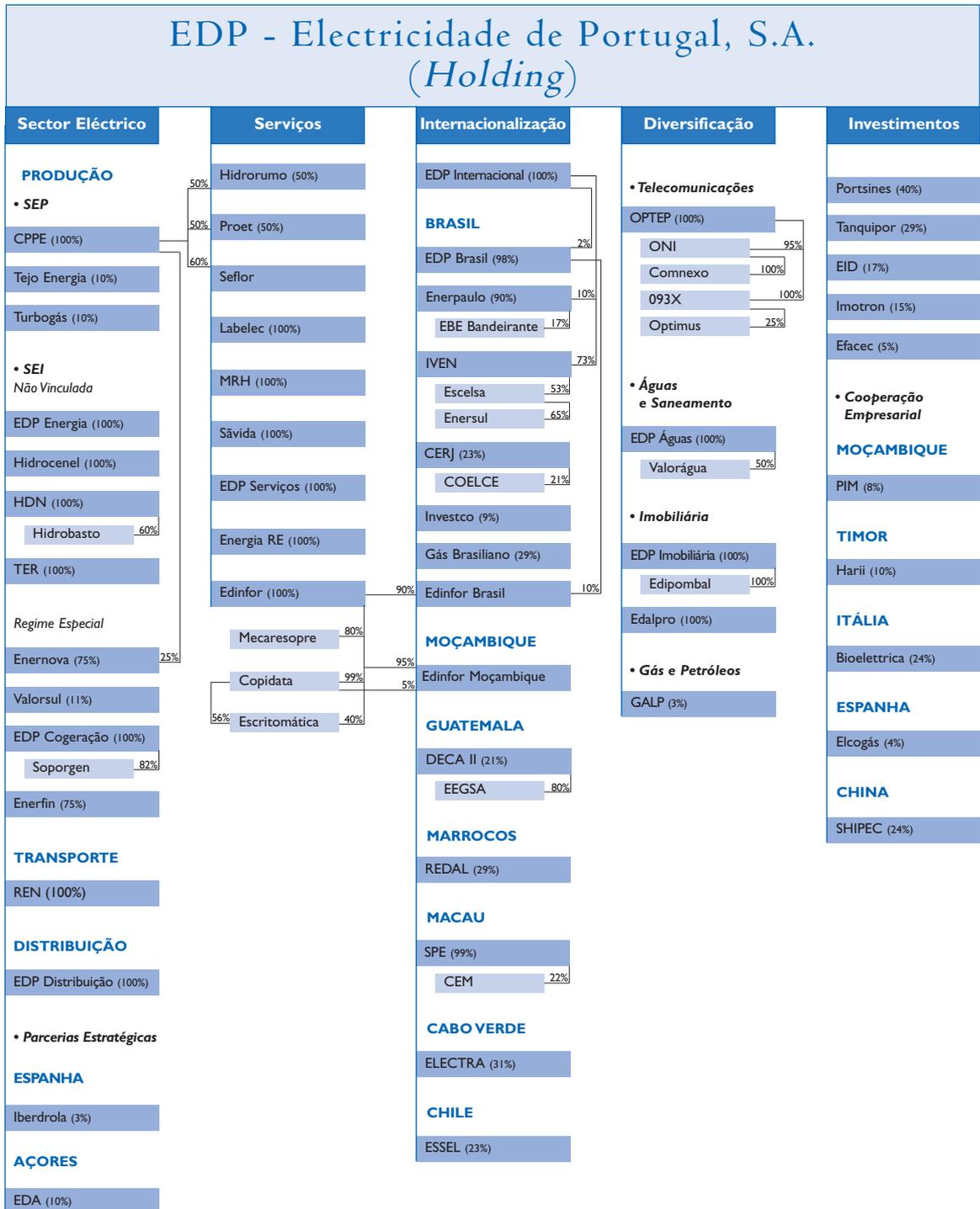
O Grupo EDP é hoje um interveniente natural e competitivo no mercado das Telecomunicações, nos negócios do Gás, da Água e Saneamento e na prestação de serviços na área dos Sistemas de Informação e da Nova Economia.

Por outro lado, prossegue, com sucesso, uma estratégia de internacionalização, traduzida no

fortalecimento da presença no Brasil e na entrada em novos mercados, que o posicionam na liderança do esforço de internacionalização da economia portuguesa.

Assim, o Grupo EDP desempenha um papel relevante na economia nacional e no mercado de capitais, alicerçado pelo potencial tecnológico e pela solidez económica e financeira, cujo reconhecimento tem contribuído para a afirmação do prestígio e da imagem que se projectam nacional e internacionalmente.

Os actuais desafios consistem na consolidação dos investimentos já feitos e na procura de novas oportunidades de crescimento, tendo em vista a criação de valor para os accionistas, destacando-se o objectivo de aumento da qualidade e eficiência da produção, transporte, distribuição e venda de electricidade, os projectos em parceria com a eléctrica espanhola Iberdrola e com o grupo financeiro BCP, neste caso nos domínios do *e-finance*, dos serviços não financeiros baseados na Internet e da telefonia móvel, e a afirmação plena do potencial do Grupo EDP na Nova Economia.





Mesa da Assembleia Geral

Dr. Carlos Manuel Adrião Rodrigues
Presidente

Dr. António Campos Pires Caiado
Vice-Presidente

Conselho de Administração

Dr. Mário Cristina de Sousa
Presidente

Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
Vice-Presidente

Dr. Humberto da Costa Biu
Vogal

Eng. Francisco de la Fuente Sánchez
Vogal

Eng. Luís Filipe Lucena Ferreira
Vogal

Dr. Vítor Manuel Ribeiro Constâncio
(renunciou em 8.2.2000)

Eng. Ignacio Francisco Javier Herrero Sorriqueta,
(em representação da Iberdrola)

Fiscal Único

M. Rodrigues, B. Assunção e Associado, SROC
representada por Dr. António de Moura Rodrigues, ROC
Efectivo

Dr. Severo Praxedes Soares, ROC
Suplente

Secretário da Sociedade

Dr. António Pedro Alfaia de Carvalho
Efectivo

Dr. António José Marrachinho Soares
Suplente



Dr. Mário Cristina de Sousa



Eng. Jorge Fernando Alves
Ferreira Guimarães



Dr. Humberto da Costa Biu



Eng. Francisco de la Fuente
Sánchez



Eng. Luís Filipe Lucena Ferreira





Relatório de Gestão

16	Enquadramento Macroeconómico e Energético
25	Organização e Regulação do Sector Eléctrico
30	Actividade do Grupo EDP em 1999
30	Reorganização das Participações e Criação de Novas Empresas
32	Actividade de Produção
34	Actividade de Transporte
36	Actividade de Distribuição
39	Internacionalização
43	Diversificação
49	Recursos Humanos
53	Outras Actividades
62	Investimento
62	Investimentos Correntes
64	Investimentos em Diversificação e Internacionalização
66	Comportamento no Mercado de Capitais
67	Ano 2000 e Euro
69	Evolução Económica e Financeira
76	Factos Posteriores e Perspectivas para 2000
76	Factos Relevantes Após o Termo do Exercício
77	Perspectivas para 2000
80	Referências Finais
82	Anexos
85	Síntese de Elementos das Empresas do Grupo EDP



Enquadramento Macroeconómico e Energético

Enquadramento Macroeconómico

Enquadramento Internacional

Durante o ano de 1999 assistiu-se a uma estabilização da economia mundial, após o período de crises financeiras internacionais de 1997-98, reforçando as expectativas acerca de uma aceleração do crescimento da economia no ano 2000.

Segundo estimativas da Comissão Europeia, o PIB mundial terá crescido, em 1999, a uma taxa de 3%, superando o crescimento de 2,4% em 1998. O panorama económico ficou marcado pela recuperação das economias asiáticas, a contenção dos efeitos da crise financeira brasileira, a manutenção do forte crescimento da economia norte-americana e um ligeiro abrandamento do ritmo de crescimento económico europeu.

Na União Europeia, a introdução do euro em 1 de Janeiro marcou o ano de 1999 e a política monetária única nos países participantes (UE-11), em que Portugal se integra. O euro assumiu um peso relevante nos mercados cambiais e financeiros e é uma das principais divisas internacionais.

O euro registou em 1999 uma depreciação de 14,8% em relação ao dólar americano, situando-se em 1,007 USD no final de Dezembro, espelhando a diferença do desempenho económico dos dois blocos.

No entanto, o segundo semestre tornou evidentes os sinais de retoma na U.E., tendo-se atingido um crescimento de 2,3% (face a 2,7% em 1998).

A redução, em 1999, da produção de petróleo pelos países membros da OPEP originou um aumento do preço do barril, invertendo a tendência decrescente verificada desde o início de 1997. Em termos médios anuais, o preço *spot* do petróleo Brent aumentou 41,4% durante 1999, estando cotado, no final do ano, em 25,6 dólares por barril.

O aumento do preço do petróleo não teve efeitos significativos nos níveis de inflação em 1999, dado o seu impacto ter sido contrariado pela evolução favorável dos preços internacionais de outros bens, nomeadamente das matérias-primas não energéticas e dos serviços.

Durante o ano de 1999, o Brasil conseguiu recuperar da crise financeira



ocorrida no início do ano, reconquistando a credibilidade na sua estabilização e retoma económica. A origem desta crise assentou em fraquezas fiscais e da balança de pagamentos, forçando o Brasil à flutuação do real e provocando fortes preocupações em Janeiro de 1999 com a ameaça da subida da inflação. As actuais perspectivas para 2000 são de um crescimento do PIB de cerca de 4%, com aumento do nível de vida e diminuição das taxas de desemprego e de inflação.

Economia Portuguesa

A economia nacional conheceu o seu sexto ano consecutivo de expansão, com uma taxa de crescimento médio do PIB entre 1994 e 1999 de cerca de 3%. Com a integração de Portugal no grupo fundador do euro culminou com sucesso o processo de convergência, traduzido no cumprimento dos critérios estabelecidos no Tratado de Maastricht.

O crescimento económico português foi ligeiramente superior à média da zona euro, contribuindo para a convergência real com a economia europeia, apesar do maior crescimento espanhol e alemão.

A procura interna, embora de forma mais moderada que em 1998, continuou a ser o principal factor de crescimento, resultando da expansão do consumo privado e do investimento suportados por taxas de juro historicamente baixas.

O mercado de trabalho continuou a registar uma evolução positiva. A taxa de desemprego manteve a sua trajectória descendente, sendo de 4,2% no último trimestre, face a 4,7% no ano anterior. A variação dos salários na contratação colectiva foi de 3,3%, face a 3,2% em 1998.

O investimento registou uma desaceleração, em 1999, para cerca de 6,5% (face a 9,7% em 1998), continuando a ser impulsionado pelo forte dinamismo da componente da construção habitacional.

Para o ano 2000 admite-se que a actual reestruturação e modernização da economia portuguesa beneficie dos efeitos positivos da revolução tecnológica em curso e contribua para a construção de uma economia cada vez mais baseada nas novas tecnologias e no conhecimento.



A Electricidade no Contexto Energético Global

Após os vários choques petrolíferos, a utilização da energia evoluiu, essencialmente, segundo duas linhas de força: menores taxas de crescimento do consumo de energia primária, através de um uso mais racional da energia; e menor recurso aos combustíveis líquidos, com maior recurso aos combustíveis sólidos, à energia nuclear e ao gás natural.

Assim, enquanto no período 1973-1996 o consumo mundial de energia primária cresceu 1,9% por ano, estima-se que no período posterior até 2010 a taxa de crescimento anual possa situar-se em 1,4%.

Quanto à segunda linha de força, verifica-se que a percentagem de combustíveis líquidos no consumo total de energia primária na área da OCDE passou de 53%, em 1973, para 42%, em 1998.

No período que decorreu entre os dois primeiros choques petrolíferos, a elevada contestação desenvolvida contra a energia nuclear refreou fortemente a sua expansão inicial, reduzindo-se a perspectiva de

substituição significativa dos combustíveis líquidos na produção de electricidade. Uma parte dessa substituição foi realizada pelo carvão, principalmente durante a década de 80.

A crescente preocupação com as questões ambientais foi progressivamente afectando a utilização do carvão, dando lugar ao início do interesse pelo gás natural.

Em Portugal, onde não se enveredou pela opção nuclear, o movimento foi semelhante, com o carvão a substituir o fuelóleo na produção de electricidade e na indústria cimenteira. Aliás, neste último sector aquele combustível sólido substituiu, também, a própria electricidade. Mais recentemente, foi introduzido o gás natural na produção de electricidade e nas utilizações finais em diferentes sectores da actividade económica.

Apesar da evolução induzida por uma utilização mais racional da energia, o consumo da electricidade continuou, também em Portugal, a crescer a um ritmo mais acelerado, do que a economia. Com efeito, a electricidade é uma forma de energia de qualidade superior (mais cómoda, segura e versátil e de mais fácil controlo) e que

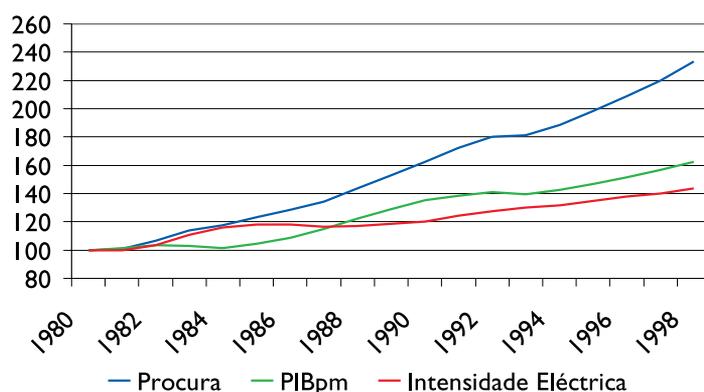




desvia os impactes ambientais de locais de consumo dispersos para locais seleccionados, onde, sob medidas defensoras do ambiente, se concentra a produção.

No período de 1980 a 1997, enquanto o PIB cresceu 57%, a procura de electricidade cresceu 114%, motivando o crescimento da intensidade eléctrica, medida pelo consumo de electricidade por unidade monetária do PIB expressa em moeda constante.

Evolução da procura de electricidade, PIBpm e intensidades eléctricas em Portugal



O crescimento do consumo de electricidade não se manifesta em todos os sectores da mesma maneira. De facto, em Portugal, enquanto na indústria se verifica um desenvolvimento no sentido de uma menor intensidade eléctrica sectorial – medida pelo consumo de electricidade por unidade de VAB – no sector de serviços e transportes, e também no sector doméstico, observa-se a tendência inversa.

A comparação entre Portugal e o conjunto dos 15 países que actualmente integram a União Europeia (UE) permite concluir que a diferença entre os principais indicadores do consumo de energia eléctrica (intensidade eléctrica e consumo *per capita*) tem vindo a diminuir. No período entre 1990 e 1997, enquanto a intensidade eléctrica teve, em Portugal, uma taxa média de crescimento anual de cerca de 2,3% (contra um valor praticamente constante no espaço da UE, cerca de 0,4%), o consumo *per capita* cresceu, em termos médios, cerca de 4,3% (contra os cerca de 1,9% verificados na UE).

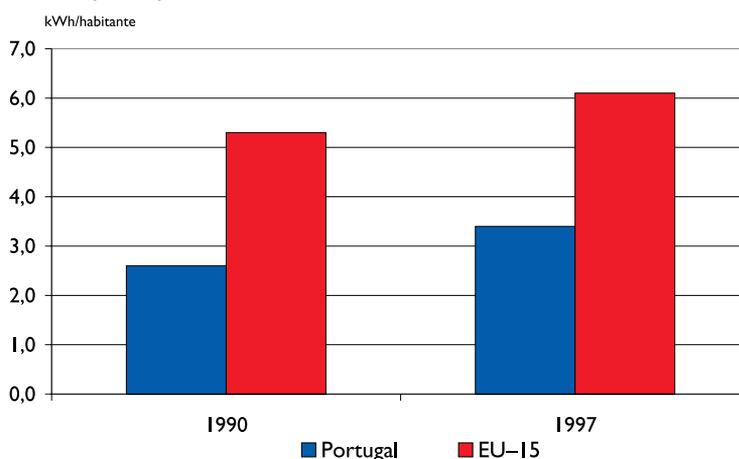
A elasticidade do consumo de electricidade relativamente ao crescimento global da economia, medida pela relação entre as taxas de crescimento da procura de



Enquadramento Macroeconómico e Energético

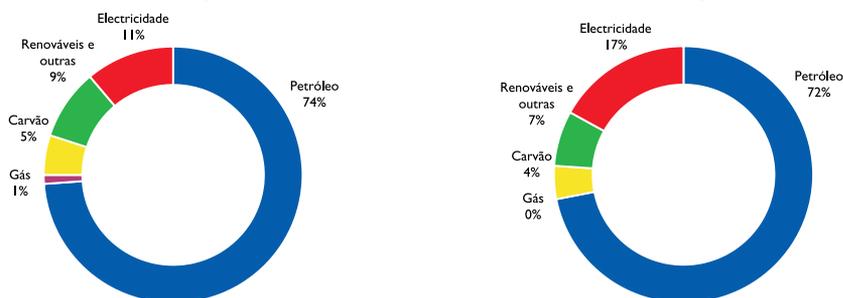
electricidade e do PIB, foi de cerca de 2,5 entre 1990 e 1995 e de 2,1 entre 1990 e 1998. Conclui-se, pois, que nos últimos anos tem vindo a reduzir-se a elasticidade do consumo de electricidade em relação ao PIB. Entre 1996 e 1998 o valor desta elasticidade foi de cerca de 1,7.

Consumo *per capita*



No período entre 1973 e 1998, a fracção da electricidade no consumo final de energia passou, no nosso país, de 11% para cerca de 17%, prevendo-se que atinja cerca de 20% em 2010.

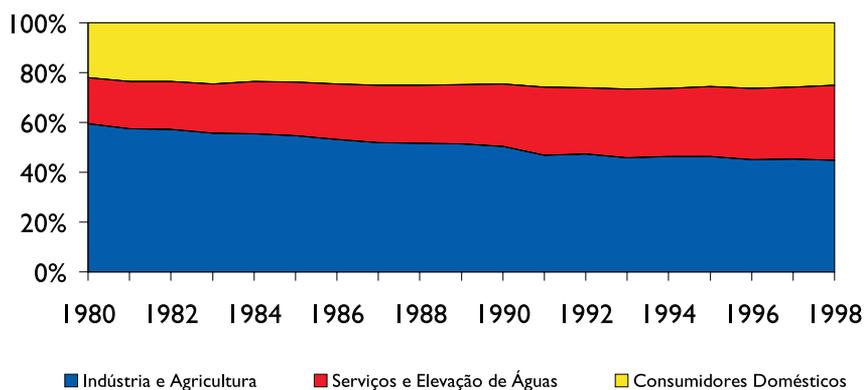
Estrutura do consumo final de energia em Portugal



O aumento da participação da electricidade no consumo final de energia é consequência directa da melhoria das condições sócio-económicas. Uma análise mais detalhada permite mostrar que tal diferença provém essencialmente dos sectores doméstico e serviços e também, até certo ponto, do recurso à electricidade em utilizações finais para as quais outros países dispõem de outras formas de energia, designadamente o gás natural.



Estrutura dos consumos de energia eléctrica



Relativamente à evolução da estrutura do consumo de energia eléctrica nos diversos sectores da actividade económica, tem-se observado, por um lado, um crescimento relativo dos sectores doméstico e serviços e, por outro, uma redução progressiva do peso do sector industrial. Tal redução é particularmente evidente no caso do consumo de electricidade satisfeito pelo Sistema Eléctrico de Serviço Público, na medida em que grande parte da produção de electricidade para consumo próprio (autoprodutores) ocorre nas empresas industriais.

Balanço Energético

Aspectos Relevantes

Os aspectos mais relevantes da exploração do Sistema Eléctrico durante 1999 podem resumir-se nos seguintes pontos:

- a EDP passou a contar com mais um centro produtor, com 9 MW: a Central Termoeléctrica a Resíduos Florestais, em Mortágua;
- o sistema vinculado passou a dispor dos três grupos da central de ciclo combinado da Tapada do Outeiro, da TURBOGÁS, com 990 MW;
- o índice de produtividade hidroeléctrica foi de 0,68, com afluências muito desfavoráveis no início do ano e próximas do normal a partir de Setembro;
- o consumo manteve um crescimento elevado, 5,9% (4,8% corrigido do efeito de



Enquadramento Macroeconómico e Energético

temperatura e dias úteis), a um ritmo relativamente constante ao longo do ano;

- o saldo de trocas de energia eléctrica com o estrangeiro foi exportador, representando 2,3% do total da energia anual emitida para a rede do SEP.

Produção de Electricidade

A potência instalada em centrais das empresas do Grupo EDP era, no final do ano, de 7 502 MW, correspondendo 3 965 MW a aproveitamentos hidroeléctricos, 3 517 MW a centrais termoeléctricas (incluindo a Central de Mortágua) e 20 MW a geradores eólicos.

Com a entrada em funcionamento da central da TURBOGÁS, o total da potência instalada nos centros produtores vinculados do Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP) era, em 31 de Dezembro de 1999, de 9 215 MW.

Em 1999, a emissão das centrais hidroeléctricas (vinculadas e não vinculadas) foi de 6 903 GWh, valor que representa 56% do verificado em 1998, reflectindo o ano muito desfavorável do ponto de vista hidrológico.

A emissão das centrais térmicas da CPPE foi de 17 002 GWh. Os outros produtores térmicos vinculados emitiram 10 951 GWh, pelo que a emissão térmica global do SEP totalizou 27 953 GWh. Esta emissão corresponde a um aumento de 44% relativamente ao ano anterior.

A recepção de energia de autoprodutores e de outros produtores em regime especial (PRE) totalizou 2 234 GWh (excluindo a ENERNOVA e a Central a Resíduos Florestais de Mortágua), o que representa um acréscimo de 16% relativamente ao ano anterior.



Repartição da emissão anual de energia eléctrica em percentagem

EDP								
Anos	Hidráulica	Térmica	Eólica	Subtotal	Exterior ao Grupo EDP	Saldo Import	PRE	Total
1995	26.8	56.4	0.0	83.2	9.9	3.1	3.8	100.0
1996	44.9	36.1	0.0	81.0	10.5	3.6	4.9	100.0
1997	38.2	35.9	0.1	74.2	11.3	9.0	5.5	100.0
1998	36.1	45.4	0.1	81.6	12.0	0.8	5.7	100.0
1999	18.6	45.8	0.1	64.5	29.5	–	6.0	100.0

Trocas de Electricidade com o Exterior

Em Fevereiro de 1999 a REN iniciou a sua actividade como agente externo no mercado eléctrico espanhol.

A actuação através de ofertas directas diárias junto do operador do mercado eléctrico espanhol – OMEL – traduziu-se na exportação de 1 351 GWh e importação de 115 GWh.

Através de contratos bilaterais físicos de curto prazo, estabelecidos com outros agentes do mercado espanhol, foram ainda importados 396 GWh.

Considerando o agregado "ofertas no mercado" e "contratos bilaterais", a REN foi o maior e mais activo agente externo do mercado eléctrico espanhol durante o ano de 1999.

Consumos de Electricidade

O crescimento da economia portuguesa teve impacto no crescimento do consumo de electricidade; a energia fornecida a Clientes atingiu 32 159 GWh, salientando-se o comportamento dos segmentos da baixa tensão, em linha com o ritmo de evolução do consumo privado.

A ponta anual dos consumos verificou-se no dia 16 de Dezembro, atingindo 6 122 MW, o que traduz uma subida de 0,7% face ao ano anterior.



Enquadramento Macroeconómico e Energético

	1999	1998
Balço energético		
Produção	25.112	28.899
Centrais hidroeléctricas	7.010	12.425
Centrais eólicas e a biomassa	57	47
Centrais termoeléctricas	18.046	16.427
Consumos e perdas nas centrais	1.152	1.237
Emissão EDP	23.960	27.662
Recepção de Outros Produtores	13.192	5.974
Importação	3.628	3.971
Exportação	-4.486	-3.699
Bombagem hidroeléctrica	-491	-101
Consumo Referido à Emissão	35.803	33.808
Compensação síncrona	41	30
Consumos próprios	61	56
Perdas no transporte e na distribuição	3.421	3.359
Venda de Energia (Portugal)	32.280	30.363
A Outros distribuidores	121	111
Fornecimento directo a consumidores	32.159	30.252
Alta e média tensão	14.373	13.909
Baixa tensão	17.786	16.344

GWh



Organização do Sector Eléctrico em Portugal

A organização do Sistema Eléctrico Nacional (SEN) assenta na coexistência de um Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP) com um Sistema Eléctrico Independente (SEI).

Este último é composto pelo Sistema Eléctrico não Vinculado (SENV) e por um conjunto de produtores em regime especial (energias renováveis e cogeneradores) que efectuam entregas de energia eléctrica às redes do SEP ao abrigo de legislação específica.

O SENV é composto essencialmente pelos Produtores não Vinculados e pelos Clientes não Vinculados – estes, mediante o pagamento de tarifas determinadas por regulação, têm o direito de utilizar as redes do SEP.

O SEP é constituído pela Rede Nacional de Transporte de Energia (RNT), pertencente à REN (a quem compete assegurar o transporte de energia eléctrica e a gestão técnica global do SEP), pelos Produtores Vinculados (ligados à RNT por contratos de longo prazo de fornecimento exclusivo) e pelos Distribuidores Vinculados, que

assumem a obrigatoriedade de fornecimento segundo tarifas e condições estabelecidas por regulação.

De acordo com a lei, compete à Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE) o exercício de uma função arbitral entre os diversos intervenientes no sector, através de regulamentos sectoriais e do estabelecimento periódico das tarifas de fornecimento e de utilização das infra-estruturas do SEP.

O desenvolvimento e a expansão do SEP, em termos do acréscimo da capacidade produtiva, são objecto de planeamento centralizado, cabendo ao Governo as decisões relativas à construção de novos centros produtores.

Posicionamento da EDP no Sistema Eléctrico Nacional

A EDP mantém uma posição relevante no SEP:

- na **produção**, através da CPPE – com uma quota de mercado de 83% – e de participações de 10% no capital da produtoras TEJO ENERGIA e TURBOGÁS;
- no **transporte**, a EDP detém integralmente a REN, empresa responsável pela gestão global do



Organização e Regulação do Sector Eléctrico

sistema e concessionária da rede nacional de transporte;

- na **distribuição**, a EDP detém a EDP DISTRIBUIÇÃO, titular da distribuição vinculada em média e alta tensão e concessionária do fornecimento de electricidade em baixa tensão.

Fora do SEP, a EDP procurou também diversificar as fontes de energia nos investimentos em empreendimentos de produção, através da EDP Cogeração e da ENERNOVA, salientando-se o aumento do recurso a energias renováveis com a Central a Resíduos Florestais de Mortágua e os parques eólicos.

Por outro lado, a EDP lançou as bases de novas formas de participação no Sistema Eléctrico Nacional, designadamente através da EDP ENERGIA (que resultou da evolução da ex-HIDROTEJO), da TER (cujo objecto consiste na construção e exploração de uma nova central de ciclo combinado a gás natural) e da HIDROBASTO – em associação com o município de Cabeceiras de Basto.

Regulação do Sector Eléctrico

O ano de 1999 foi o primeiro em que a ERSE definiu as tarifas para Clientes

finais e as tarifas de uso das redes e de uso geral do sistema para Clientes elegíveis do SEP.

O limiar de elegibilidade, ao abrigo da Directiva Europeia 96/92/CE, que estipula a abertura do mercado de electricidade, foi também definido pela Entidade Reguladora, para o triénio de 1999 a 2001.

Preços da Electricidade

Para o ano de 1999, a ERSE determinou uma redução das tarifas de venda a Clientes finais de 6,4%, em termos médios nominais, com uma incidência de 4,7% na baixa tensão e de 10% nos restantes níveis de tensão.

A ERSE justificou esta redução com a necessidade de cumprimento dos objectivos estabelecidos no Acordo de Concertação Estratégica de 1996, assinado entre o Governo e os Parceiros Sociais, em que foi assumido o compromisso de fazer convergir os preços da electricidade praticados em Portugal, no horizonte de 1999, com a média comunitária. A necessidade de descida tão acentuada das tarifas teve ainda como factores determinantes, segundo a ERSE, a liberalização do mercado



européu e a fixação da paridade do escudo em relação ao euro.

Abertura dos Mercados

De acordo com os limiares de elegibilidade a vigorar em Portugal no triénio 1999-2001, definidos pela ERSE, consideram-se elegíveis os Clientes com consumos anuais superiores a 30 GWh em 1999, a 20 GWh em 2000 e a 9 GWh em 2001.

No entanto, em cada ano, Clientes com consumos inferiores ao estipulado, mas superiores a 9 GWh, podem pedir a adesão ao SENV, mediante o pagamento de uma compensação ao SEP, fixada em função do número de meses de antecipação.

De referir que em 1999, embora tenham já sido apresentados pedidos de desvinculação representando cerca de 130 GWh, não se verificou a passagem de nenhum Cliente para o SENV.

Vendas de Energia no Mercado Espanhol

O desenvolvimento do mercado interno permitiu à EDP, através da REN, actuar no mercado espanhol, com um saldo positivo de trocas de energia. Em 1999, a REN exportou 1 351 GWh e importou, ao todo, 511 GWh.

Comparação Internacional dos Preços

A comparação das tarifas dos países da União Europeia, em 1 de Janeiro de 1999, realizada a partir da informação fornecida semestralmente pela EUROSTAT sobre os preços médios da electricidade e utilizando a metodologia assente na representatividade dos consumidores-tipo e nas taxas de câmbio correntes (idêntica à utilizada pela ERSE) permitiu constatar que, naquela data, Portugal apresentava preços cerca de 2% abaixo da média para os consumidores domésticos-tipo e cerca de 2,5% para os consumidores industriais-tipo.

Considerando também o segmento dos serviços, o preço médio global português situava-se cerca de 2,2% abaixo da média.

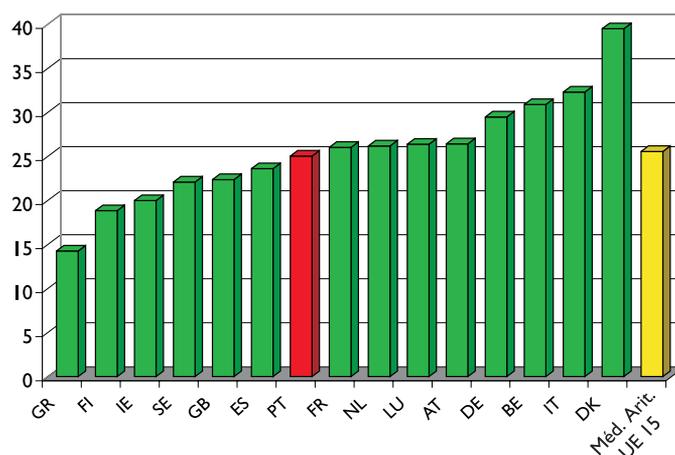
Uma análise em 1 de Julho de 1999 mostra que Portugal melhorou cerca de 1% o seu posicionamento em todos aqueles segmentos, assim ultrapassando os objectivos de convergência considerados pela ERSE, aquando da fixação de tarifas para o ano de 1999.



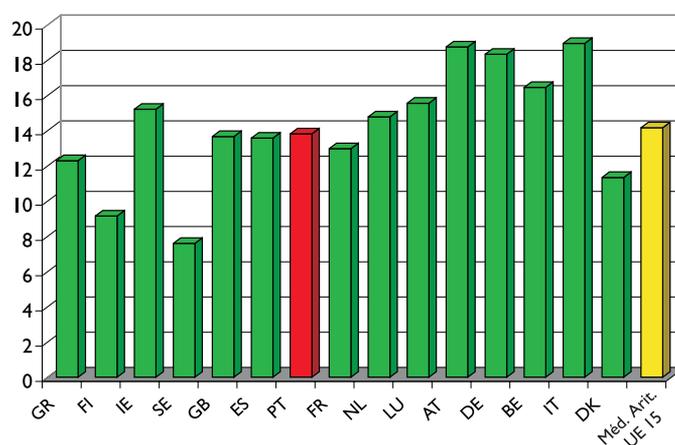
Organização e Regulação do Sector Eléctrico

Nos gráficos seguintes, apresenta-se o posicionamento das tarifas portuguesas e dos restantes países comunitários, para os consumidores-tipo equivalentes, domésticos e industriais, em 1 de Janeiro de 1999.

Consumidor doméstico



Consumidor industrial

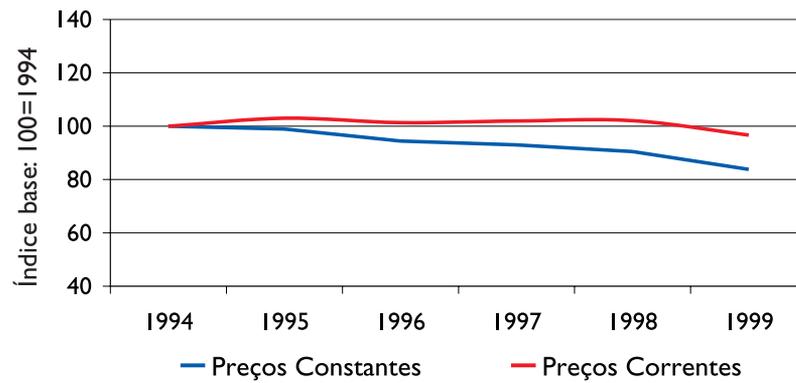


Evolução Temporal das Tarifas

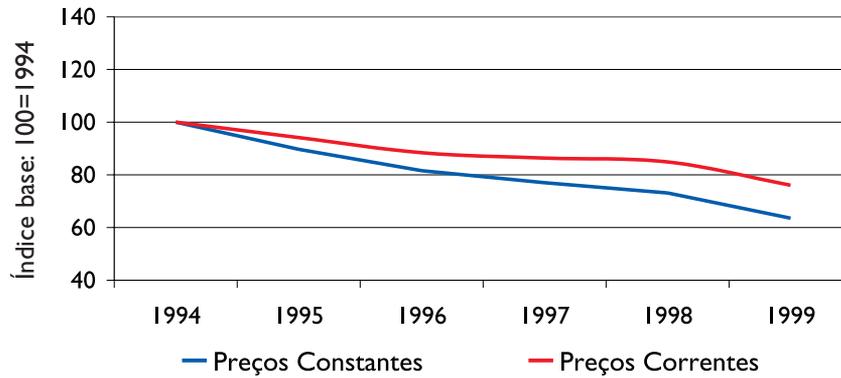
Nos últimos 5 anos, os preços médios da electricidade registaram um decréscimo médio anual, em termos reais, de cerca de 3,5 % na baixa tensão e de cerca de 8,7 % no conjunto dos restantes níveis de tensão: média, alta e muito alta tensão. Nos gráficos seguintes, mostra-se a evolução dos preços médios para aqueles segmentos, nos últimos anos, a preços correntes e constantes.



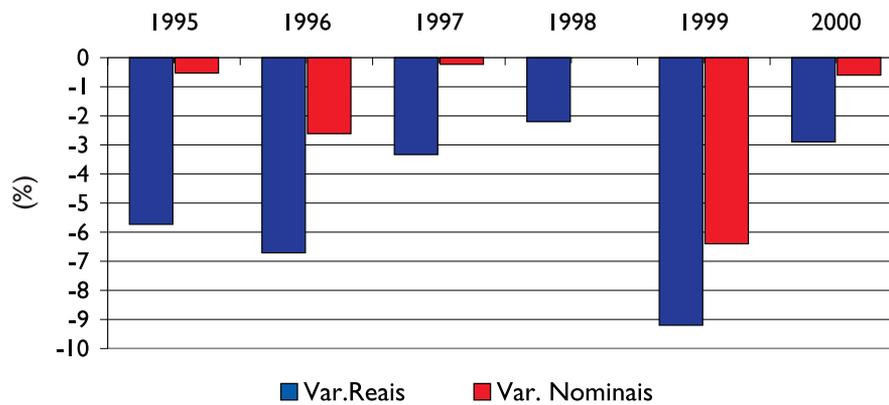
Evolução dos preços médios em baixa tensão



Evolução dos preços médios em média, alta e muito alta tensão



Evolução das variações tarifárias





Actividade do Grupo EDP em 1999

Reorganização das Participações e Criação de Novas Empresas

O Grupo EDP mantém a sua estrutura empresarial organizada em função das principais actividades desenvolvidas, como a produção, transporte e distribuição de electricidade, a prestação de serviços, a diversificação (telecomunicações, águas, imobiliária) e a internacionalização das suas actividades, os investimentos e a cooperação empresarial.

Naturalmente, a constante evolução das actividades e o crescimento das áreas de intervenção exigem a actualização permanente da estrutura organizativa, com a constituição e reorganização de empresas.

Em 1999, foram transferidas para a *holding* a generalidade das participações das empresas nucleares do Grupo EDP, simplificando-se, tanto quanto possível, as operações de consolidação de contas.

Por outro lado, o novo papel desempenhado pelas empresas de produção não vinculada, anteriormente detidas pelas empresas de distribuição, tornou igualmente

aconselhável a sua transferência para a *holding*.

Assim, passou para a titularidade da EDP a totalidade do capital das empresas MRH, SÁVIDA, LABELLEC, EDINFOR, EDALPRO, HDN, HIDROCENEL e EDP ENERGIA (ex-HIDROTEJO), repartindo-se com a CPPE, atenta a sua especial ligação funcional, a detenção da ENERNOVA e das empresas de engenharia HIDRORUMO e PROET.

Quanto às empresas constituídas ou cuja estrutura foi recentemente alterada, destacam-se:

EDP Distribuição – constituída já no início de 2000, em resultado do processo de fusão das anteriores quatro empresas de distribuição, passando a assegurar toda a actividade de distribuição de electricidade do Grupo EDP.

EDP Energia – em sequência da modificação dos estatutos da Hidrotejo e da alteração da respectiva denominação para EDP Energia, esta empresa iniciou em 1999 a sua nova actividade de venda de energia, apoiada principalmente na produção da Central de Belver e num contrato





de *backing-up* negociado com a REN, tendo fechado já contratos de fornecimento com Clientes do Sistema Eléctrico Não Vinculado.

EDP Águas – para a entrada no sector da água e saneamento, a EDP constituiu a EDP Águas e estabeleceu uma parceria com a empresa inglesa Thames Water para a partilha de recursos e riscos, âmbito em que foi constituída a **Valorágua**.

TER – Termoeléctrica do Ribatejo – esta empresa terá a seu cargo a construção e exploração de uma central de ciclo combinado.

ONI – iniciou em 1 de Janeiro de 2000 a sua actividade de operação do serviço telefónico de rede fixa; potenciando o cuidado lançamento comercial da marca ONI, esta empresa resultou da fusão da E3G com a EDINET, anterior operadora do Grupo EDP nas áreas já liberalizadas das telecomunicações; a EDP detém 95% do capital da ONI, através da **OPTEP**, *sub-holding* do Grupo EDP para as telecomunicações.

EDP Serviços – a redefinição dos serviços de gestão de frotas, instalações e contratações

centralizadas de bens e serviços, levaram à constituição da EDP Serviços como mais uma medida de racionalização de meios e redução de custos; esta nova empresa passou a assegurar a prestação directa de serviços e a coordenação de diversas actividades no quadro do Grupo EDP, potenciando efeitos de escala e ganhos de eficiência.

EDP Imobiliária – a EDP dispõe de um vasto acervo patrimonial e, ao longo dos anos e na sequência de anteriores projectos, dotou-se de reconhecidas competências na área da gestão imobiliária; a EDP Imobiliária elaborou um plano estratégico que envolve a racionalização, o desenvolvimento, a construção e promoção imobiliária de áreas sem aproveitamento nas actividades principais do Grupo EDP.

Participação no Capital da Iberdrola

No âmbito do acordo de parceria estratégica e de participações recíprocas, a EDP reforçou de 2,25% para 3% a sua participação no capital social da Iberdrola.

Participação no Capital da EDA

Em 1999, e na sequência da celebração de um acordo de parceria



Actividade do Grupo EDP em 1999

estratégica, a EDP adquiriu à Região Autónoma dos Açores uma participação de 10% no capital social da Electricidade dos Açores, S.A. e estabeleceu um acordo de cooperação empresarial com esta sociedade.

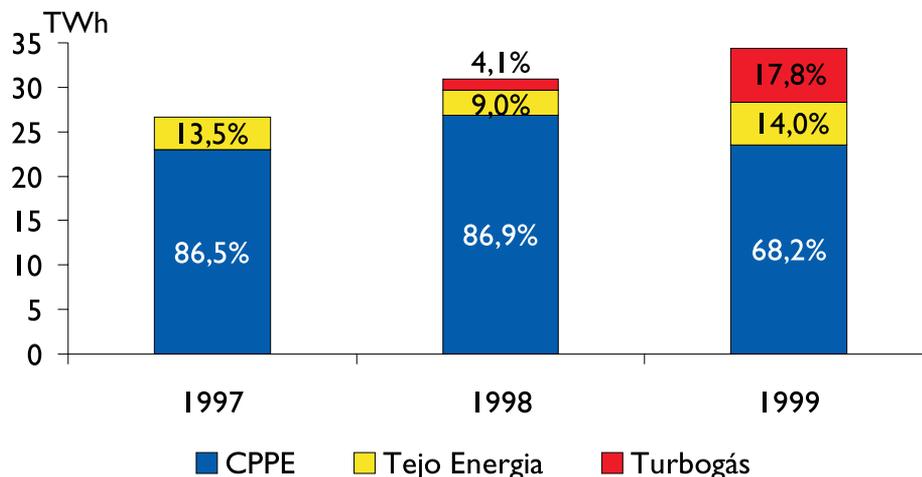
Actividade de Produção

Actividade de Produção de Electricidade

A produção líquida da CPPE, detentora dos centros electroprodutores vinculados do Grupo EDP, foi de 23 459 GWh, sendo 6 457 GWh de origem hídrica e 17 002 GWh de origem térmica. Esta situação reflecte a reduzida hidraulicidade do ano, traduzida num coeficiente de produtibilidade hidroeléctrica de 0,68, bem como a entrada em regime industrial pleno da Central de ciclo combinado da Turbogás.

A quota de produção da CPPE foi de 68%, inferior à do ano anterior, de 87%, conforme se verifica no gráfico com a evolução desde 1997:

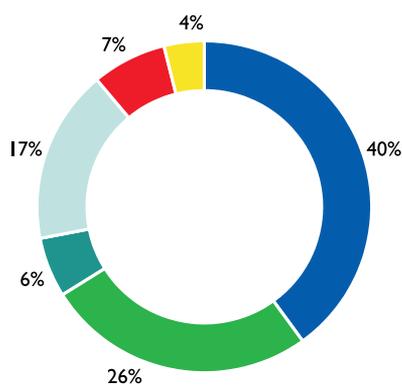
Evolução das produções líquidas do SEP



A Central de Sines, a carvão, foi a que mais contribuiu para a produção total, com cerca de 40%, cabendo ao fuelóleo uma quota parte de 26% e ao gás natural uma quota de 6%, satisfeita através dos grupos 5 e 6 da Central do Carregado. A produção hidroeléctrica do Centro de Produção Douro representou cerca de 17% da produção total.



Produção líquida da CPPE em 1999 (GWh)



- Carvão (Sines)
- Fuelóleo (Setúbal, Carregado, Barreiro, e T. Outeiro)
- Gás Natural (Carregado)
- Centro Prod. Douro
- Centro Prod. Cávado-Lima
- Centro Prod. Tejo-Mondego

No que respeita aos combustíveis, foram consumidas 3 491 mil toneladas de carvão, adquiridas essencialmente nos mercados sul-americano, sul-africano e australiano, 1 537 mil toneladas de fuelóleo, das quais cerca de metade adquiridas à PETROGAL e o restante a outros fornecedores da União Europeia, e 376 milhões de m³ de gás natural, adquiridos à TRANSGÁS.

A potência máxima do parque electroprodutor da CPPE era de 7 230 MW no final de 1999, repartida por 3 327 MW no parque termoeléctrico

e 3 903 MW no parque hidroeléctrico. Confirmando a evolução favorável registada nos últimos anos, a disponibilidade dos centros electroprodutores da CPPE situou-se em 92,7% para o parque termoeléctrico, apesar da paragem do grupo 3 da Central de Sines para instalação de Queimadores de baixo teor de emissões de NO_x, e em 94,3% para o parque hidroeléctrico, valores ao nível dos melhores padrões internacionais e com a evolução temporal seguinte:

	1999	1998	1997
Disponibilidade Hídrica (%)	94,3	96,1	91,6
Disponibilidade Térmica (%)	92,7	90,4	88,6
MW/Trabalhador	4,0	3,8	3,5

Energias Renováveis

A EDP, através da ENERNOVA, prosseguiu o desenvolvimento das energias renováveis, no âmbito da orientação estratégica de aumentar a diversificação de fontes de energia e da política prosseguida em matéria ambiental.

No domínio eólico, além do pleno funcionamento dos Parques Eólicos de Fonte da Mesa e Pena Suar, desenvolveu-se a construção do Parque Eólico de Cabeço da Rainha e



Actividade do Grupo EDP em 1999

foi lançado o concurso para o Parque Eólico de Cadafaz.

No campo da biomassa, entrou em funcionamento a Central de Resíduos Florestais de Mortágua, a primeira realização significativa em Portugal nesta forma de produção de energia.

Actividade de Transporte

Em 1999, os trânsitos de energia na rede de Muito Alta Tensão atingiram novos valores máximos, com níveis de interrupção que passaram a constituir mínimos das séries disponíveis.

As principais dificuldades enfrentadas pela gestão da rede de transporte continuaram a situar-se na concretização de investimentos, principalmente em linhas, fortemente condicionados por restrições externas que encarecem o custo final das obras e protelam a tramitação com impasses inconvenientes, como são exemplos significativos as dificuldades na construção da linha Fanhões – Alto de Mira, para reforço da alimentação a Lisboa, e Tunes – Estói, para reforço da alimentação ao Algarve.

Para minimizar os efeitos destas restrições e com o objectivo de continuar a assegurar elevados padrões

de qualidade de fornecimento, mas sem que constituam medidas definitivas, continuou a proceder-se ao aumento da capacidade de transporte de algumas linhas, evitando o estabelecimento de novos corredores.

Exploração do Sistema Produtor

Durante o ano de 1999 (Março, Abril e Agosto), verificou-se a entrada em serviço industrial dos 3 grupos da Central de Ciclo Combinado da Turbogás, na Tapada do Outeiro, representando na totalidade um acréscimo de mais 990 MW de potência nominal no parque electroprodutor nacional.

Em Abril de 1999 verificou-se o primeiro paralelo com a rede da central de tratamento de lixos da Valorsul (43 MW), na região de Lisboa, o mesmo acontecendo em Setembro para a central da LIPOR II (21 MW), na região do Porto. Ambas as centrais fazem parte do Sistema Eléctrico Independente (SEI).

Tempo de Interrupção Equivalente

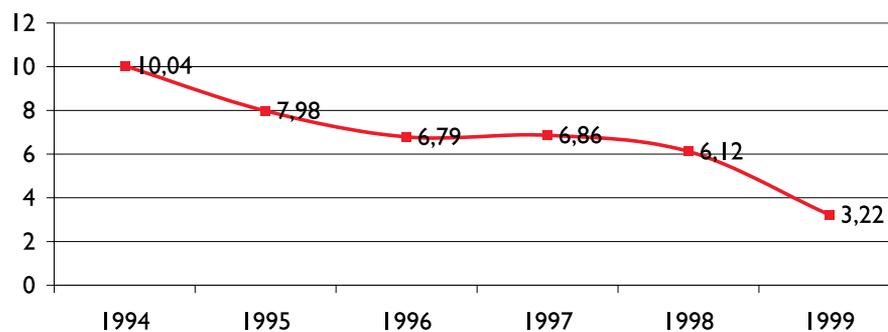
O elevado nível de continuidade de serviço verificado em 1999 é evidenciável pelo Tempo de



Interrupção Equivalente, indicador global de qualidade de serviço usualmente considerado, que se cifrou em 3,22 minutos, o que constitui um mínimo absoluto, representando cerca de metade do menor valor registado até 1998.

O gráfico seguinte evidencia a melhoria das condições de exploração ocorrida desde 1994.

Tempo de interrupção equivalente



Trocas de Energia

Em Fevereiro de 1999 a REN iniciou a sua actividade como agente externo no mercado eléctrico espanhol.

Considerando o agregado "ofertas no mercado" e "contratos bilaterais", a REN foi o maior e mais activo agente externo do Mercado Eléctrico Espanhol durante o ano de 1999.

Evolução Estrutural

O processo de desenvolvimento e consolidação da nova regulamentação para o Sector Eléctrico Nacional mobilizou uma parcela relevante dos recursos da REN.

A colaboração com outras entidades, em particular com a ERSE e a DGE, na elaboração de projectos de regulamentos, na apresentação de propostas próprias relativas a minutas de contratos e manuais de procedimentos e na análise e discussão dos diversos documentos constituíram, dada a sua importância para a actividade de Transporte e sobretudo para a gestão global do sistema eléctrico, uma acção polarizadora de grande parte da actividade da REN no ano de 1999.



Actividade do Grupo EDP em 1999

Pela especial relevância no âmbito das suas atribuições, salienta-se a intensa actividade da REN na apreciação de projectos legislativos e regulamentares e a preparação do Plano de Expansão do Sistema Eléctrico de Serviço Público, entretanto aprovado oficialmente.

Paralelamente, esta empresa intensificou os esforços de adaptação ao novo enquadramento regulatório do sector, que culminaram numa profunda reorganização interna, de que se destacam a criação do Departamento de Gestor de Ofertas e a implementação de novas estruturas na Direcção Comercial do SEP, com a inclusão do Agente Comercial do SEP, e na Direcção de Exploração, nomeadamente no que se refere ao Departamento de Gestor do Sistema.

Actividade de Distribuição

Este exercício foi marcado por uma forte dinâmica de reorganização da área de distribuição da EDP conducente à criação de uma nova empresa no início de 2000, a EDP Distribuição, tendo em vista aumentar a competitividade e melhorar a qualidade de serviço técnica e comercial.

Procedeu-se à reorganização desta actividade, passando a estruturar-se em 14 Áreas de Rede e 9 Áreas Comerciais, em vez dos anteriores 30 Centros de Distribuição. Também a dimensão da equipa de gestão foi significativamente reduzida, passando de 400 chefias superiores e intermédias para 210 na nova estrutura. Continua em curso um extenso programa de reengenharia de processos que se prevê terminado em 2002.

A publicação, pela ERSE, de três regulamentos com impacto significativo nas actividades de distribuição e comercialização – Regulamento Tarifário, Regulamento de Relações Comerciais e Regulamento do Acesso às Redes e às Interligações – implicou um conjunto de acções com o objectivo de uma resposta eficaz às novas obrigações.

A evolução das empresas de Distribuição é visível no crescimento do número de Clientes e das vendas de energia eléctrica – respectivamente de 2,5% e 6,4%, em relação ao ano anterior. Destaca-se que os consumos em BT cresceram cerca de 8,9% em relação ao ano anterior.



N.º de clientes	1999	1998	% 99/98
Muito Alta Tensão	11	9	22,2
Alta Tensão	91	87	4,6
Média Tensão	18.140	17.424	4,1
Baixa Tensão Especial	24.507	23.247	5,4
Baixa Tensão Normal	5.211.279	5.084.280	2,5
Total	5.254.028	5.125.047	2,5

Vendas a clientes (GWh)

	1999	1998	% 99/98
Muito Alta Tensão	759	733	3,6
Alta Tensão	3.096	3.107	-0,3
Média Tensão	10.639	10.180	4,5
Baixa Tensão Especial	2.492	2.260	10,3
Baixa Tensão Normal	14.347	13.200	8,7
Iluminação Pública	947	884	7,1
Total	32.280	30.363	6,3

Um aumento continuado, nos últimos anos, de pedidos de ligação às redes de novos produtores independentes, ao abrigo de legislação específica, tem conduzido a um sensível crescimento das redes e a um grande esforço, tanto a nível de planeamento como da segurança da exploração.

O indicador de produtividade "nº de Clientes por trabalhador" apresenta uma evolução positiva em relação ao ano anterior; da ordem dos 10%, consequência da política de racionalização de recursos humanos em curso. Em 1999, este indicador foi de 586 Clientes por trabalhador:

N.º de Clientes por trabalhador

1999	1998	1997
586	533	458

O aumento dos valores alcançados e os esforços continuados de aperfeiçoamento têm como objectivo atingir, em breve, os níveis das empresas europeias mais eficientes.

Actividade Comercial

No domínio comercial, assinala-se a participação da EDP na Loja do Cidadão, em Lisboa e no Porto, bem como o desenvolvimento de diversas acções na área do *marketing*, nomeadamente a divulgação de propostas energéticas alternativas e, por outro lado, o acréscimo significativo do recurso, pelos Clientes, ao centro de atendimento telefónico.

A actividade desenvolvida continuou a assentar num relacionamento próximo e de franca colaboração com as Câmaras Municipais e Serviços Municipalizados, com as instituições representativas dos Clientes e, no plano da utilização racional de energia, na cooperação com as universidades e institutos de investigação, sendo de realçar a actividade desenvolvida com o Centro para a Conservação da Energia.

A personalização dos serviços e a proximidade aos Clientes continuaram



Actividade do Grupo EDP em 1999

a ser desenvolvidas. Em especial para o segmento residencial, foi instituído um novo conceito, denominado "Ponto de Energia", proporcionando vantagens de comodidade, acessos e horários de atendimento, para além das lojas da EDP Distribuição e da Linha Telefónica de Apoio ao Cliente.

Facturação de Energia Eléctrica

A facturação de energia eléctrica cifrou-se em 589,3 milhões de contos, com uma repartição entre 32,2%, relativa aos fornecimentos em MAT, AT e MT e 67,8%, correspondentes às entregas em BT.

Facturação de energia eléctrica	(milhões de contos)	
	1999	1998
Fornecimentos em MAT, AT e MT	177,1	190,5
Fornecimentos em BT	412,2	401,1
Total	589,3	591,5

(Mercado Interno, dedução feita dos descontos de interruptibilidade e de correcção tarifária, sem IVA)

Apesar do aumento da procura, a facturação de electricidade teve uma redução da ordem de 0,4%, devida à descida significativa dos preços de electricidade.

A variação da facturação total resultou de um aumento de 2,8% em baixa tensão e de um decréscimo de cerca de 7,0% nas restantes tensões.

Cobrança e Recuperação de Dívidas em Atraso

As dívidas de Clientes no final de 1999, no montante de 115,1 milhões de contos, representam 19,5% das vendas de energia eléctrica. Em relação ao exercício anterior houve uma recuperação de 8,2 milhões de contos, com decréscimos de 0,2% das dívidas das Autarquias Locais e de 12,1% das dívidas do sector empresarial e particular.

Dívidas de clientes de electricidade	(milhões de contos)	
	1999	1998
Estado e Organismos Oficiais	5,2	5,2
Autarquias Locais	51,3	51,4
Sector Empresarial e Particular	58,6	66,7
Total	115,1	123,3

Qualidade de Serviço

A Qualidade de Serviço, medida pelos indicadores habituais, foi superior à conseguida no ano anterior; apesar das más condições atmosféricas com que se iniciou o ano.

Iniciou-se em 1999 o Programa Empresarial de Melhoria da Qualidade de Serviço, ao nível da Distribuição, que prosseguirá nos próximos anos com um reforço da afectação de recursos financeiros.



Iniciou-se igualmente a instalação de órgãos de corte de rede para o telecomando da rede MT, no âmbito do respectivo Programa Empresarial, o que permitirá uma maior rapidez na reposição do serviço com reflexo significativo na Qualidade de Serviço.

Modernização Tecnológica

Prosseguiu o desenvolvimento do novo Sistema de Comando e Controlo (SCC) das redes MT e AT (GENESys) tendo em vista a modernização e optimização da actividade da condução, estando já instalado em Lisboa um sistema piloto para testes. Prevê-se para o ano 2000 a conclusão do projecto e a sua entrada em produção.

Aprovisionamentos Técnicos, Normalização e Qualificação

O ano de 1999 ficou assinalado pela uniformização das unidades construtivas e dos preços de referência das Classes de Obras para as empreitadas de construção e manutenção das redes de distribuição de energia eléctrica, e lançamento nacional de consultas em regime de Empreitada Contínua, de que resultaram economias significativas na contratação destes serviços.

O esforço desenvolvido na área dos Aprovisionamentos Centralizados permitiu abranger, neste sistema, cerca de 90% do valor dos produtos adquiridos para as redes de distribuição, com ganhos nos custos de aquisição e na uniformidade dos produtos.

Internacionalização

O ano de 1999 foi um ano de reforço muito significativo das operações internacionais do Grupo EDP.

Com efeito, o valor dos activos envolvidos na actividade internacional, excluída a participação na Iberdrola, subiu para cerca de 10% do valor total dos activos do Grupo EDP, prosseguindo a estratégia de intervenção em geografias de elevado potencial de crescimento e com afinidades identificadas de produção de sinergias com o prestígio e com as competências do Grupo EDP.

O número de Clientes envolvidos nas participadas internacionais ultrapassou, em 1999, o total de Clientes do Grupo EDP em território nacional.



Actividade do Grupo EDP em 1999

Presença internacional do Grupo EDP



Brasil

No Brasil, o Grupo EDP adquiriu uma participação indirecta nas distribuidoras brasileiras ESCELSA, no Estado de Espírito Santo, e ENERSUL, no Estado de Mato Grosso do Sul, através da compra de 73,12% da *holding* IVEN, no valor de cerca de 102 milhões de contos.

Assim, o Grupo EDP passou a deter participações em empresas brasileiras de distribuição de energia eléctrica – CERJ, Coelce, Bandeirante,

Escelsa e Enersul – que servem um número de Clientes superior ao que a EDP tem em Portugal e vendem, por ano, cerca de 44.000 GWh, representando cerca de 15% do mercado brasileiro.



Consumo de energia eléctrica no Brasil - 290.975 GWh



Porém, a actividade das empresas distribuidoras de electricidade no Brasil foi afectada, de forma muito significativa, pela desvalorização do real, ocorrida em Janeiro de 1999.

Essa desvalorização penalizou, imediatamente, as empresas que mantinham dívida em dólares americanos. Acresce ainda que estas empresas foram penalizadas por adquirirem a preços denominados em dólares parte da energia que distribuem, o que gerou um acréscimo de custos que apenas foi reflectido nas

tarifas de venda a Clientes finais de forma incompleta e tardiamente.

Por outro lado, a redução do consumo de electricidade induzida pela retracção da actividade económica em geral e o adiamento da implementação de planos de racionalização, previstos aquando da aquisição das participações nessas empresas, tiveram também impacto negativo nas respectivas contas.

Apesar disso, a Escelsa e a Enersul, onde a participação foi adquirida em



Actividade do Grupo EDP em 1999

Agosto de 1999, bem como a Coelce, que não compra energia em dólares, tiveram um contributo positivo para o resultado do Grupo EDP.

Ainda no Brasil, no sector da produção de electricidade, continuou a bom ritmo a construção do aproveitamento hidroeléctrico do Lajeado, da Investco – onde a EDP Brasil detém 27,65% dos direitos de voto – prevendo-se a entrada em exploração em 2001 e o funcionamento pleno dos 5 grupos em 2002.

Foi também celebrado um protocolo com o Grupo Rede com vista ao desenvolvimento de um estudo de viabilidade da bacia de Tocantins, que inclui a revisão da análise da divisão das quedas a montante e a jusante do Lajeado.

O estudo foi realizado por um consórcio formado entre as empresas THEMAG, brasileira, e HIDRORUMO, do Grupo EDP, aguardando-se a apreciação oficial.

Foi ainda prosseguida uma intensa actividade de identificação de novos projectos e confirmados diversos outros, nos domínios termoeléctrico e de cogeração – Fafen, Mangueiros e

Fábrica de Papel Suzano – cujo desenvolvimento foi no entanto afectado pela incerteza que caracterizou o mercado brasileiro.

Já no final de 1999, e face às graves carências de energia identificadas no médio prazo, o Governo brasileiro lançou o Programa Prioritário de Termoelectricidade – com incentivos que garantem a segurança do abastecimento e preços de gás natural que assegurem a viabilidade dos projectos inscritos – com o objectivo de satisfazer as necessidades de energia eléctrica do Sistema Eléctrico Brasileiro a partir de 2003.

Atendendo ao crescimento de 4% previsto para os consumos de electricidade nos próximos anos, a EDP manifestou o seu interesse nesse Programa, inscrevendo vários projectos de construção de centrais térmicas no total de 2 650 MW, a realizar em parceria com outros investidores e com um investimento global de 1 300 milhões de dólares.

No sector do gás e de forma a usufruir de vantagem competitiva com vista à produção térmica – reconhecendo, por isso, o interesse estratégico em participar em empresas



de distribuição de gás natural – a EDP associou-se ao Grupo italiano ENI e assegurou a opção de compra de uma posição de 29% no consórcio que venceu o leilão da concessão de distribuição na área Noroeste do Estado de São Paulo.

Guatemala

Na Guatemala, prosseguiu o esforço de racionalização da empresa de distribuição de electricidade EEGSA, em que a EDP participa em parceria com a Iberdrola (espanhola) e a Teco (americana), designadamente concretizando uma acentuada redução de efectivos mediante recurso a *outsourcing* e apoio a empresas criadas por empregados desvinculados voluntariamente.

Em 1999 procedeu-se à fusão do veículo de compra – a DECA – com a empresa EEGSA, com benefícios também de índole fiscal.

Constituíram-se ainda empresas para serviços de rede, para transporte de energia e uma comercializadora e, por outro lado, iniciaram-se estudos sobre a viabilidade técnico-económica de um projecto para produção térmica.

Macau

O Grupo EDP aumentou a sua participação na CEM – Companhia de Electricidade de Macau, de 5% para 22%, através de um investimento de 13 milhões de contos.

Com este reforço significativo, a EDP tornou-se o maior accionista individual da CEM, empresa onde a EDP tem assumido um papel destacado na gestão e que, atentas as fortes expectativas de libertação de *cash flows*, poderá constituir um importante pólo para desenvolvimento de outras actividades na região.

Cabo Verde

Em associação com a IPE/Águas de Portugal, o Grupo EDP venceu o concurso para a privatização de 51% do capital da ELECTRA, empresa cabo-verdiana de produção e distribuição de energia eléctrica, produção e distribuição de água e prestadora de serviços de saneamento, tendo já celebrado o respectivo contrato de concessão.

Diversificação

A diversificação para novas áreas de negócio, como as telecomunicações e



Actividade do Grupo EDP em 1999

as águas, constitui uma das vertentes da estratégia do Grupo EDP.

O objectivo é potenciar os activos e capacidades existentes, intervindo em mercados de elevado crescimento, e desenvolver o conceito de *multi-utility*, com vista a maximizar a fidelização dos seus Clientes, através do contínuo aumento da qualidade e da eficiência dos serviços que presta.

Telecomunicações

O ano de 1999 foi caracterizado pelo reforço da aposta do Grupo EDP no sector das telecomunicações, aproveitando as oportunidades da liberalização do mercado português, nos serviços móveis e fixos. O objectivo final é maximizar o valor dos activos do Grupo EDP neste domínio e construir a base de uma participação activa nos negócios que a sociedade da informação irá promover:

Consubstanciando esta opção de fundo, a EDP adquiriu a totalidade das participações da TRANSGÁS e GDP na OPTER, a *sub-holding* em que o Grupo EDP agrupa as participações no sector das telecomunicações.

As iniciativas na área dos serviços de telecomunicações suportados na

rede fixa estiveram a cargo da ONI, empresa participada em 95% pelo Grupo EDP e que resultou da fusão da E3G com a EDINET. A ONI obteve em 1999 a primeira licença de operação da rede fixa.

Complementarmente, em 1999, a ONI adquiriu a COMNEXO, empresa de telecomunicações fixas com presença em todo o país, permitindo reforçar a capacidade de intervenção no segmento empresarial e conquistar a liderança de quota de mercado entre as novas operadoras de rede fixa.

No que se refere aos serviços de telecomunicações móveis, o Grupo EDP detém 25% da OPTIMUS, o mais recente operador móvel português, detentor de uma licença nacional GSM 900/1800.

A intensidade com que o Grupo EDP tem vindo a actuar no sector das telecomunicações permitiu obter a experiência e o *know how* necessários para ser considerado um sério candidato à próxima licença de UMTS (Universal Mobile Telecommunication System) que o ICP, Instituto das Comunicações de Portugal, irá colocar a concurso durante o ano 2000.





Neste âmbito são ainda de realçar os acordos estabelecidos com a TELECEL e com a BRISA para coordenação do desenvolvimento de infra-estruturas. Actualmente, o Grupo EDP gere uma rede de mais de 35 000 km de fibra óptica, assegurando também a ligação directa a Espanha através da Comunitel.

A maturidade atingida pelo Grupo EDP no domínio desta área de negócio, bem como a parceria com o Grupo BCP, permite também encarar com tranquilidade e optimismo os desafios e oportunidades da Nova Economia, designadamente com o futuro do *e-business*, com as tendências de convergência entre as telecomunicações e os conteúdos e com a área da *e-finance*.

Telecomunicações Fixas

Para além do desenvolvimento das actividades de aluguer de fibras ópticas e de prestação de serviços de internet e de voz a grupos fechados de utilizadores, a ONI preparou-se durante o ano de 1999 para o lançamento da operação de rede fixa, que se iniciou a 1 de Janeiro de 2000, a data fixada para a abertura do mercado aos operadores do serviço fixo telefónico.

Para prosseguir os objectivos estabelecidos foram investidos cerca de 45 milhões de contos no projecto, até ao final de 1999, sendo mais de 40% respeitantes a redes de fibras ópticas com cobertura nacional. Realizaram-se ainda outros investimentos importantes, como a rede de transporte baseada em tecnologia SDH (Sincron Digital Hierarchy) com cobertura nacional, a rede de transmissão de dados baseada em tecnologia IP (Internet Protocol) a rede de comutação de voz, a plataforma de ISP (Internet Service Provider), os sistemas de informação de gestão do negócio, dos Clientes, da facturação e da rede, o centro de atendimento telefónico, e o centro de gestão e controlo das operações de rede.

A ONI obteve, em concurso, duas licenças de utilização de frequências para acesso fixo via rádio (3,6 e 26,5 GHz), o que permite alargar o acesso directo a Clientes e antecipar a oferta de infocomunicações ao mercado.

Como consequência do elevado grau de notoriedade atingido com a campanha de divulgação da imagem da ONI registaram-se, no final do ano, mais de 100 mil Clientes pré-





Actividade do Grupo EDP em 1999

-aderentes, repartidos numa proporção praticamente idêntica entre o segmento das empresas e o residencial.

Ainda sem integrar a actividade como operadora global de serviços de telecomunicações, só iniciada em 2000 quando da abertura do mercado, o volume de negócios realizado pela ONI e pelas suas participadas, durante o ano de 1999, no sector das telecomunicações de rede fixa, atingiu os 4,5 milhões de contos, na prestação de Serviços de aluguer de circuitos, de transmissão de dados, de acesso à Internet, de redes privadas virtuais voz e dados (VPN) e de redes privadas de voz – SRPV-CUG.

A forte adesão registada permite já identificar, entre os principais Clientes empresariais da ONI – perto de um milhar, no final do ano – para além da própria EDP, algumas das principais empresas do sector financeiro (banca e seguros) e empresas de serviços e do sector alimentar, todas com a característica comum de necessitarem de serviços de telecomunicações fiáveis e sofisticados.

Telecomunicações Móveis

Durante o ano de 1999, o mercado das telecomunicações móveis manteve

um elevado ritmo de expansão em Portugal, estimando-se que no final do ano o número de Clientes do serviço móvel ascendia a 4,7 milhões, correspondendo a uma taxa de penetração de 47,5%.

A participada Optimus registava no final de 1999 aproximadamente 820 mil Clientes, ou seja, mais cerca de 538 mil Clientes que os existentes no final de 1998.

No domínio regulamentar, merece especial destaque o anúncio, em Dezembro, pelo Instituto das Comunicações de Portugal (ICP) de um conjunto de regras básicas aplicáveis ao concurso público para atribuição de 4 licenças de prestação de serviços móveis de terceira geração (UMTS), que será lançado no terceiro trimestre de 2000, devendo a prestação do serviço ter início em 1 de Janeiro de 2002.

Gás Natural

A EDP reforçou o seu papel no sector do gás natural em Portugal, através da participação no capital social da GALP, SGPS, *holding* constituída para o sector do gás e petróleos, tendo ainda reforçado a sua posição accionista por negociação com os parceiros privados da PETROCONTROL.



Por outro lado, através da EDP Cogeração, o Grupo EDP prosseguiu diversos estudos e projectos de cogeração, incluindo uma significativa cooperação com a GDP, que se estende também a projectos no Brasil. Para a realização de uma nova central de ciclo combinado a gás natural a EDP constituiu a empresa TER – Termoelétrica do Ribatejo, que iniciou já os estudos necessários à construção do empreendimento.

Águas

O Grupo EDP e o negócio das águas

Ainda com o objectivo de obter sinergias com o negócio principal e em concretização do conceito de oferta múltipla de serviços, a EDP constituiu a EDP Águas, empresa que desenvolverá a actuação do Grupo EDP no sector da distribuição de água.

Em Portugal, o sector das águas e saneamento constitui um prolongamento natural do âmbito de actuação da EDP, pelas inúmeras sinergias que podem ser exploradas em benefício dos Clientes e dos Municípios portugueses.

Neste domínio, o Grupo EDP poderá

beneficiar do capital de relacionamento com as autarquias e potenciar as suas competências empresariais, quer na área da distribuição, quer na área de prestação de serviços informáticos e de engenharia.

O mesmo conjunto de razões leva o Grupo EDP a procurar oportunidades no mercado internacional, com destaque para os países onde já tem presença no sector eléctrico.



A parceria com a Thames Water

Os objectivos enunciados motivaram a procura de um parceiro tecnológico que, pela sua reconhecida competência, dimensão e prestígio, pudesse complementar o Grupo EDP em termos das valências necessárias



Actividade do Grupo EDP em 1999

para actuar, de forma competitiva, no sector de águas e saneamento. Assim, foi escolhida a Thames Water, a maior empresa britânica de serviços públicos de abastecimento de águas e saneamento e uma das maiores a nível internacional. A extensão da sua presença e o profundo conhecimento do sector permitem à EDP um acesso privilegiado às mais eficientes e desenvolvidas formas de gestão de operações neste sector:

A identificada comunhão de estratégias reforça o âmbito de actuação desta parceria nas "geografias alvo" onde se pretende estabelecer e consolidar uma presença importante na promoção, desenvolvimento e gestão de negócios nos sectores de água, saneamento e afins.

A participação na ESSEL, concessionária da área da VI região administrativa do Chile, com 130 mil Clientes, foi a primeira aquisição efectuada no âmbito da parceria com a Thames Water:

A empresa VALORAGUA é a concretização para Portugal desta parceria com a Thames Water, com o objecto de participar em concursos para a concessão de serviços e visando proporcionar o aumento da qualidade

global das infra-estruturas e serviços de água e saneamento no País, em especial assegurando benefícios reais em termos de preços e qualidade do serviço prestado aos Clientes.

Gestão Comercial

Ocorreu ainda, em 1999, uma intensificação das solicitações de diversos serviços municipalizados de distribuição de água e de saneamento para utilização das competências e recursos da EDP em processos comerciais. No sector da distribuição de gás, a participação da gestão comercial da EDP é já superior a 90% da globalidade do mercado.

Neste domínio, através da EDINFOR, iniciaram-se e decorrem processos num número significativo de Municípios e outras entidades. Tendo ocorrido diversas adjudicações, foram celebrados 17 contratos durante o ano. No final de 1999, o número de contratos celebrados era de 52, abrangendo cerca de 2 milhões de Clientes nas áreas da água e do gás.



Recursos Humanos

Enquadramento e Evolução

A política de Recursos Humanos é, no Grupo EDP, assumida como um pilar estratégico de gestão para enfrentar os desafios nos variados sectores de actividade em que intervém, crescentemente exigentes em termos de eficiência e de qualificação profissional e tecnológica.

Assim, articulando a gestão de Recursos Humanos com os objectivos definidos de obtenção de níveis competitivos de eficiência, prosseguiu o programa de ajustamento de efectivos e foram estabelecidas as linhas essenciais para a renovação e qualificação de quadros que importa assegurar:

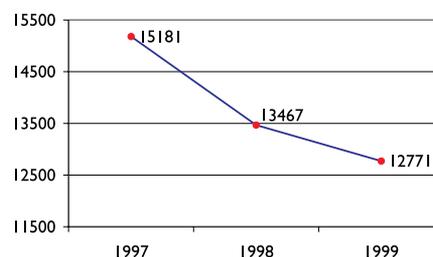
Em 31 de Dezembro de 1999, o número total de trabalhadores das empresas do Grupo EDP era de 13.883, dos quais 333 contratados a termo. O quadro seguinte mostra a distribuição por actividades:

Distribuição por actividades

	1999	1998
Produção	1.938	2.024
Transporte	684	674
Distribuição	9.330	9.938
Telecomunicações	453	345
Outras (inclui novas participadas e empresas de serviços)	1.478	951
Total	13.883	13.932

Nas empresas do sector eléctrico, incluindo as resultantes da cisão, o quadro de pessoal teve, em 1999, uma redução de 696 trabalhadores, de harmonia com as metas de médio prazo estabelecidas e em clima de estabilidade laboral, através de recurso a reformas e rescisões por mútuo acordo.

Evolução do número de trabalhadores nas empresas do sector eléctrico



A variação total, englobando as empresas adquiridas e outras participadas em Portugal e no estrangeiro, foi de uma redução de 49 trabalhadores.

No âmbito do esforço de internacionalização, mereceu atenção



Actividade do Grupo EDP em 1999

particular a gestão de colaboradores destacados a prestar serviço em empresas participadas pelo Grupo EDP no estrangeiro, procurando o estabelecimento de um quadro de referência que permita garantir a necessária mobilização de trabalhadores.

Na sequência da aprovação em Assembleia Geral de Maio de 1999, foi oportunamente implementado um programa de opção de compra de acções destinado aos quadros dirigentes do Grupo EDP. Este programa é suportado financeiramente pelas acções próprias detidas pela EDP.

Foi também dada prioridade à construção de um novo sistema de avaliação, que engloba duas componentes, distintas mas complementares: a gestão de competências, que visa estabelecer o perfil de competências para o futuro; e a avaliação dos resultados, feita anualmente, que permite olhar para a forma como os trabalhadores, no desempenho das suas funções, utilizam as suas competências para a obtenção de resultados.

Com efeitos decisivos na actuação futura da gestão dos recursos

humanos, prosseguiu o processo negocial do Acordo Colectivo de Trabalho, que substituirá o actual Acordo de Empresa.

Perspectiva-se a conclusão dos trabalhos no início do ano 2000, passando a dispor-se de um Instrumento de Regulamentação actualizado e que permita, em ambiente de concertação social, apoiar a condução da política de recursos humanos das empresas do Sector Eléctrico do Grupo EDP.

Formação

Em 1999, realizaram-se 23.247 dias de formação nas empresas do Grupo EDP, abrangendo 6.460 participantes.

Por áreas de formação, a maior incidência verificou-se nas actividades técnicas e de informática – em especial nas áreas de microinformática e do sistema SAP (Projecto Navegador e Novo Sistema Comercial) – bem como de Qualidade, Desenvolvimento Organizacional, Desenvolvimento e Eficácia de Gestão, Prevenção e Segurança, e Inglês.

Por empresas, destacam-se a Distribuição, com as áreas de Redes de Distribuição (Prevenção e Segurança, Trabalhos em Tensão, Programa de



Polivalência para Electricistas, Comercial – com os cursos de Atendimento Telefónico, Relacionamento com Clientes, Atendimento Personalizado de Clientes e Técnicas de Vendas – e Qualidade) e a EDINFOR.

A MRH, empresa do Grupo EDP vocacionada para a formação, prestou ainda serviços ao exterior no valor de 68,2 milhares de contos, dos quais 25,6 milhares de contos respeitaram a Projectos Internacionais – Angola, Moçambique e Cabo Verde.

Referem-se ainda, como realizações significativas, a preparação de um Protocolo de Cooperação com a Prevenção Rodoviária Portuguesa, um conjunto significativo de seminários sobre o euro, a consultoria sobre a Nova Regulamentação do Sector Eléctrico e a participação da MRH na redefinição da metodologia de avaliação de competências e resultados.

Prevenção e Segurança

Com a publicação da Declaração de Política de Segurança da EDP, o Grupo EDP reafirmou a determinação em continuar a promover a melhoria das condições

de segurança de modo a alcançar padrões continuamente mais elevados na prevenção dos acidentes de trabalho e doenças profissionais. Com efeito, a EDP dedica especial atenção à segurança, entendida como uma responsabilidade empresarial integrante da qualidade dos serviços e produtos das empresas do Grupo EDP.

Com esse objectivo desenvolveu-se uma intensa actividade no campo da prevenção, de que merece destaque:

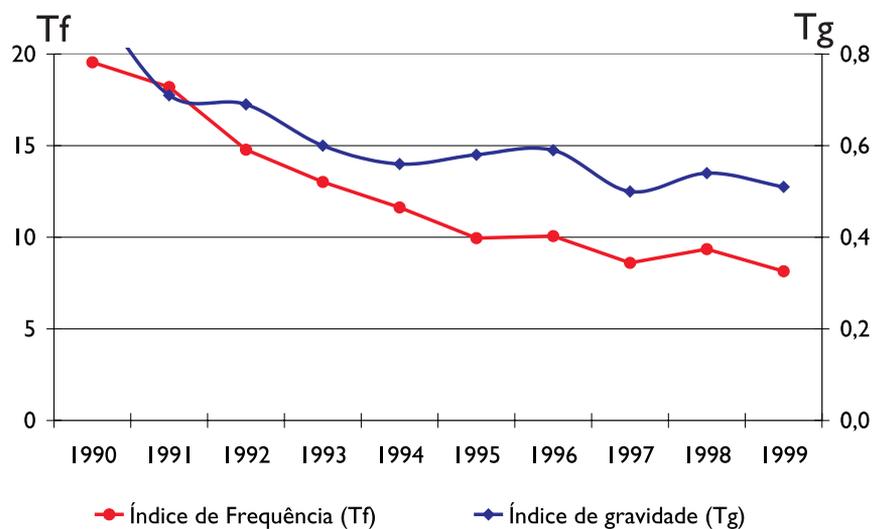
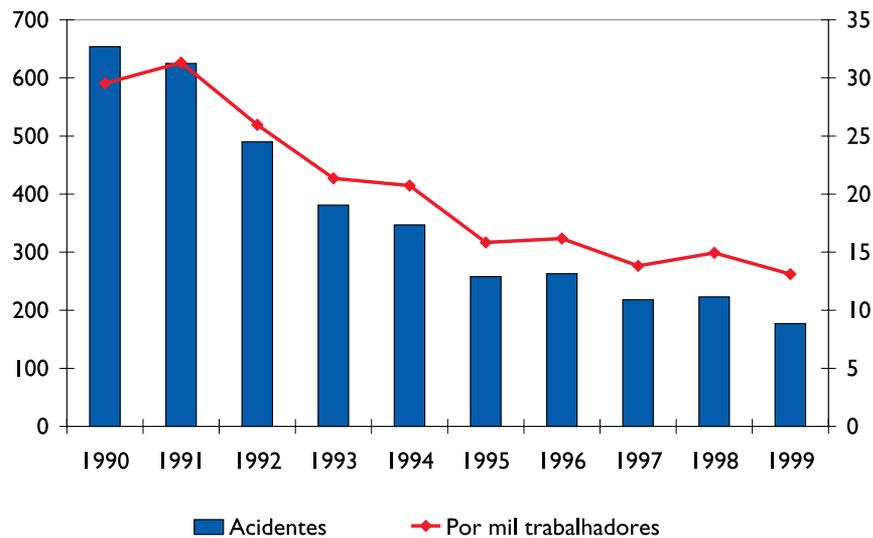
- o programa "Apostar na Segurança: O Futuro com Confiança", dirigido nesta fase aos trabalhadores da área técnica da Distribuição, visando a sua mobilização, em particular quanto à necessidade de eliminação dos acidentes eléctricos e dos acidentes de viação;
- a revisão dos planos de emergência dos centros produtores e o estabelecimento de planos de evacuação para as instalações administrativas;
- o reforço da intervenção junto dos nossos prestadores de serviços, em especial visando a adequação da organização e actuação da segurança nas obras às exigências da Directiva Europeia sobre estaleiros temporários ou móveis.



Actividade do Grupo EDP em 1999

Como resultado, verificou-se uma diminuição tanto no número de acidentes como na sua gravidade, retomando a tendência de acentuada melhoria que vinha caracterizando a progressão dos índices de frequência e de gravidade em matéria de acidentes de trabalho no Grupo EDP.

Evolução dos principais índices de segurança





Outras Actividades

Ambiente

A estratégia ambiental da EDP assenta em três eixos principais: garantia de cumprimento dos compromissos assumidos, acompanhamento das principais evoluções e tendências a nível internacional e desenvolvimento de Programas de Acção no âmbito do Grupo EDP.

A actuação no exercício de 1999 prosseguiu a estratégia subjacente aos princípios formalizados na Declaração sobre Política de Ambiente do Grupo EDP, datada de 1994.

Assegurou-se ainda o rigoroso cumprimento das obrigações legais, nacionais e comunitárias, em matéria de ambiente – designadamente quanto aos resíduos produzidos e eliminados e quanto aos tectos de emissão atribuídos ao Sistema Eléctrico de Serviço Público – bem assim como o cuidado acompanhamento da Avaliação de Impacte Ambiental dos Projectos e Empreendimentos em curso.

Assim, foi dada continuidade às acções decorrentes dos compromissos assumidos pela EDP, salientando-se:

- o Programa de Modificação dos Sistemas de Queima da Central de Sines, com a instalação de queimadores de baixo teor de NOx no grupo 3, em cumprimento do **Plano Nacional de Redução de Emissões das Grandes Instalações de Combustão**, que define, para as centrais termoeléctricas do SEP, o tecto sectorial de emissões atmosféricas;
- a satisfação de valores mínimos estabelecidos de caudal fluvial, a construção de um dispositivo de medição e o tratamento paisagístico das margens do rio Lima, compreendendo a eliminação de duas escombrelas ainda aí existentes, em execução do **Convénio relativo à Optimização da Exploração dos Aproveitamentos Hidroeléctricos do Alto Lindoso e do Touvedo, no rio Lima**.

Pela repercussão que poderão vir a ter nas actividades do Grupo EDP e no nosso país, cabe destacar o acompanhamento das iniciativas europeias e internacionais no âmbito do combate à poluição atmosférica e às alterações climáticas, no domínio da qualidade da água, a Recomendação da UE sobre níveis de referência dos campos eléctricos e magnéticos



Actividade do Grupo EDP em 1999

e a proposta comunitária de introdução de "taxas ambientais".

Durante o ano de 1999, concluiu-se o processo de implementação do Sistema de Gestão Ambiental da Central Termoeléctrica de Setúbal e sua Certificação, pela Lloyd's Register Quality Assurance, segundo a norma internacional ISO 14 001 relativa à Auditoria e Gestão Ambiental.



Merece igualmente realce a participação do Grupo EDP no exercício de simulação de um mercado de electricidade e de emissões de CO², desenvolvido pela Union of the Electricity Industry – EURELECTRIC em colaboração com a International Energy Agency e a ParisBourse^{SBF}.

Investigação e Desenvolvimento

A política de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e de inovação tecnológica do Grupo EDP, num contexto de liberalização do mercado, orientou-se, durante o ano de 1999, para o aumento da competitividade dos produtos e dos serviços das empresas e para a redução dos custos das suas actividades nucleares.

Neste sentido, procedeu-se à reformulação das linhas gerais de orientação estratégica da I&D, passando pela definição criteriosa e antecipada dos principais domínios de interesse e pela definição dos Projectos a privilegiar:

Este novo enquadramento conduziu, designadamente, à adopção de novas ferramentas de decisão para a selecção de Projectos; à procura de Projectos de maior valor acrescentado, com resultados exploráveis a curto prazo e de menor risco; e ao estabelecimento de uma nova Regulamentação Administrativa para a participação das empresas do Grupo EDP e Gabinetes da *holding* em projectos comunitários.

Em 1999, o Grupo EDP participou em 30 Projectos de I&D (17 comunitários



e 13 nacionais), 12 dos quais foram concluídos no decurso do ano. Com uma duração média de 36 meses, estes Projectos representaram, na sua totalidade, um orçamento de 2,44 milhões de contos no que respeita à contribuição da EDP, sendo de 940 milhares de contos a comparticipação financeira de programas comunitários.

O leque de sectores tecnológicos abrangido pelos Projectos é vasto – materiais, sistemas de informação, ambiente, automação e controlo, produção eléctrica convencional e energias renováveis – com destaque para: Integridade estrutural de componentes críticos de Centrais; Impacto ambiental das Centrais Termoeléctricas; Métodos inovadores de manutenção; Novas tecnologias de contagem na baixa tensão; Desenvolvimento de sistemas na área das Tecnologias da Informação; e Demonstração no domínio das energias renováveis.

A EDP participou ainda em diversos *fora* internacionais no domínio da I&D, nomeadamente, ao nível da Unipede/EURELECTRIC: Working Group "R&D" e "Renewables", da AIE; "Photovoltaic Power Systems Programme"; da "European Utilities

Initiative for the 5th Framework Programme on R&D"; e da DA/DSM-Distributech.

Telecomunicações Industriais e de Segurança

O esforço de investimento realizado no desenvolvimento das redes de segurança de telecomunicações fixa e móvel com vista a suportar com qualidade e segurança as actividades de distribuição e transporte de electricidade – e disponibilizar a capacidade excedentária para utilização na rede fixa – conduziu à instalação de 1057 km de infra-estrutura de fibra óptica (mais de 50% da rede existente) e à execução dos primeiros sistemas de transmissão de alto débito, no sistema, SDH (Sincron Digital Hierarchy), de transporte de sinal a 155 Mbit/segundo.

Prosseguiu também a coordenação e gestão, junto do ICP, do cadastro das licenças radioeléctricas das empresas do Grupo EDP e a definição de condições uniformes de instalação e partilha de infra-estruturas a nível do Grupo EDP.

Actividades Laboratoriais

A natureza das actividades desenvolvidas pelas empresas de



Actividade do Grupo EDP em 1999

electricidade requer uma assistência permanente de laboratórios sofisticados e tecnologicamente evoluídos, área assegurada pela LABELEC, que dá assim continuidade a uma experiência de prestígio, reconhecida dentro e fora do Grupo EDP.

A actividade desenvolvida em 1999 pela LABELEC enquadra-se na consolidação do seu trabalho para as empresas do Grupo EDP e no fomento de uma actuação mais sistemática no mercado em geral.

Confirmou-se a tendência de crescimento da prestação de serviços, com um aumento global de cerca de 6% em relação ao ano anterior, igualmente acompanhado por uma evolução positiva da produtividade.

No âmbito do objectivo estratégico de acreditação dos Laboratórios da LABELEC concretizou-se a acreditação dos Laboratórios de Ensaios Físicos e de Materiais Isolantes.

Sistemas de Informação

Durante o ano de 1999, a actividade da empresa na área dos Sistemas de Informação foi, a exemplo do que já acontecera no ano anterior;

profundamente marcada por quatro factores: a proximidade do Ano 2000; a continuação do processo de liberalização e introdução da concorrência no mercado de energia eléctrica; a reorganização da área da Distribuição; e o início da aplicação do novo Plano Director de Sistemas.

Ao longo do ano, verificou-se uma elevada concentração de esforços em acções tendentes a assegurar a conformidade dos sistemas de informática de gestão e de controlo em tempo real com o "Ano 2000" e a habilitar a EDP a responder adequadamente às exigências da regulação do sector.

O lançamento do **Sistema Integrado de Apoio à Gestão (SIAG)** visa substituir os sistemas que actualmente suportam os processos de apoio à gestão por um sistema integrado sobre a plataforma SAP R/3, cobrindo a generalidade das áreas de informação do Grupo EDP.

Prevê-se para 2000 a entrada em produção do primeiro módulo SAP – Recursos Humanos – em todas as empresas do Grupo EDP; os restantes módulos entrarão em produção até



finais de 2001, de modo a evitar a reparação dos sistemas actuais para a última fase do euro.

Com o projecto do **Sistema de Gestão Comercial da Distribuição** pretende-se dotar a área da distribuição de electricidade com um sistema uniforme e capaz de suportar as necessidades actuais e futuras dos processos de gestão comercial, para substituição dos actuais sistemas comerciais e modernização dos recursos tecnológicos adequados à actuação no mercado liberalizado e à última fase do euro.

Este sistema apresentará simultaneamente dimensões multi-produto, multi-serviço e multi-empresa e contemplará soluções de gestão de contactos com Clientes e de suporte a *marketing* e vendas, bem como a integração com outros canais de comunicação e desenvolvimento de negócios (internet, comércio electrónico, ferramentas de *workflow*, etc.), prevendo-se a sua entrada em produção durante o ano de 2001.

O projecto de **Gestão de Sistemas Distribuídos** visa criar condições para melhor aproveitamento dos recursos

informáticos existentes; o novo modelo de gestão preconiza a concentração da gestão operacional de todos os componentes de sistemas (informática individual, redes locais, e sistemas distribuídos) numa única entidade, designadamente potenciando a sua gestão em modo remoto.

A **Gestão de Contactos com Clientes (CRM)** pretende substituir o actual Atendimento Telefónico, saturado e sem potencial de expansão, por uma plataforma tecnológica e de serviços base que possam servir o atendimento de Clientes, quer de electricidade quer de outras áreas de negócio, internas ao Grupo EDP (por exemplo assistência a utilizadores informáticos) ou para prestação de serviços ao exterior.

No último trimestre, procedeu-se às adaptações necessárias ao funcionamento de uma empresa de Distribuição única em Janeiro de 2000.

Serviços de Engenharia

Actividade da PROET

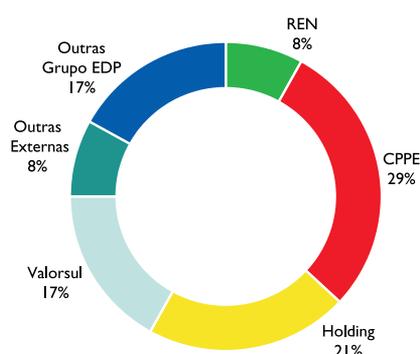
Uma parte significativa da actividade da PROET desenvolveu-se em projectos para as empresas do Grupo



Actividade do Grupo EDP em 1999

EDP; a actividade para o exterior correspondeu a cerca de 25% das vendas de serviços de engenharia.

Vendas 1999



No âmbito do Grupo EDP destaca-se a realização de serviços de engenharia e gestão para a CPPE, nomeadamente para redução das emissões de NOx e lançamento da instalação de um novo computador de processo para a Central de Sines; por outro lado, além de diversos projectos de engenharia civil de construção de linhas e subestações, procedeu-se à elaboração de estudo técnico-económico sobre localizações alternativas de novo centro electroprodutor de ciclo combinado.

Merece ainda referência a prestação de serviços relativos à construção de uma Central de Cogeração, nas instalações da SOPORCEL, em Lavos e à construção da Central de Resíduos Florestais de Mortágua.

Para o exterior do Grupo EDP salienta-se a significativa incidência na área do aproveitamento energético de resíduos, designadamente dos trabalhos realizados para a Central de Resíduos Sólidos da Valorsul.

Também para a Empresa de Electricidade dos Açores – EDA, foi assegurada a continuidade da prestação de serviços de engenharia iniciada em anteriores exercícios.

No âmbito internacional, prosseguiu a prestação de serviços de "engenheiro independente" na central marroquina de Jorf-Lasfar, a prestação de apoio à EDP no empreendimento da Central de Biomassa Vegetal da Bioelettrica (Itália) e a participação em vários projectos de Investigação e Desenvolvimento apoiados pela União Europeia.

Foi ainda prestado apoio específico à EDP Internacional em projectos termoeléctricos para o Brasil, S. Tomé e Príncipe, Guatemala e Líbano.

Merece ainda referência um significativo conjunto de trabalhos complementares da actividade principal da PROET, realizados para Clientes industriais portugueses, na área da

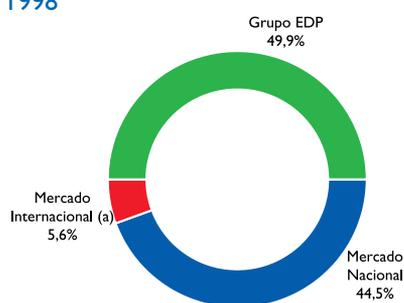


caracterização de efluentes gasosos e de ensaios de funcionamento de instalações e equipamentos.

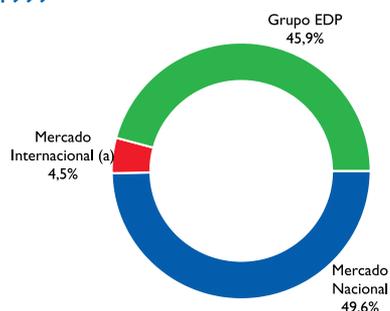
Actividade da HIDRORUMO

Durante o ano de 1999, a HIDRORUMO procedeu à elaboração de diversos estudos e projectos e realizou actividades de gestão e fiscalização no âmbito da construção de novos aproveitamentos hidroeléctricos e parques eólicos, e executou trabalhos de remodelação e reabilitação, bem como de controlo de segurança de barragens, nas suas vertentes estrutural e hidráulica.

1998



1999



(a) – Inclui os valores de prestações de serviços, através da EDP Internacional, a Clientes estrangeiros

À semelhança do verificado no ano anterior, uma parte significativa da actividade da empresa respeitou a trabalhos para o exterior do Grupo EDP, cujo valor ultrapassou mesmo o das actividades desenvolvidas para as empresas do Grupo.

Destacam-se as actividades relativas à construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Alqueva e à elaboração do projecto base de Pedrógão e do Sistema de Adução Alqueva-Álamos, para a EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva; o desenvolvimento dos Planos de Bacia do rio Douro e dos rios Lima, Cávado, Ave e Leça, para o INAG – Instituto da Água e a Direcção Regional do Ambiente do Norte; a fiscalização e monitorização da empreitada de construção do túnel 4, para a C.M. do Porto; a fiscalização da construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas, para a firma Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso; e o estudo prévio de uma Barragem no rio Paiva para a ADP – Águas do Douro e Paiva.

Para o mercado externo, no âmbito internacional, destaca-se a prestação



Actividade do Grupo EDP em 1999

de serviços ao ONE – Office Nationale de l'Electricité (Marrocos) relativa ao complexo hidroeléctrico de Dchar El Oued – Ait Messaoud, e o crescimento da actividade no mercado brasileiro, resultante do envolvimento nos estudos de viabilidade de um aproveitamento no Estado de Tocantins e na avaliação de activos de produção em exploração/construção.

Para o Grupo EDP assinalam-se os seguintes trabalhos: projecto do Reforço de Potência de Venda Nova II e gestão e fiscalização das respectivas

do Aproveitamento Hidroeléctrico de Vila Cova; beneficiação dos equipamentos do grupo VI do Aproveitamento Hidroeléctrico de Belver; projectos de licenciamento, e contratação, gestão e fiscalização da construção dos Parques Eólicos de Cabeço Rainha e de Cadafaz; e as actividades ligadas ao Controlo de Segurança das Barragens do Grupo EDP.

Justifica-se também uma referência aos diversos trabalhos realizados no âmbito dos estudos de viabilidade e/ou de reforço de potência de aproveitamentos hidroeléctricos e no das observações hidrometeorológicas, revisão de caudais afluentes e criação de séries hidrológicas semanais e mensais, necessários ao planeamento de novos centros produtores.

Cooperação Empresarial

Enquanto entidade inserida numa sociedade global, o Grupo EDP e as empresas participadas relacionam-se a vários níveis com empresas congéneres e as suas associações, nacionais e estrangeiras, bem como com organismos oficiais ou organizações não governamentais de vária índole.



obras preliminares; conclusão do Estudo de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor; projecto, contratação, gestão e fiscalização da Remodelação



Merece destaque a participação da EDP na missão portuguesa que inventariou as necessidades de reconstrução de Timor-Leste, no quadro da ONU. Em especial, a EDP colaborou activamente na elaboração do plano de recuperação das infra-estruturas de produção e distribuição de electricidade, tendo ainda contribuído, sob diversas formas, para amenizar as carências do povo e do território timorense.

Por outro lado, a EDP integrou um conjunto de empresas que constituiu a Harii, uma Sociedade portuguesa de desenvolvimento destinada a apoiar a implantação de empresas e a realização de projectos de reconstrução no território de Timor. O Grupo EDP tem ainda participações na SHIPEC, para prospecção de oportunidades de negócio na China, na empresa moçambicana PIM, para a construção e exploração de um parque industrial na cidade de Matola, e participa em projectos empresariais de investigação tecnológica de produção de electricidade – como a Elcogás em Espanha e a Bioelettrica em Itália – para além de outros projectos de índole universitária e técnica.

A EDP participou também na reparação de redes eléctricas afectadas pelos fortes temporais que assolaram a França, no Inverno passado.

Actividade Mecenática

Dada a vasta colaboração da EDP em diversas iniciativas humanitárias, culturais e desportivas, destacam-se, em 1999, o patrocínio exclusivo à Companhia Nacional de Bailado, a participação no projecto de restauro da Torre de Belém (iniciativa que mereceu um prémio Europa Nostra 1999, prestigiosa distinção internacional na área da conservação do património cultural) e os apoios prestados à Meia-Maratona de Lisboa, organização consagrada e associada à componente infanto-juvenil da prova "Luzinha Mini-campeões", e à corrida de S. João, no Porto, também já com pergaminhos na modalidade.



Investimento

O investimento global do Grupo EDP atingiu, em 1999, cerca de 307 milhões de contos.

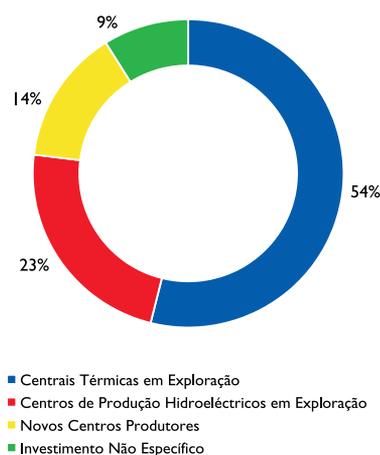
Investimento	(milhares de contos)	
	1999	1998
Produção		
– vinculada	9.333	9.752
– não vinculada	2.297	2.410
– energias renováveis	3.694	2.300
– cogeração	7.549	3.216
Transporte	9.858	8.269
Distribuição	46.390	51.573
Outros	1.933	3.127
Investimento Corrente – Electricidade	81.054	80.647
Telecomunicações	72.850	1.139
Internacionalização	123.319	99.070
Iberdrola	19.026	57.429
Outras actividades	10.767	0
Total	307.016	238.285

Investimentos Correntes

Produção

No final do ano, o investimento acumulado da CPPE a custos técnicos atingiu 9,3 milhões de contos, sendo de destacar os montantes relativos a Novos Centros Produtores, com 1,3 milhões, e Centrais em Exploração com 7,2 milhões. Os investimentos no parque em exploração repartiram-se em 2,1 milhões de contos pela Produção Hidráulica e 5,1 milhões de contos pela Produção Térmica.

Investimentos da CPPE a custos técnicos em 1999



Relativamente aos projectos de investimento específico realizados em 1999, realçam-se como mais significativos:

- conclusão dos trabalhos das Obras Preliminares do Reforço de Potência do Aproveitamento Hidroeléctrico de Venda Nova e realização do Estudo de Impacte Ambiental, com a respectiva consulta pública; aguarda-se a aprovação do projecto e a conclusão do licenciamento, para dar início à empreitada principal de construção civil;
- início do processo de licenciamento do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, com a entrega do Estudo Prévio e do Estudo



- de Impacte Ambiental;
- instalação no grupo 3 da Central de Sines dos novos queimadores de baixo teor de óxidos de azoto, integrada no programa de redução de emissões de NOx, que se iniciou em 1997, com a instalação no grupo 2, e que se concluirá em 2000 com a instalação no grupo 4;
- conclusão da construção do edifício do Centro de Telecomando Único das centrais hidroeléctricas e início da montagem e ensaios visando a respectiva entrada em serviço em 2000.

Transporte

Dos projectos de expansão da Rede Nacional de Transporte concluídos em 1999 destacam-se:

- reforço da alimentação à zona central da cidade de Lisboa, com a entrada em serviço de um novo injector 220/60 kV, em Sete Rios, alimentado a partir da subestação de Carriche através de um cabo subterrâneo a 220 kV;
- aumento da potência de transformação na subestação de Évora para melhoria da satisfação de consumos na região;
- construção dos postos de corte

de Ermidas do Sado e Monte da Pedra-Palma para alimentação à REFER, empreendimentos integrados no programa de electrificação da rede ferroviária do sul do País.

No final do ano estavam em curso de execução vários projectos, destacando-se, pela sua importância:

- reforço da alimentação à zona de Castelo Branco/Portalegre, com instalação de um autotransformador 400/150 kV, de 250MVA, na subestação da Falagueira;
- reforço da rede de 220 kV na área metropolitana do Porto, com a passagem da linha Recarei-Vermoim para linha dupla;
- criação das infra-estruturas para integração da central do Alqueva na Rede Nacional de Transporte, compreendendo a construção das linhas Sines-Ferreira do Alentejo e Ferreira do Alentejo-Alqueva, ambas a 400 kV, assim como a instalação de autotransformação 400/150 kV na subestação de Ferreira do Alentejo.

O investimento total na Rede de Transporte ascendeu a 9,9 milhões de contos, sendo de destacar o valor



de 1,25 milhões que se destinou à expansão da rede de fibra óptica integrada nos cabos de guarda das linhas de Muito Alta Tensão.

Distribuição

O investimento na Distribuição foi de 46,4 milhões de contos, a custos técnicos. Em relação a 1998 houve um sensível decréscimo, de 10,1%, consequência da implementação do projecto de racionalização de investimentos.

Investimento na distribuição

	1999	1998
AT/MT	14.008	17.078
BT	23.612	29.191
Outros	8.770	5.304
Total	46.390	51.573

Investimentos em Diversificação e Internacionalização

Os investimentos em diversificação e internacionalização totalizaram 226 milhões de contos, dos quais se destaca a aquisição de 73,12% da IVEN, no montante de 102,3 milhões de contos, e os investimentos em telecomunicações, de 72,9 milhões de contos.

Investimentos em Diversificação

O esforço de investimento do Grupo EDP durante o ano de 1999 foi bastante mais relevante que no ano anterior, devido essencialmente à preparação para o início de actividade da ONI como operador fixo de telecomunicações a 1 de Janeiro do corrente ano.

O total do investimento na área das telecomunicações ascendeu a 72,9 milhões de contos, dos quais 37,1 milhões de contos corresponderam a investimentos em infra-estruturas e 35,7 milhões de contos corresponderam a investimentos do Grupo EDP em aquisição de participações estratégicas, nomeadamente a compra da Comnexo e a compra de 40% do capital da OPTEP. Assim, a EDP detém actualmente 100% da OPTEP, *sub-holding* que por sua vez detém 95% da ONI e 25% da Optimus.



Investimentos em Internacionalização

Na área internacional, o investimento realizado em aquisições em 1998 e 1999 repartiu-se de acordo com o quadro seguinte:

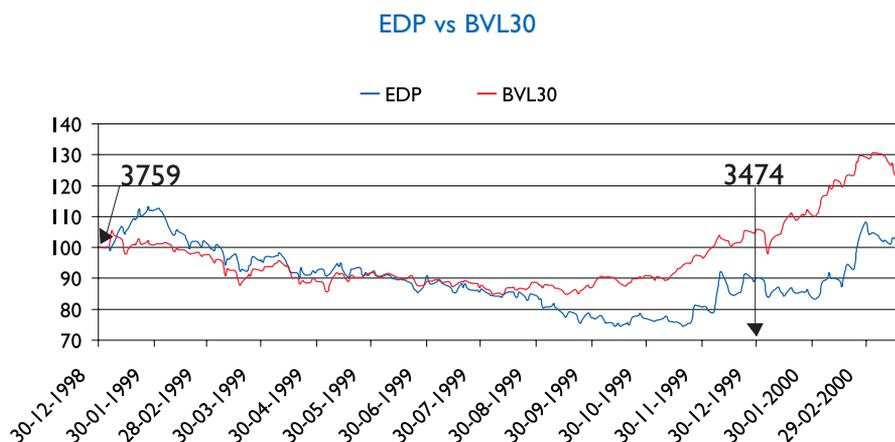
Investimentos em internacionalização

1999			
Empresa	País	Actividade	mil contos
Iven	Brasil	Distribuição Electricidade	102.299
CEM	Macau	Produção e Distribuição Electricidade	13.964
Electra	Cabo Verde	Produção e Distribuição Electricidade, Água e Saneamento	5.456
Lajeado	Brasil	Produção Electricidade	1.600
			123.319

1998			
Empresa	País	Actividade	mil contos
Bandeirante	Brasil	Distribuição Electricidade	83.800
EEGSA	Guatemala	Distribuição Electricidade	12.400
Redal	Marrocos	Distribuição Electricidade, Água e Saneamento	722
Lajeado	Brasil	Produção Electricidade	2.100
			99.022



Comportamento no Mercado de Capitais



As acções da EDP estão cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa e, através de um programa de *American Depositary Receipts*, ADR's, na Bolsa de Nova Iorque. As acções da EDP constituem também um activo base para contratos de futuros transaccionados na Bolsa de Derivados do Porto.

Desde o início de 1999, o mercado de capitais português passou a actuar no novo espaço euro, contexto em que foi eliminado o risco cambial. Após a evolução negativa do primeiro semestre e grandes perdas nos meses de Verão, o mercado bolsista português registou uma forte subida no último trimestre, acabando o ano com um saldo favorável, tendo o índice BVL-30 valorizado 10% durante 1999.

Para isto contribuiu a evolução das bolsas europeias, as operações de *stock split* (multiplicação do número de acções pela divisão do seu valor), as operações de concentração em alguns sectores e a dinâmica gerada pelos sectores pertencentes à denominada "nova economia" – novas tecnologias, telecomunicações e *media*.

A cotação das acções da EDP no fecho de 1999 foi de 3 474 escudos, correspondente a uma desvalorização de 7,6% face ao valor registado no final de 1998. A evolução do título EDP durante o ano reflectiu a descida acentuada das tarifas eléctricas para 1999 e a desvalorização do real, pela repercussão sobre os investimentos no Brasil. No decorrer de 1999 foram transaccionadas 199,1 milhões de acções da EDP, correspondendo a um volume médio diário de 796 mil acções.

Ano 2000 e Euro



O projecto "Ano 2000", visando assegurar a conformidade dos sistemas de informação, equipamentos informáticos, equipamentos de comunicações e componentes automatizados de centrais de produção e das redes de transporte e distribuição, foi sem dúvida o mais prioritário de todos os projectos na área das tecnologias de informação durante o exercício de 1999.

Testaram-se e repararam-se quase todas as grandes aplicações corporativas. De um total de 12 milhões de linhas de código, cerca de 50% tiveram de ser corrigidas.

Testaram-se e repararam-se também todas as redes globais e locais de comunicação de dados em exploração no Grupo EDP; cerca de 95% das redes foram objecto de intervenção, desde o simples *upgrade* de algum *software* até à substituição de alguns equipamentos.

Testaram-se ainda todos os sistemas de controlo em tempo real existentes nas instalações industriais das empresas do Grupo EDP e repararam-se ou substituíram-se aqueles que, naqueles testes, se revelaram não conformes.

Como consequência do trabalho exaustivo de teste e reparação, foi possível produzir e emitir Garantias 2000 de todas as instalações industriais e administrativas e de todas as empresas do Grupo EDP,

conforme estipulava o procedimento de garantias encadeadas que constituíam evidência do trabalho efectuado e suportavam a Garantia EDP enviada, a partir do início de Novembro, a todos os parceiros que a solicitaram.

Por último, e apesar da convicção de que, como consequência de se ter feito um trabalho de elevada qualidade, não iria haver problemas de continuidade de fornecimento de energia eléctrica, prepararam-se e implementaram-se Planos de





Contingência sectoriais e globais (o efectivo total de prevenção para assegurar uma mais rápida resolução de qualquer eventual incidente foi cerca de 3,5 vezes superior ao habitual em outras passagens de ano) e montou-se, nas instalações da REN em Sacavém, o Centro de Operações 2000 da EDP, a partir do qual se acompanhou a passagem do ano e se estabeleceu a ligação operacional com todos os outros Centros de Operação 2000, nacionais e estrangeiros.

Graças ao trabalho efectuado, a entrada no ano 2000 ocorreu sem qualquer problema.

Quanto à preparação para a moeda única, recorda-se que, em tempo, a EDP adoptou uma atitude de não criar obstáculos à liberdade de opção dos seus parceiros, aproveitando a oportunidade para substituir uma parte substancial dos seus sistemas, que na generalidade dos casos se encontravam francamente envelhecidos.

Esta opção traduziu-se num conjunto mínimo de alterações aos sistemas ainda em exploração, efectuadas ainda em 1998; na realidade, tratou-se de criar condições para que qualquer transacção comercial pudesse ser efectuada em escudos ou em euros sem, no entanto, alterar a moeda base de cada sistema, que continuou a ser o escudo.

Evolução Económica e Financeira



Balanço

Assinala-se o crescimento do Activo Líquido em cerca de 263,4 milhões de contos, sobretudo devido ao acréscimo do Imobilizado, incluindo o resultante das acções de internacionalização e diversificação, que contribuiu para o aumento do Activo em 182,1 milhões de contos.

O Activo Circulante cresceu cerca de 31,8 milhões de contos, dos quais cerca de 8,5 milhões respeitam a existências, na decorrência da aquisição de empresas com forte componente comercial no âmbito dos sistemas de informação.

No que respeita ao Passivo, anota-se que a Dívida Financeira atingiu o montante de 875,8 milhões de contos, com um crescimento de cerca de 180 milhões de contos, o que se explica pelo acréscimo de investimento global verificado no Grupo EDP.

Na sequência de anos anteriores, os Capitais Próprios continuam a assegurar elevada cobertura do Passivo Exigível, configurando o saudável equilíbrio financeiro do Grupo EDP.

Balanço Comparativo

(milhões de contos)

		1998	1997	1996
Imobilizado (líquido)	2.130,2	2.119,3	2.173,9	2.196,8
Investimentos Financeiros (líquidos)	364,4	193,3	39,2	39,0
Créditos MLP	14,6	28,5	19,1	17,1
Activo Circulante	152,8	121,0	90,1	110,6
Acréscimos e Diferimentos	86,5	23,0	24,6	22,5
Activo	2.748,5	2.485,1	2.346,9	2.386,0
Provisões p/riscos e encargos	138,8	133,6	93,1	85,6
Passivo Financeiro	875,8	695,8	627,3	683,1
Outros créditos	120,1	101,6	86,9	105,2
Correcção de Hidraulicidade	68,0	77,7	77,7	77,7
Acréscimos e Diferimentos	330,5	247,7	223,0	201,2
Capitais Próprios	1.214,9	1.228,4	1.238,5	1.233,1
Interesses minoritários	0,1	0,3	0,1	0,1
Passivo + Capitais Próprios	2.748,5	2.485,1	2.346,9	2.386,0



Evolução Económica e Financeira

Anota-se que, em 31 de Dezembro de 1999, a EDP detinha o quantitativo de 350.000 acções próprias, que adquiriu durante o exercício ao abrigo de deliberação da assembleia geral, ao preço médio de 16,7192 euros por acção. As acções em carteira dão suporte ao programa de *stock-options* destinado aos Corpos Gerentes e Quadros do Grupo EDP.

Demonstração de Resultados

Apesar da acentuada baixa de tarifas verificada no seu negócio principal – produção, transporte, distribuição e venda de energia eléctrica – o Grupo EDP conseguiu manter o resultado positivo no exercício de 103,0 milhões de contos, na mesma ordem de grandeza do ano anterior:

Com efeito, o acréscimo dos consumos de electricidade permitiu compensar parcialmente os efeitos da redução de tarifas, ao mesmo tempo que as vendas de outros produtos do Grupo EDP e a prestação de serviços diversificados conduziram globalmente a um volume de vendas superior em cerca de 12,4 milhões de contos ao de 1998.

Globalmente, os proveitos operacionais atingiram o montante de 673,4 milhões de contos, com um crescimento de 27,1 milhões de contos relativamente a 1998. Os Custos Operacionais ascenderam a 491,8 milhões de contos, contra 433,7 em 1998. Por sua vez, os Resultados Operacionais reduziram-se em 31,0 milhões de contos. Para esta redução contribuiu significativamente o acréscimo de cerca de 37,4 milhões de contos verificado na aquisição de electricidade e de combustíveis para produção de energia eléctrica por via térmica. Os acréscimos de custos verificados em algumas das rubricas integrantes dos Custos Operacionais resultam, fundamentalmente, da expansão do Grupo EDP, especialmente na sua actividade de diversificação e de prestação de serviços.

Os Resultados Financeiros negativos reduziram-se relativamente a 1998 (28,2 milhões de contos contra 40,9 milhões de contos) devido sobretudo à gestão activa da dívida financeira que soube tirar partido, quer das reduções de taxas de juro, quer de vantajosas situações de mercado.



Os Resultados Extraordinários mantiveram-se dentro do nível do ano anterior:

A aplicação dos normativos contabilísticos internacionais, aplicáveis supletivamente em Portugal, permite que, no que respeita aos Impostos sobre o Rendimento, o Grupo EDP possa diferir a sua consideração como custo. Em consequência, foram efectuados diferimentos líquidos de passivos e provisões não aceites fiscalmente neste exercício, no valor de 9,3 milhões de contos.

Demonstração de resultados comparativa

(milhões de contos)

	1999	1998	1997	1996
Custo Existências Vendidas Consumidas	180,9	143,1	134,8	126,4
Fornecimentos e Serviços Externos	57,6	45,4	45,0	49,7
Pessoal	92,8	86,3	83,8	81,3
Amortizações Exercício	123,5	122,5	123,6	124,7
Provisões Exercício	8,2	8,2	9,4	7,4
Rendas de Concessões	25,8	24,7	23,4	24,8
Outros Custos Operacionais	3,1	3,5	10,2	10,2
Custos Financeiros	52,7	88,1	83,4	62,6
Custos Extraordinários	32,9	35,2	24,2	33,6
Impostos s/Lucros	61,7	79,1	67,6	66,5
Custos Totais	639,2	636,1	605,4	587,2
Vendas e Prestações de Serviços	615,9	603,5	571,5	546,9
Trabalhos p/ Própria Empresa	42,9	38,9	38,1	48,7
Proveitos Suplementares	0,7	1,9	2,3	1,8
Outros Proveitos Operacionais	14,0	2,1	0,6	0,5
Proveitos Financeiros	24,6	47,1	41,5	25,0
Proveitos Extraordinários	44,1	46,7	44,5	45,2
Proveitos Totais	742,2	740,2	698,5	668,1
Interesses Minoritários	0,0	0,7	0,0	0,1
Resultados Líquidos	103,0	104,8	93,1	81,0

Cash Flow

O *Cash Flow*, definido como a soma das rubricas "Resultado Líquido" com "Amortizações do Exercício", acrescida das "Variações das Provisões", ascendeu a 234,1 milhões de contos, o que representa um acréscimo de 2,9 milhões de contos sobre o *Cash Flow* referente ao exercício de 1998.



Actividade Financeira

Sublinha-se a obtenção de notação de crédito emitida pelas agências de *rating* internacional Standard & Poor's e Moody's Investor Services, que atribuíram *ratings* de longo prazo de AA e Aa3 respectivamente. Estas notas posicionam o Grupo EDP entre as empresas com o *rating* mais elevado, proporcionando-lhe novas perspectivas de financiamento em termos de mercados, instrumentos e investidores, bem como em termos de negociação de prazos mais longos para os financiamentos.

Na sequência da obtenção do *credit rating* foi estabelecido, com um prestigiado grupo internacional de Bancos, um Programme for Debt Issuance no montante de EUR 2.000 milhões, admitido à cotação nas Bolsas de Valores de Londres e Paris. Um programa desta natureza flexibiliza a emissão de obrigações, dado que as condições contratuais são conhecidas *a priori* pelo mercado e os procedimentos legais e de registo, assim como os seus custos, estão já cobertos pelo programa.

A eficácia dos *ratings* obtidos foi comprovada pela receptividade do

mercado à emissão inaugural da EDP de EUR 1.000 milhões por um prazo de dez anos. Na verdade, tendo o montante inicial da emissão sido de EUR 750 milhões, foi, posteriormente, aumentado em EUR 250 milhões devido à forte procura verificada por parte de investidores institucionais europeus.

Em termos de novo endividamento e após uma ausência de 3 anos, a EDP retornou ao mercado internacional de créditos sindicados, contratando um empréstimo no montante de EUR 600 milhões, na modalidade de *revolving credit facility*. A qualidade do crédito da EDP, conjugada com a raridade de mutuários portugueses neste mercado, atraiu um conjunto de bancos de grande prestígio internacional. Este financiamento, que permite utilizações de vários prazos, representa um complemento perfeito aos programas de papel comercial de que o Grupo EDP já dispõe e que foram aumentados para 130 milhões de contos durante o ano.

No primeiro semestre do ano foram ainda contratados cinco empréstimos, na sua maioria com prazos entre os 7 e os 10 anos, no montante total de EUR 400 milhões,



junto do sistema bancário nacional. Estas operações foram participadas por bancos que anteriormente tinham menor exposição de crédito ao Grupo EDP e, portanto, contribuíram para uma saudável diversificação de credores.

Em termos de gestão da carteira de dívida, procedeu-se ao pagamento antecipado de dois empréstimos no montante global de cerca de 400 milhões de Euros, denominados em Yen e em DEM, e à renegociação de um empréstimo sindicado que resultou na sua conversão em Euro e na extensão do prazo.

Ainda neste âmbito, foi concluída a renegociação da dívida ao BEI, no montante de 485 milhões de Euros, eliminando risco cambial pela conversão ou redenominação destes empréstimos em Euros, fixando as taxas de juro em 3,75% ao ano e, também, no seguimento da atribuição do *rating*, libertando as garantias do Estado Português a empréstimos contraídos pela EDP junto daquela Instituição. Actualmente, apenas os empréstimos com o banco KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau beneficiam ainda de garantias do Estado Português.

Tal como no passado, a contratação de nova dívida e a gestão da respectiva carteira tiveram como principais orientações a gestão da maturidade e o controlo dos riscos de moeda e de taxa de juro. Neste âmbito, refere-se que, em resultado das acções desenvolvidas ao longo do ano, prolongou-se a vida média da carteira de dívida do Grupo EDP. Por sua vez, o risco cambial é praticamente nulo, dado que a dívida em Euro representa cerca de 99,9% da carteira. Anota-se ainda que, no final do ano, o endividamento global atingiu 875,8 milhões de contos, tendo aumentado 180 milhões de contos no decurso do exercício.

Em termos de risco de taxa de juro, refere-se que no final do ano cerca de 22,7% da dívida era remunerada a taxa fixa. A taxa de juro média de 4,17% no final do ano de 1998, depois de forte redução até Novembro de 1999 – 3,36% – subiu em Dezembro, atingindo 3,51% no final do exercício.

Finalmente, no que respeita à actividade financeira, considera-se que o conjunto das acções desenvolvidas no decurso do ano, em que se integra a formação da EDP Finance BV, em Amsterdão, proporcionou níveis de



Evolução Económica e Financeira

flexibilidade e diversificação no acesso ao financiamento e um grau de liquidez satisfatório, o que permite fazer face ao plano de actividades e investimentos do Grupo EDP.

Correcção de Hidraulicidade

O movimento nesta conta, originado pelas circunstâncias em que se desenvolveu o ano hidrológico foi, o seguinte:

Saldo inicial	77.688.063
Diferencial anual	(11.929.632)
Proveitos Financeiros	2.227.384
Saldo Final	67.985.815

O diferencial de 11,9 milhões de contos constitui a redução dos encargos reais face aos encargos de regime hidrológico médio.

Anota-se que o proveito financeiro constitui encargo da EDP, tendo sido calculado à taxa de 3,51%, correspondente à taxa média da dívida financeira da EDP.

Comparticipações Financeiras de Apoio ao Investimento

Estas participações representam as entregas de Clientes respeitantes a obras em seu favor, nomeadamente novas ligações e, também, a apoios financeiros da U. E. através dos Fundos Estruturais Comunitários.

No exercício a que este Relatório se reporta foram recebidos de Clientes cerca de 30,5 milhões de contos. Por sua vez, o apoio da U. E. cifrou-se em 2,4 milhões de contos.

Trabalhos para a Própria Empresa

O Grupo EDP contribuiu para o investimento com meios próprios, que ascenderam a 42,9 milhões de contos, com a seguinte decomposição:

Trabalhos para a própria empresa

(milhões de contos)

	1999	1998	1997	1996
Materiais Diversos e Fornecimentos e Serviços de Terceiros	33,9	29,1	27,2	29,1
Encargos Estruturais	7,1	6,7	7,4	14,3
Encargos Financeiros	1,9	3,1	3,5	5,3
Total	42,9	38,9	38,1	48,7

Esta evolução resulta essencialmente de actividades na área das telecomunicações e na dinâmica de prestação de serviços das empresas do Grupo EDP.

Aspectos Fiscais e Parafiscais

O Grupo EDP está autorizado, por despacho do Senhor Ministro das Finanças, a proceder à consolidação fiscal. Desta forma, o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC) incide sobre a actividade global do Grupo EDP, desenvolvida pelas



filiais detidas acima de 90% em território nacional.

O IRC, calculado sobre a actividade do exercício em apreço, atinge o montante de 71,0 milhões de contos.

O Grupo EDP passou a adoptar a Directiva nº 12 do International Accounting Standard (IAS) referente a Impostos diferidos pelo que se procedeu à análise do impacto futuro das diferenças temporais subjacentes ao valor dos Activos e Passivos existentes em Balanço. Em consequência desta análise foram regularizados valores incluídos em Reservas de Reavaliação que não serão reconhecidos como custo fiscal no montante de 68,3 milhões de contos e foram acrescentados aos Resultados Transitados 50,2 milhões de contos relativos a Provisões também não aceites fiscalmente.

Desta forma, o montante do IRC do exercício reduz-se em 9,3 milhões de contos, passando a taxa de imposto de 42% para 37,4%.

Distribuição de Resultados aos Trabalhadores

Faz parte da política de recursos humanos do Grupo EDP a atribuição

de lucros aos seus trabalhadores. Esta política concretiza-se nas empresas a que os trabalhadores estão afectos.

Proposta de aplicação dos resultados de 1999

O Conselho de Administração apresenta, à Assembleia Geral de Accionistas, a seguinte proposta de aplicação de resultados:

(valores em escudos)

Resultado Líquido	103.034.924.311
Reserva Legal (5%)	5.151.750.000
Dividendos	84.000.000.000
Resultados Transitados	13.883.174.311
	103.034.924.311

Assinala-se que se mantém neste exercício o nível de dividendo a distribuir por acção decidido no ano anterior; isto é, de 140\$00 por acção.



Factos Posteriores e Perspectivas para 2000

Factos Relevantes Após o Termo do Exercício

Já durante o ano 2000, concretizou-se o processo de fusão das empresas de distribuição do Grupo EDP, com a constituição da EDP Distribuição, empresa que passará a assegurar a actividade de distribuição de electricidade.

Foi concluído o processo de licenciamento ambiental e técnico do Reforço de Potência do Aproveitamento Hidroeléctrico de Venda Nova, preconizando-se o início da obra principal do empreendimento em Maio de 2000 e a entrada em exploração no 2.º semestre de 2004.

No que respeita ao empreendimento do Baixo Sabor, cuja licença foi atribuída na sequência da suspensão do aproveitamento de Foz-Côa, foi oportunamente elaborado o respectivo Estudo de Impacte Ambiental.

Relativamente às matérias sujeitas a regulação, assinala-se que para o ano 2000 foi definido um decréscimo uniforme de 0,6% das tarifas de electricidade e foi aprovada pela ERSE a proposta da EDP

com opções tarifárias dirigidas aos Grandes Clientes.

Após a entrada da EDP no capital social da GALP, SGPS, S.A., mediante subscrição do aumento de capital por troca da posição accionista da EDP na Transgás, atendendo ao interesse estratégico para o Grupo EDP e confirmada a disponibilidade da PETROCONTROL para alienar a sua participação, foi celebrado um acordo de aquisição de uma nova participação de cerca de 11% do capital social da GALP, que só se tornará efectivo mediante a autorização das autoridades nacionais e comunitárias em matéria de concorrência.

A EDP Cogeração, em consórcio com a GDP Energia, celebrou um contrato para a construção e operação de uma central de cogeração, de cerca de 40 MW, para abastecimento de electricidade e vapor às instalações fabris da Solvay Portugal, na Póvoa de Santa Iria. Com este projecto, o Grupo EDP continua um relacionamento antigo com um importante Cliente, agora em novos contornos e concretizando uma solução energética inovadora e eficiente que assenta no gás natural.



Na área das telecomunicações, a ONI iniciou a actividade do serviço de telecomunicações da rede fixa, foram celebrados acordos entre a Oni e a Telecel, de âmbito comercial, e entre a Oni, a Telecel e a Brisa para utilização de infra-estruturas.

Foi ainda celebrado um acordo estratégico entre a EDP e o BCP para os negócios de *e-finance*, serviços não financeiros com base na internet e telefonia móvel de tecnologia UMTS. O acordo prevê ainda a aquisição de participações recíprocas de até 5% do capital.

Perspectivas para 2000

Para o ano 2000, não levando em conta a influência das temperaturas, espera-se um crescimento dos consumos de electricidade na ordem dos 4 a 5%. Esta previsão é sustentada pelo crescimento económico nacional, que se estima em 3,3% e pela elasticidade superior a 1 que tem caracterizado o crescimento dos consumos face ao PIB.

Os custos unitários de produção não deverão reduzir-se face a 1999, devido, sobretudo, aos custos de capacidade da central da Tapada do Outeiro e ao aumento dos custos de combustíveis.

A liberalização do mercado da electricidade, iniciada em 1999, verá em 2000 os primeiros efeitos práticos. Admite-se que ao longo deste ano alguns grandes clientes se desvinculem do Sistema Eléctrico Público (SEP) e



passem a ser abastecidos no Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV). Os efeitos sobre a EDP e sobre as tarifas do SEP não serão, no entanto, muito significativos, pois o conjunto de Clientes que até agora solicitou o processo de desvinculação representa cerca de 130 GWh.

No âmbito da preparação para a liberalização do mercado da electricidade, a EDP iniciou já, através da EDP Energia, formas de

Factos Posteriores e Perspectivas para 2000



actuação no SENV como fornecedor alternativo ao SEP.

A *pool* portuguesa deverá começar a operar ainda no 1º semestre deste ano, embora não estejam ainda definidas as regras de relacionamento com a *pool* espanhola.



Ainda no domínio da regulação é de referir que a EDP propôs e foi aceite pela ERSE um conjunto de opções tarifárias que se traduzem em descontos adicionais para grandes Clientes do SEP que adiram a cláusulas de interruptibilidade ou que possam gerir o seu diagrama de cargas no período de "supervazio". Estas opções vigoram durante o ano

de 2000. A EDP está também a colaborar com a ERSE num estudo visando a alteração da actual estrutura tarifária.

Na área internacional, espera-se uma recuperação das empresas de distribuição participadas pela EDP no Brasil, como consequência da recuperação da economia brasileira e com o ultrapassar do efeito negativo da desvalorização do Real sobre as contas das empresas.

No Brasil, são objectivos da EDP consolidar as actuais participações accionistas nas empresas de distribuição de electricidade Bandeirante, Escelsa e Enersul e investir na área da produção de energia eléctrica. A EDP assinou recentemente com o Governo brasileiro um protocolo que prevê um investimento significativo em centrais de ciclo combinado a gás natural, a realizar em parceria com outras empresas.

Na área da diversificação, assinala-se que a EDP irá concorrer a concessões para distribuição de água, no âmbito do acordo estabelecido com a Thames Water e com o objectivo de desenvolver o conceito de *multi-utility*.



As telecomunicações terão, ao longo de 2000, um grande impulso. A EDP apostou decisivamente neste sector como um segundo *core business*. Desenvolvendo as anteriores participações nas áreas das infra-estruturas, da rede fixa e da rede móvel, a EDP definiu como estratégia expandir as suas actividades para a área da "nova economia". Foi neste sentido que a EDP anunciou recentemente um acordo com o Banco Comercial Português para o desenvolvimento de actividades nas áreas de *e-finance*, B2B e B2C.



Referências Finais

O Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento ao Governo Português, nomeadamente ao Senhor Ministro das Finanças e da Economia, e aos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e da Indústria e Energia, pelo apoio concedido em diversas situações da vida da Empresa.



É também devido um agradecimento a todas as entidades que colaboraram com o Grupo EDP, designadamente:

- à CMVM e às BVL e BDP;
- Revisores Oficiais de Contas e

Auditores Externos das empresas do Grupo EDP;

- Instituições Financeiras;
- Instituições de carácter científico e técnico;

Ainda um agradecimento, especial:

- aos Clientes das empresas do Grupo EDP, a quem se reitera o empenhamento na procura de níveis de qualidade desejáveis à satisfação plena das suas necessidades;
- aos Accionistas, pela confiança que mantêm no Grupo EDP;
- aos Trabalhadores e Colaboradores, pela forma positiva como têm contribuído para o desenvolvimento do Grupo EDP e pela competência e profissionalismo no desempenho das suas funções.

Em sequência de consulta a que se procedeu em 1999, foi seleccionada a empresa PricewaterhouseCoopers para a auditoria externa no triénio 1999/2001; cumpre ao Conselho de Administração expressar o seu apreço pela qualidade e profissionalismo dos serviços há longos anos prestados pela Ernst & Young e pelo bom relacionamento sempre mantido com o Grupo EDP.



Finalmente, ao Senhor Doutor Vítor Constâncio, o Conselho de Administração exprime o seu reconhecimento pela valiosa colaboração prestada ao Grupo EDP durante o exercício das funções de Administrador, cargo a que renunciou em Fevereiro, sendo posteriormente nomeado Governador do Banco de Portugal.

O Conselho de Administração

Dr. Mário Cristina de Sousa
Presidente

Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira
Guimarães
Vice-Presidente

Dr. Humberto da Costa Biu
Vogal

Eng. Francisco de la Fuente Sánchez
Vogal

Eng. Luís Filipe Lucena Ferreira
Vogal

Eng. Ignacio Francisco Javier
Herrero Sorriqueta
em representação da Iberdrola
Vogal

Lisboa, 28 de Março de 2000



EDP – Estrutura accionista

Em 31 de Dezembro de 1999

	Acções	%
Estado Português (D.G.T.)	263.861.456	43,98%
Caixa Geral de Depósitos	28.934.804	4,82%
Partest – Participações do Estado, SGPS, S.A.	12.219.240	2,04%
Subtotal Entidades Públicas	305.015.500	50,84%
The Bank of New York (Banco depositário)	16.577.391	2,76%
The Chase Manhattan Bank (Banco depositário)	14.890.857	2,48%
Iberdrola	24.000.800	4,00%
Restantes accionistas privados	239.515.452	39,92%
Total	600.000.000	100,00%

Anexo referido no nº 5 do art. 447º do Código das Sociedades Comerciais

1999

Membros do CA e Familiares	Acções			
	Data	Preço (escudos)	Aquisição	Saldo 31/12/99
Mário Cristina de Sousa	30/06/1999	PF	12	362
Cônjuge M. Clarinda Sousa				75
Jorge Ferreira Guimarães	30/06/1999	PF	12	828
Cônjuge Emília M. Morgado	30/06/1999	PF	2	256
Humberto da Costa Biu	30/06/1999	PF	12	778
Cônjuge M. Manuela Jesus Biu	30/06/1999			529
Francisco la Fuente Sánchez	30/06/1999	PF	12	853
Cônjuge M. Berta Pi Sánchez	30/06/1999	PF	2	281
Luís Filipe Lucena Ferreira	30/06/1999	PF	12	
	19/10/1999	875.103	300	1.153
Cônjuge M. Isilda Lucena Ferreira	30/06/1999	PF	12	827
Vitor Manuel Ribeiro Constâncio	30/06/1999	PF	4	104
Cônjuge M. José Constâncio	30/06/1999	PF	4	104
IBERDROLA		18.623.064.992	6.000.800	24.000.800

PF - Acções adquiridas a título do Prémio de Fidelidade



Cargos Sociais desempenhados pelos membros do Conselho de Administração da EDP

Dr. Mário Cristina de Sousa

- Presidente do Conselho de Administração da Electricidade de Portugal Internacional, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da OPTEP, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da SOGESTE, S.A.
- Administrador da GALP, SGPS, S.A.
- Administrador da IBERDROLA
- Membro do Conselho Superior do BCP – Banco Comercial Português

Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães

- Presidente do Conselho de Administração da EDP Distribuição, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da EDINFOR – Sistemas Informáticos, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da LABELLEC – Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A.
- Administrador da Tejo Energia, S.A.
- Administrador da SOGESTE, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da COPIDATA, S.A.

Dr. Humberto da Costa Biu

- Presidente do Conselho de Administração da SÃVIDA – Medicina Apoiada, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da MRH – Mudança e Recursos Humanos, S.A.
- Administrador da ENERGIA, RE
- Administrador da Electricidade de Portugal Finance Company (Ireland) Limited
- Administrador da EDP Finance BV



Eng. Francisco de La Fuente Sánchez

- Administrador da Electricidade de Portugal Internacional, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da CERJ – Companhia de Electricidade do Rio de Janeiro
- Vice-Presidente da Empresa Bandeirante de Energia, S. Paulo, Brasil
- Administrador da EDP Brasil, Ltda.
- Administrador da ENERPAULO – ENERGIA PAULISTA, Ltda.
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Águas – Gestão de Águas e Saneamento, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Cogeração, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Energia, S.A.
- Administrador da TER – Termoelétrica do Ribatejo, S.A.

Eng. Luís Filipe Lucena Ferreira

- Presidente do Conselho de Administração da CPPE – Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.
- Administrador da MRH – Mudança e Recursos Humanos, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da TER – Termoelétrica do Ribatejo, S.A.
- Administrador da EDA – Electricidade dos Açores, S.A.
- Administrador da EDP Águas – Gestão de Águas e Saneamento, S.A.
- Administrador da PORTSINES – Terminal Multipurpose de Sines, S.A.

Síntese de Elementos das Empresas do Grupo EDP



Sede Social:

Av. José Malhoa, Lote A 13
1070-157 LISBOA
Telef. 21 001 30 13
Fax 21 726 50 29
Nº de Contribuinte: 500 697 256

Domínio de Actividade:

Promoção, dinamização e gestão, por forma directa ou indirecta, de empreendimentos e actividades na área do sector eléctrico, tanto a nível nacional como internacional, com vista ao incremento e aperfeiçoamento do desempenho do conjunto das sociedades do Grupo EDP.



Sede Social:

Av. Barbosa du Bocage, 45
Apartado 14125 – 1064-002 LISBOA
Telef. 21 352 53 53
Fax 21 799 24 20
Nº de contribuinte: 503 293 695

Domínio de Actividade:

Produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias, sob a obrigação de garantir, em última instância, a evolução sustentada do sistema electroprodutor nacional.

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	3.000.000.000	601.446.000
Activo	13.709.567.627	2.748.521.537
Capitais Próprios	6.059.882.966	1.214.897.457
Passivo	7.647.754.033	1.533.237.024
Vendas	3.072.012.570	615.883.224
Resultados Operacionais	906.323.640	181.701.576
Resultados Líquidos	513.936.039	103.034.925

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	1.231.033.210	246.800.000
Activo	4.694.813.504	941.225.601
Capitais Próprios	2.849.990.348	571.371.765
Passivo	1.844.823.151	369.853.835
Vendas	1.111.290.295	222.793.701
Resultados Operacionais	485.971.668	97.428.572
Resultados Líquidos	277.053.636	55.544.267

Síntese de Elementos das Empresas do Grupo EDP



Sede Social:

Av. Estados Unidos da América, 55, 20º
1749-061 LISBOA
Telef. 21 847 01 80
Fax 21 847 44 86
Nº de contribuinte: 503 264 032

Domínio de Actividade:

Gestão global do Sistema Eléctrico de Abastecimento Público - SEP, visando garantir a estabilidade e segurança do abastecimento de electricidade e assegurando a conjugação dos interesses dos diversos intervenientes em presença; exploração e desenvolvimento da Rede Nacional de Transporte de Muito Alta Tensão, em Portugal Continental; gestão da carteira de sítios para centrais eléctricas e realização de concursos para a construção e a exploração de novos Centros Produtores de Energia Eléctrica.

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	532.716.154	106.800.000
Activo	1.623.617.277	325.506.039
Capitais Próprios	1.165.172.330	233.596.079
Passivo	458.444.948	91.909.960
Vendas	1.758.243.224	352.496.118
Resultados Operacionais	95.202.208	19.086.329
Resultados Líquidos	62.830.409	12.596.366



Sede Social:

Rua Camilo Castelo Branco, 43
1050-040 LISBOA
Telef. 21 353 88 33
Fax 21 353 40 94
Nº de contribuinte: 504 394 029

Domínio de Actividade:

Distribuição e venda de energia eléctrica e prestação de serviços acessórios ou complementares.

Valores principais em 1999*:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	1.022.036.891	204.900.000
Activo	5.081.446.090	1.018.738.475
Capitais Próprios	2.564.414.855	514.119.019
Passivo	2.517.028.641	504.618.936
Vendas	2.960.832.364	593.593.594
Resultados Operacionais	285.039.774	57.145.344
Resultados Líquidos	261.056.973	52.337.224

*Valores indicativos, por soma das 4 distribuidoras.
A EDP Distribuição iniciou a actividade em 2000



Sede Social:

Av. Estados Unidos da América, 55, 11º
1749-061 LISBOA
Telef. 21 841 21 00
Fax 21 841 27 10
Nº de contribuinte: 503 161 314

Domínio de Actividade:

Projectção, construção e exploração de meios de produção de energia eléctrica no sector das energias renováveis alternativas.



Sede Social:

Rua do Caires, 292, 1º
4704-516 BRAGA
Telef. 253 60 30 50
Fax 253 61 88 36
Nº de Contribuinte: 503 367 257

Domínio de Actividade:

Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias e/ou alheias.

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	3.740.984	750.000
Activo	29.100.159	5.834.058
Capitais Próprios	4.521.613	906.502
Passivo	24.578.546	4.927.556
Vendas	2.922.976	586.004
Resultados Operacionais	1.386.289	277.926
Resultados Líquidos	648.118	129.936

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	24.441.097	4.900.000
Activo	68.771.920	13.787.532
Capitais Próprios	37.522.461	7.522.578
Passivo	31.249.469	6.264.955
Vendas	12.253.888	2.456.684
Resultados Operacionais	4.454.111	892.969
Resultados Líquidos	3.281.856	657.953

Síntese de Elementos das Empresas do Grupo EDP



Sede Social:

Apartado 182, Quintela
6270-909 SEIA
Telef. 238 320 000
Fax 238 320 027
Nº de Contribuinte: 503 326 887

Domínio de Actividade:

Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias e/ou alheias.



Sede Social:

Praça Marquês de Pombal, 13
1250-162 LISBOA
Telef. 21 353 88 33
Fax 21 353 40 94
Nº de Contribuinte: 503 504 564

Domínio de Actividade:

Produção e compra e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias, bem como qualquer outro tipo de comercialização de energia.

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	45.390.609	9.100.000
Activo	103.605.366	20.771.011
Capitais Próprios	73.055.087	14.646.230
Passivo	30.550.279	6.124.781
Vendas	11.757.474	2.357.162
Resultados Operacionais	5.518.675	1.106.395
Resultados Líquidos	4.713.022	944.876

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	49.979.749	10.020.040
Activo	93.304.875	18.705.948
Capitais Próprios	74.072.994	14.850.302
Passivo	19.231.881	3.855.646
Vendas	8.481.704	1.700.429
Resultados Operacionais	3.579.444	717.614
Resultados Líquidos	2.804.092	562.170



Sede Social:

Rua do Bolhão, 36
4000-111 PORTO
Telef. 22 200 82 01
Fax 22 208 31 09
Nº de Contribuinte: 503 293 547

Domínio de Actividade:

Realização de estudos e projectos, gestão de empreendimentos e fiscalização de obras de qualquer ramo de engenharia, principalmente no domínio da hidráulica, realização total ou parcial desses empreendimentos, estudos hidrológicos, geotécnicos, topográficos, sócio-económicos e ambientais, bem como gestão geral da qualidade de empreendimentos em construção.

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	2.793.268	560.000
Activo	14.332.883	2.873.485
Capitais Próprios	5.887.995	1.180.437
Passivo	8.444.888	1.693.048
Vendas	14.863.040	2.979.772
Resultados Operacionais	457.727	91.766
Resultados Líquidos	1.413.010	283.283



Sede Social:

Av. Estados Unidos da América, 55, 2º
1749-061 LISBOA
Telef. 21 847 01 80
Fax 21 840 94 19
Nº de Contribuinte: 503 293 504

Domínio de Actividade:

Prestação de serviços de engenharia de âmbito geral, multidisciplinar e de especialidade, envolvendo consultoria, concepção e execução de projectos e gestão de empreendimentos, apoio e participação na investigação, desenvolvimento e demonstração, no contexto nacional e internacional, com especial relevância para o sector eléctrico, designadamente no domínio da produção termoeléctrica, prospecção, análise e avaliação de actividades, projectos ou realizações no domínio energético e industrial e gestão geral da qualidade de empreendimentos da construção.

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	2.244.591	450.000
Activo	9.722.469	1.949.180
Capitais Próprios	4.876.278	977.606
Passivo	4.846.191	971.574
Vendas	10.763.405	2.157.869
Resultados Operacionais	1.021.319	204.756
Resultados Líquidos	1.432.253	287.141



Síntese de Elementos das Empresas do Grupo EDP



Sede Social:

Rua Particular EDP (à Rua Cidade de Goa)
2686-997 SACA VÉM
Telef. 21 941 81 30
Fax 21 941 07 41
Nº de Contribuinte: 502 605 731

Domínio de Actividade:

Exploração de sistemas informáticos, próprios ou alheios, desenho, implementação e operação de redes de dados, desenvolvimento de programas e sistemas de informação com recurso a meios informáticos, consultoria nas áreas de gestão e de organização, formação profissional e comercialização e importação de produtos e equipamentos informáticos e actividades afins.



Sede Social:

Rua Cidade de Goa, 4
2686-997 SACA VÉM
Telef. 21 941 12 62
Fax 21 941 92 54
Nº de Contribuinte: 503 326 755

Domínio de Actividade:

Realização de trabalhos de engenharia, nomeadamente de índole laboratorial, tendo em vista um apoio à concepção e exploração de instalações e ao controlo de qualidade de equipamentos e sistemas, no âmbito da produção, transporte e distribuição de electricidade.

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	1.995.192	400.000
Activo	62.404.096	12.510.898
Capitais Próprios	14.663.516	2.939.771
Passivo	47.740.580	9.571.127
Vendas	74.932.089	15.022.535
Resultados Operacionais	13.805.120	2.767.678
Resultados Líquidos	9.578.411	1.920.299

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	2.194.711	440.000
Activo	6.840.469	1.371.391
Capitais Próprios	4.328.473	867.781
Passivo	2.511.996	503.610
Vendas	5.758.846	1.154.545
Resultados Operacionais	1.457.213	292.145
Resultados Líquidos	1.224.175	245.425



Sede Social:

Av. José Malhoa, Lote A 13
1070-157 LISBOA
Telef. 21 001 30 13
Fax 21 726 50 29
Nº de Contribuinte: 502 539 984

Domínio de Actividade:

Promoção, dinamização e gestão, por forma directa ou indirecta, de empreendimentos e actividades no sector de energia, a nível internacional, designadamente o estudo de viabilidade de novos negócios, aquisição e gestão de participações sociais, consultoria de organização e gestão de empresas, assistência técnica, elaboração e gestão de projectos, promoção e celebração de contratos comerciais, por conta própria ou alheia, e controlo da sua execução.

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	37.409.842	7.500.000
Activo	552.714.678	110.809.344
Capitais Próprios	32.716.149	6.558.999
Passivo	519.998.529	104.250.345
Vendas	12.870.687	2.580.341
Resultados Operacionais	5.265.450	1.055.628
Resultados Líquidos	-6.421.050	-1.287.305



Sede Social:

Rua D. Luís I, 12, 2º
1200-151 LISBOA
Telef. 21 322 22 00
Fax 21 322 22 05
Nº de Contribuinte: 503 293 520

Domínio de Actividade:

Consultoria e prestação de serviços de formação profissional e de gestão de Recursos Humanos.

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	399.038	80.000
Activo	2.553.845	512.000
Capitais Próprios	740.460	148.449
Passivo	1.813.385	363.551
Vendas	3.155.161	632.553
Resultados Operacionais	-210.952	-42.292
Resultados Líquidos	-53.346	-10.695

Síntese de Elementos das Empresas do Grupo EDP



Sede Social:

Av. José Malhoa, Lote A 13
1070-157 LISBOA
Telef. 21 001 30 13
Fax 21 726 50 29
Nº de Contribuinte: 502 881 690

Domínio de Actividade:

Compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim, estudo, concepção, desenvolvimento e comercialização, por conta própria ou alheia, de projectos imobiliários e turísticos, administração de bens e promoção imobiliária.



Sede Social:

Av. Casal Ribeiro, 15, 6º
1000-090 LISBOA
Telef. 21 313 89 00
Fax 21 315 06 46
Nº de Contribuinte: 503 293 512

Domínio de Actividade:

Prestação de cuidados de saúde e gestão e exploração de estabelecimentos hospitalares, assistenciais e similares próprios ou alheios.

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	748.197	150.000
Activo	19.353.613	3.880.051
Capitais Próprios	819.450	164.285
Passivo	18.534.163	3.715.766
Vendas	375.256	75.232
Resultados Operacionais	-265.046	-53.137
Resultados Líquidos	-108.668	-21.786

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	448.918	90.000
Activo	11.705.131	2.346.668
Capitais Próprios	1.021.229	204.738
Passivo	10.683.902	2.141.930
Vendas	30.616.150	6.137.987
Resultados Operacionais	-312.916	-62.734
Resultados Líquidos	179.458	35.978



Sede Social:

Av. Estados Unidos da América, 55, 11º
1749-061 Lisboa
Telef. 21 841 24 58
Fax 21 841 22 15
Nº de Contribuinte: 503 529 524

Domínio de Actividade:

Estudo, concepção, desenvolvimento e comercialização, por conta própria ou alheia, de projectos imobiliários e turísticos, promoção imobiliária, administração de bens imóveis próprios ou por conta de outrem, incluindo arrendamento, compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.



Sede Social:

Av. José Malhoa, Lote A 13
1070-157 Lisboa
Telef. 21 001 30 13
Fax 21 726 50 29
Nº de Contribuinte: 504 410 385

Domínio de Actividade:

Elaboração de estudos e promoção, execução, operação e comercialização de projectos inseridos num contexto de produção combinada de energia eléctrica e energia térmica, mediante processos de cogeração.

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	4.987.979	1.000.000
Activo	12.882.299	2.582.669
Capitais Próprios	4.199.923	842.009
Passivo	8.682.375	1.740.660
Vendas	0	0
Resultados Operacionais	158.169	31.710
Resultados Líquidos	-815.101	-163.413

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	2.498.987	501.002
Activo	26.668.250	5.346.504
Capitais Próprios	2.505.626	502.333
Passivo	24.162.623	4.844.171
Vendas	457.078	91.636
Resultados Operacionais	-14.355	-2.878
Resultados Líquidos	6.639	1.331

Síntese de Elementos das Empresas do Grupo EDP



Sede Social:

Av. Estados Unidos da América, 55, 9º
1749-061 LISBOA
Telef. 21 841 25 44
Fax 21 841 25 80
Nº de Contribuinte: 504 645 064

Domínio de Actividade:

Gestão e intermediação de frotas e de meios de transporte, gestão e prestação de serviços imobiliários e aquisição, contratação, gestão e intermediação de bens e serviços de apoio logístico às empresas.



Sede Social:

Av. da República, 57, 3º
1050-198 LISBOA
Telef. 21 001 57 00
Fax 21 001 57 10
Nº de Contribuinte: 504 657 992

Domínio de Actividade:

Promoção, desenvolvimento e gestão, por forma directa ou indirecta, de negócios nos sectores de água e saneamento.

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	750.002	150.362
Activo	1.195.938	239.764
Capitais Próprios	847.872	169.983
Passivo	348.066	69.781
Vendas	355.598	71.291
Resultados Operacionais	154.652	31.005
Resultados Líquidos	97.869	19.621

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	5.000.000	1.002.410
Activo	5.046.392	1.011.711
Capitais Próprios	4.734.261	949.134
Passivo	312.131	62.577
Vendas	38.888	7.796
Resultados Operacionais	-153.015	-30.677
Resultados Líquidos	-265.739	-53.276



TER
Termoelectrica do Ribatejo, S. A.

Sede Social:

Av. Estados Unidos da América, 55, 12º
1749-061 LISBOA
Telef. 21 001 34 02
Fax 21 001 32 02
Nº de Contribuinte: 504 718 347

Domínio de Actividade:

Estabelecimento e exploração de uma central termoelétrica de ciclo combinado e comercialização da energia produzida.

OPTEP, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Sede Social:

Av. José Malhoa, Lote A 13
1070-157 LISBOA
Telef. 21 001 56 60
Fax 21 001 56 70
Nº de Contribuinte: 503 943 525

Domínio de Actividade:

Gestão de participações noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	500.000	100.241
Activo	586.896	117.662
Capitais Próprios	500.000	100.241
Passivo	86.896	17.421
Vendas	0	0
Resultados Operacionais	-638	-128
Resultados Líquidos	0	0

Valores principais em 1999:

	(Euros)	(Contos)
Capital Social	5.486.777	1.100.000
Activo	77.049.970	15.447.132
Capitais Próprios	13.999.167	2.806.581
Passivo	63.050.803	12.640.551
Vendas	0	0
Resultados Operacionais	-768.388	-154.048
Resultados Líquidos	2.753.329	551.993





Documentos de Prestação de Contas Consolidadas

98	Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 1999
100	Demonstração Consolidada de Resultados
102	Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999
145	Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa



Balço Consolidado em 31 de Dezembro de 1999

Unidade: Contos

Notas	Activo	Dez. 99			1998
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
23.b./25./27.	Imobilizações incorpóreas:				
	Despesas de instalação	3.523.374	1.098.190	2.425.184	508.359
	Despesas de investigação e desenvolvimento	2.199.634	1.475.333	724.301	734.521
	Propriedade industrial e outros direitos	40.512	40.105	407	87
	Imobilizações em curso	26.633.337		26.633.337	2.878.627
		32.396.857	2.613.628	29.783.229	4.121.594
23.c./27.	Imobilizações corpóreas:				
	Imobilizações corpóreas (DL 344-B/82)	50.471.434	44.999.310	5.472.124	6.604.797
	Terrenos e recursos naturais	19.906.885		19.906.885	19.611.948
	Edifícios e outras construções	60.585.750	24.489.668	36.096.082	38.678.354
	Equipamento básico	4.237.823.802	2.299.127.537	1.938.696.265	1.969.555.763
	Equipamento de transporte	11.480.451	8.205.545	3.274.906	3.037.134
	Ferramentas e utensílios	2.623.371	2.320.942	302.429	295.993
	Equipamento administrativo	32.160.406	24.270.853	7.889.553	7.531.163
	Taras e vasilhame	333	333		
	Outras imobilizações corpóreas	1.274.649	421.557	853.093	354.913
	Imobilizações em curso	82.682.874		82.682.874	64.494.540
	Adiantam p/ conta imob. corpóreas	482.121		482.121	180.898
23.c./27.	Aprov. fins múltiplos (parte n/ afect):	4.787.963		4.787.963	4.782.165.274
	Produção hidroelétrica	3.469.124		3.469.124	3.434.974
	Obras em curso	1.318.839		1.318.839	1.347.191
		4.504.280.039	2.403.835.745	2.100.444.295	2.115.127.668
23.d./27.	Investimentos financeiros:				
	Partes de capital em empresas do grupo	46.469.994	140.000	46.329.994	1.698.834
	Partes de capital em empresas associadas	228.760.637	10.056.789	218.703.848	106.372.546
	Títulos e outras aplic. financeiras	99.561.419	193.126	99.368.294	83.234.485
		374.792.050	10.389.915	364.402.136	193.305.865
	Circulante:				
23.e.	Existências:				
50.f.	Matérias-primas, subsid. e de consumo	17.503.690		17.503.690	12.879.783
	Produtos e trabalhos em curso	396.543		396.543	278.921
	Mercadorias	3.734.996	2.493	3.732.502	121.317
	Adiantamentos p/ conta compras	316.640		316.640	178.463
		21.951.869	2.493	21.949.375	13.458.484
33.b.	Dívidas de terceiros - Médio longo prazo:				
50.a.	Clientes - Autarquias - Dívida a 31/12/88	39.077.228	24.501.069	14.576.159	12.853.574
	Empresas participadas e participantes	1.563.686		1.563.686	14.252.616
50.a.	Imobilizados em integ., compensados	2.670.115	1.423.711	1.246.403	1.426.392
		43.311.029	25.924.780	17.386.248	28.532.582
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
50.b.	Clientes c/c	48.875.494		48.875.494	59.429.314
50.b.	Clientes - Títulos a receber	703		703	
50.b.	Clientes - Cobrança duvidosa	27.794.406	27.004.683	789.723	1.056.181
	Empresas participadas e participantes	14.290.993		14.290.993	3.988.957
	Adiantamentos a fornecedores	15.344		15.344	427
50.e.	Estado e outros entes públicos	5.780.843		5.780.843	1.289.130
50.c.	Outros devedores	55.699.055	686.427	55.012.628	41.692.859
	Subscritores de capital				
		152.456.838	27.691.110	124.765.728	107.456.868
	Títulos negociáveis:				
	Outras aplicações de tesouraria	2.554.683		2,554.683	15.205
		2.554.683		2,554.683	15.205
	Depósitos bancários e caixa:				
	Depósitos bancários	612.000		612.000	77.832
	Caixa	104.498		104.498	13.844
		716.498		716.498	91.676
50.d.	Acréscimos e diferimentos:				
	Acréscimos de proveitos	19.090.578		19.090.578	18.997.230
	Custos diferidos	67.428.765		67.428.765	4.047.485
		86.519.343		86.519.343	23.044.715
	Total de Amortizações		2.416.699.288		
	Total de Provisões		53.758.383		
	TOTAL DO ACTIVO	5,218.979.206	2.470.457.671	2.748.521.535	2.485.154.657

Gabinete de Consolidação Contabilística - O Director
Técnico Oficial de Contas Nº 26 000
Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalho



Unidade: Contos

Capital próprio e passivo		Dez. 99	1998
Notas			
50.m	Capital Próprio:		
	Capital	601.446.000	600.000.000
	Acções próprias - Valor nominal	-350.844	
	Acções próprias - Prémios e descontos	-822.324	
	Ajustamentos de partes de capital em filiais e assoc.	-1.123.663	3.394.189
	Reserva de conversão cambial	-9.014.405	-2.137.111
	Reservas de reavaliação	394.498.545	464.247.129
	Reservas:		
	Legal	33.689.350	28.439.350
	Outras	15.784.546	13.284.546
	Resultados transitados - Casa-mãe	50.635.801	107.615
	Resultados transitados - Consolidação de filiais	27.119.522	16.270.345
	Subtotal	1.111.862.528	1.123.606.063
	Resultado consolidado líquido do exercício	103.034.925	104.808.917
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1.214.897.453	1.228.414.980
	Interesses minoritários	387.056	294.803
	Passivo:		
46.	Provisões para riscos e encargos:		
	Provisões para pensões		27.296.090
	Outras provisões para riscos e encargos	138.839.534	106.361.643
		138.839.534	133.657.733
23.n/50.j.	Correcção de hidraulicidade	67.985.815	77.688.063
33.a.	Dívidas a terceiros - Médio longo prazo:		
50.k.	Empréstimos p/ obrigações - Não convert.	403.486.090	215.050.000
50.l.	Dívidas a instituições de crédito	349.804.326	331.437.976
	Outros empréstimos obtidos	2.586.168	1.549.526
33.	Outros credores	16.344.186	16.348.885
23.b.	Particip. do Estado p/ aprov. fins múltiplos	3.957.418	3.957.418
23.b.ii.	Conta de regularização - (Reg. DL344-B/82)	5.472.124	6.604.797
		781.650.312	574.948.602
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
50.k.	Empréstimos p/ obrigações - Não convert.	8.843.059	4.950.000
50.l.	Dívidas em instituições de crédito	111.117.652	142.811.785
	Adiantamentos p/ conta de vendas	53.990	45.306
	Fornecedores c/c	21.641.600	14.315.011
	Fornecedores - Fact. em recepção e conf.	165.409	385.882
	Outros Accionistas (Sócios)	230	231
	Adiantamentos de clientes	202.806	194.725
	Fornecedores de imobilizado c/c	38.930.381	15.576.497
50.e	Estado e outros entes públicos	18.796.612	36.476.763
50.c.	Outros credores	14.468.970	7.686.910
		214.220.709	222.443.110
50.d.	Acréscimos e diferimentos:		
	Acréscimos de custos	27.563.361	26.921.636
	Proveitos diferidos	302.977.295	220.785.730
		330.540.656	247.707.366
	TOTAL DO PASSIVO	1.533.237.026	1.256.444.874
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	2.748.521.535	2.485.154.657

O Conselho de Administração



Demonstração Consolidada de Resultados

Unidade: Contos

Custos e perdas		Dez. 99		Dez. 98	
Notas	Custo das existências vendidas e consumidas:				
	Electricidade	101.490.562		68.442.774	
	Combustíveis para produção de electricidade	53.845.388		49.484.846	
	Materiais diversos	21.837.011		23.039.577	
	Mercadorias	3.501.378	180.674.339	2.093.481	143.060.678
	Fornecimentos e serviços externos		57.560.874		45.432.943
	Custos com o pessoal:				
	Remunerações	66.185.430		61.047.824	
	Encargos sociais:				
	Complemento de pensões de reforma	31.192		30.785	
	Prémios para pensões	3.829.000		2.117.000	
	Encargos s/ remunerações	15.477.947		14.957.559	
	Custos de acção social	1.355.494		1.355.966	
	Outros	5.953.471	92.832.534	6.791.897	86.301.031
27.b.	Amortizações do exercício	123.465.624		122.510.047	
	Provisões do exercício	8.311.049	131.776.673	8.150.208	130.660.255
	Impostos indirectos	1.993.516		1.438.400	
	Impostos directos	156.734		118.808	
	Outros custos e perdas operacionais	996.888		1.957.400	
23.c./50.g.	Rendas de concessões e c. electroprodutores	25.799.881		24.701.955	
	Correcção de hidraulicidade - dif. exerc. - Custo		28.947.019		28.216.563
	A - Custos e Perdas Operacionais		491.791.439		433.671.470
44.	Custos e perdas financeiros:				
	Perdas em empresas do grupo e associadas	5.855.946		4.101.246	
	Juros	32.436.168		42.636.553	
27.b.	Amort. e prov. de apl. e invest. financeiros	23.276		23.276	
	Diferenças de câmbio	3.839.913		23.624.562	
	Outros custos e perdas financ. e similares	10.585.663	52.740.966	17.693.363	88.079.000
	C - Custos e Perdas Correntes		544.532.405		521.750.470
45.	Custos e perdas extraordinários				
	Dívidas incobráveis	3.311.357		1.106.114	
	Perdas em existências	46.003		43.074	
	Perdas em imobilizações	709.016		538.234	
	Aumento de amortizações e provisões	17.241.221			
	Correcções relativas a exercícios anteriores	1.126.695		2.337.639	
	Correcção de hidraulicidade - Agravamento				
	Outros custos e perdas extraordinários	10.483.762	32.918.054	31.207.058	35.232.119
	E - Custos e Perdas do Exercício		577.450.459		556.982.589
	Imposto sobre o rendimento				
	Imposto s/ rendimento do exercício	71.018.576			79.151.538
	Imposto s/ rendimento do exercício - Diferido	(9.269.340)	61.749.236		
	G - Custos Totais		639.199.695		636.134.127
	Interesses minoritários		(87.778)		(695.622)
	Resultado consolidado líquido do exercício		103.034.925		104.808.917
	TOTAL		742.146.842		740.247.422

Resultados Operacionais	(B) - (A)	181.701.576	212.686.183
Resultados Financeiros	((D) - (B)) - ((C) - (A))	(28.159.977)	(40.929.060)
Resultados Correntes	(D) - (C)	153.541.599	171.757.123

Gabinete de Consolidação Contabilística - O Director
Técnico Oficial de Contas Nº 26 000
Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalho



Unidade: Contos

Proveitos e ganhos		Dez. 99		Dez. 98	
Notas					
36.	Vendas:				
	De energia eléctrica	594.591.718		591.523.874	
36.	Outras	7.621.693		3.888.016	
36.	Prestação de serviços	13.669.812	615.883.223	8.064.117	603.476.007
	Variação da produção:				
	Produtos e trabalhos em curso:				
	Existências finais	396.543		278.921	
	Existências iniciais	345.127	51.416	280.555	(1.634)
23.i/50.h.	Trabalhos p/a própria empresa		42.869.636		38.883.148
	Proveitos suplementares	1.955.449		1.933.495	
50.i.	Subsídios à exploração	150.691		165.974	
	Outros proveitos e ganhos operacionais	652.968		1.881.164	
23.n./50.j.	Correcção hidráulicidade - dif. exerc. - Provento	11.929.632	14.688.740	19.499	4.000.132
	B - Proveitos e Ganhos Operacionais		673.493.015		646.357.653
44.	Proveitos e ganhos financeiros:				
	Ganhos em empresas do grupo e associadas	3.781.904		1.913.248	
	Rendimentos de participações de capital	2.284.617		481.278	
	Rendim. de títulos negóc. e out. apl. financ.	149.565		526.047	
	Outros juros e proveitos similares	13.447.076		21.269.183	
	Diferenças de câmbio favoráveis	4.917.827	24.580.989	22.960.184	47.149.940
	D - Proveitos e Ganhos Correntes		698.074.004		693.507.593
45.	Proveitos e ganhos extraordinários:				
	Ganhos em imobilizações	6.129.045		800.482	
	Reduções de amortizações e de provisões	23.786.624		29.119.438	
	Correcções relativas a exercícios anteriores	1.412.437		639.710	
	Correcção de hidráulicidade - Bonificação			3.726.879	
	Outros proveitos e ganhos extraordinários	12.744.732	44.072.838	12.453.320	46.739.829
	F - PROVEITOS TOTAIS		742.146.842		740.247.422

Resultados Extraordinários ((F) - (D)) - ((E) - (C))	11.154.784	11.507.710
Resultados Antes de Impostos (F) - (E)	164.696.383	183.264.833
Resultados Líquido do Exercício (F) - (G)	103.034.925	104.808.917

O Conselho de Administração

101

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



00 – Nota Introdutória

a) Organização e Negócio

O Grupo EDP foi constituído em 1994, na sequência do plano de reestruturação definido pelos Decretos-Lei nº 7/91 e 131/94, após a cisão que deu origem a um conjunto de empresas participadas directa ou indirectamente a 100% pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

As actividades do Grupo estão centradas nas áreas da energia eléctrica, produção, transporte e distribuição, e de telecomunicações, mas abrangem também outras áreas complementares e relacionadas, como as de água, gás, engenharia, sistemas de informação, ensaios laboratoriais, formação profissional ou gestão do património imobiliário.

O Grupo EDP desenvolve a sua actividade principal no Sistema Eléctrico Nacional (SEN), a qual assenta na coexistência de um Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP) com um Sistema Eléctrico Independente (SEI). Este último é composto pelo Sistema Eléctrico não Vinculado (SENV) e por um conjunto de produtores em regime especial (energias renováveis e cogeneradores),

que efectuam entregas de energia eléctrica às redes do SEP ao abrigo de legislação específica.

O SEP é constituído pela Rede Nacional de Transporte (RNT), pertencente à REN (a quem compete assegurar o transporte de energia eléctrica e a gestão técnica global do SEP), pelos Produtores Vinculados (ligados à RNT por contratos de longo prazo de fornecimento exclusivo) e pelos Distribuidores Vinculados que assumem a obrigatoriedade de fornecimento aos seus Clientes, segundo as tarifas e condições fixadas, nos termos da lei, pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico - ERSE.

O SENV é composto essencialmente pelos Produtores não Vinculados e pelos Clientes não Vinculados.

Os Clientes não Vinculados têm o direito de utilizar as redes do SEP através de tarifas reguladas.

O Grupo EDP, através das suas Empresas, desempenha um papel fundamental em todo o SEN detendo uma posição relevante no seio do SEP e detendo também empresas de produção que actuam no SEI.



No SEI operam também empresas não pertencentes ao grupo EDP que produzem energia eléctrica em regime de autoprodução para consumo próprio, bem como outros produtores independentes que operam sob regime específico. O Grupo EDP tem a obrigação de adquirir, a preço legalmente estabelecido, a energia entregue por esses produtores às redes do SEP.

De acordo com a lei, compete à Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE) o exercício da função regulatória do sector, através da preparação, emissão e aplicação de regulamentos.

b) Detentores do Capital

Sendo inicialmente uma Empresa Pública, a EDP viu o seu estatuto ser transformado primeiramente para Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos e, seguidamente, para Sociedade Anónima de capitais maioritariamente públicos.

Em 1997 iniciou-se o processo parcial de reprivatização da EDP - Electricidade de Portugal, S.A. tendo-se concretizado, em 1998, as segunda

e terceira fases de reprivatização, após o que o Estado passou a deter directa e indirectamente 50,8%, do capital da EDP, o qual é actualmente detido pelos seguintes Accionistas:

Estado Português	43.98%
PARTEST – Participações do Estado (SGPS), SA	2.04%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	4.82%
Entidades Públicas	50.84%
IBERDROLA	4.00%
Bancos Depositários Internacionais:	
The Bank of New York	2.76%
The Chase Manhattan Bank	2.48%
Restantes Accionistas Privados	39.92%
Total	100.00 %

A percentagem do capital detido, directa ou indirectamente, pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A., nas Empresas incluídas na consolidação pelo método integral é indicada na Nota 01.

c) Regime de Preços da Energia Eléctrica

As tarifas respeitantes quer à utilização de infra-estruturas quer ao fornecimento da energia eléctrica a clientes do SEP são fixadas, nos termos da legislação em vigor, pela ERSE - Entidade Reguladora do Sector Eléctrico.

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



d) Regime de Concessão da Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei nº 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão está atribuído aos municípios, admitindo-se no entanto a possibilidade da sua concessão à EDP através de contratos de concessão, com períodos que vigoram de um modo geral pelo prazo de 20 anos, podendo ser revogados com aviso prévio de 2 anos.

No processo de cisão ocorrido em 1994 esta possibilidade manteve-se em relação às Empresas de Distribuição de Electricidade então criadas.

Estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes (Nota 50.g).

e) Bens de Domínio Público

Os imobilizados afectos à Produção, Transporte e Distribuição de energia eléctrica estão sujeitos ao regime de domínio público. Estes imobilizados

estão afectos à actividade do Grupo que os pode administrar livremente, nesse âmbito, mas não dispor dos mesmos, no domínio do comércio jurídico privado, enquanto se mantiver a sua afectação.

f) Bases de Preparação das Contas

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas e dos investimentos financeiros em imóveis, e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios (excepto como indicado na Nota 23.N).

As contas consolidadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal e, portanto, de acordo com os princípios contabilísticos e normas de consolidação consignados no Plano Oficial de Contabilidade, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.



g) Indicações Gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade Português (POC). As notas omitidas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de escudos.

01. Empresas incluídas na consolidação

Denominação Social	Sede	Actividade Principal	Detentores do Capital	% Capital detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 1999	Condições de obrigat. de consol. Nº 1 Artº DL 238/91 de 2Jul.
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	Avenida José Malhoa, lote A-13, Lisboa	Promoção, dinamização e gestão, por forma directa ou indirecta de empreendimentos e actividades na área do sector eléctrico, tanto a nível nacional como internacional, com vista ao incremento e aperfeiçoamento do desempenho do conjunto das sociedades do seu grupo.	Estado Português PARTEST C.G.D. IBERDROLA Bancos Depositários Internacionais Restantes Accionistas Privados	44,0% 2,0% 4,8% 4,0% 5,2% 40,0%	1.111.862.533	103.034.924	Maioria dos direitos de voto
CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.	Avenida Defensores de Chaves, nº 4, Lisboa	Produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias, sob obrigação de garantir, em última instância, a evolução sustentada do sistema electroprodutor nacional.	EDP	100%	515.827.498	55.544.267	Maioria dos direitos de voto
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	Avenida Estados Unidos da América, nº 55, 12º, Lisboa	Assegurar a gestão global do sistema eléctrico de abastecimento público (SEP), visando garantir a estabilidade e Segurança do abastecimento de electricidade e assegurando a conjugação dos interesses dos diversos intervenientes em presença; explorar e desenvolver a rede nacional de transporte em muito alta tensão em Portugal Continental; gerir a carteira de sítios para centrais eléctricas e proceder à realização de concursos para a construção e exploração de novos centros produtores de energia eléctrica.	EDP	100%	220.999.713	12.596.366	Maioria dos direitos de voto
EN - Electricidade do Norte, S.A.	R. Gonçalo Cristóvão, nº 216, Porto	Distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontre legalmente autorizada.	EDP	100%	160.081.384	22.144.866	Maioria dos direitos de voto
CENEL - Electricidade do Centro, S.A.	Avenida do Brasil, nº 1, Coimbra	Distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontre legalmente autorizada.	EDP	100%	107.050.516	4.302.274	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 99.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



01. Empresas incluídas na consolidação

Denominação Social	Sede	Actividade Principal	Detentores do Capital	% Capital detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 1999	Condições de obrigat. de consol. Nº 1 Artº DL 238/91 de 2/Jul.
LTE - Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	R. Camilo Castelo Branco, nº 43, Lisboa	Distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontre legalmente autorizada.	EDP	100%	100.713.507	19.499.170	Maioria dos direitos de voto
SLE - Electricidade do Sul, S.A.	R. Dom Francisco Manuel de Melo, nº 23-A, Lisboa	Distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontre legalmente autorizada.	EDP	100%	93.935.388	6.391.414	Maioria dos direitos de voto
HDN - Energia do Norte, S.A.	R. do Caires, nº 292, Braga	Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias.	EDP	100%	6.864.622	657.954	Maioria dos direitos de voto
HIDROCENEL - Energia do Centro, S.A.	Lugar de Quintela, Seia	Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias.	EDP	100%	13.701.354	944.876	Maioria dos direitos de voto
EDP ENERGIA, SA	Pç. Marquês de Pombal, Lisboa	Produção e a compra e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias, bem como qualquer outro tipo de comercialização de energia.	EDP	100%	14.288.132	562.170	Maioria dos direitos de voto
HIDRORUMO - Projecto e Gestão, S.A.	R. do Bolhão, nº 36, Porto	Realização de estudos e projectos, gestão de empreendimentos e fiscalização de obras de qualquer ramo de engenharia, principalmente no domínio da hidráulica, na realização total ou parcial desses empreendimentos e no desenvolvimento de actividades conexas e complementares.	EDP CPPE	50% 50%	897.154	283.283	Maioria dos direitos de voto
PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A.	Avenida Estados Unidos da América, nº 55, 2º, Lisboa	Prestação de serviços de engenharia de âmbito geral, multidisciplinar e de especialidade, envolvendo consultoria, concepção e execução de projectos e gestão de empreendimentos, apoio e participação na investigação, desenvolvimento e demonstração, no contexto nacional e internacional, com especial relevância para o sector eléctrico, designadamente no domínio da produção Termoeléctrica, integrando ainda a prospecção, análise e avaliação de actividades, projectos ou realizações no domínio energético e industrial.	EDP CPPE	50% 50%	690.466	287.141	Maioria dos direitos de voto
LABELEC - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A.	R. Cidade de Goa, nº 4, Sacavém	Realização de trabalhos de engenharia, nomeadamente de índole laboratorial, tendo em vista um apoio à concepção e exploração de instalações e ao controlo de qualidade de equipamentos e sistemas, no âmbito da produção, transporte e distribuição de electricidade, bem como de fabricantes ou empresas relacionadas com a indústria eléctrica e entidades com solicitações afins.	EDP	100%	622.356	245.425	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 99.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas incluídas na consolidação

Denominação Social	Sede	Actividade Principal	Detentores do Capital	% Capital detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 1999	Condições de obrigat. de consol. N.º 1 Art.º DL 238/91 de 2/Jul.
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A.	R. Particular EDP à Rua Cidade de Goa, Sacavém	Exploração de sistemas informáticos, próprios ou alheios, o desenho, implementação e operação de redes de dados, o desenvolvimento de programas e sistemas de informação com recurso a meios informáticos, a consultoria nas áreas de gestão e de organização, a formação profissional e a comercialização e importação de produtos e equipamentos informáticos e actividades afins.	EDP	100%	1.019.473	1.920.299	Maioria dos direitos de voto
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A.	R. Cova da Moura, n.º 2, 4.º, Lisboa	Consultoria e prestação de serviços no âmbito da formação profissional e outras áreas da gestão de recursos humanos, bem como no exercício de actividades relacionadas com aquelas.	EDP	100%	159.144	(10.695)	Maioria dos direitos de voto
SÁVIDA - Medicina Apoiada, S.A.	Avenida Casal Ribeiro, n.º 15, Lisboa	Prestação de cuidados de saúde e gestão e exploração de estabelecimentos hospitalares, assistenciais e similares próprios ou alheios.	EDP	100%	168.759	35.978	Maioria dos direitos de voto
EDALPRO - Imobiliária, Lda.	Avenida José Malhoa, lote A-13, Lisboa	Compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim; o estudo, concepção, desenvolvimento e comercialização, por conta própria ou alheia, de projectos imobiliários e turísticos; a administração de bens e a realização de todas as operações relacionadas com a actividade de promoção imobiliária.	EDP	100%	186.071	(21.786)	Maioria dos direitos de voto
EDP-Internacional, S.A.	Avenida Estados Unidos da América, n.º 55, 10.º, Lisboa	Consultoria de organização e gestão de empresas, consultoria e assistência técnica no domínio da actividade de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica, elaboração e gestão de projectos, promoção e celebração de contratos comerciais, por conta própria ou alheia, e o controlo da sua execução, a formação profissional de quadros, bem assim como actividades conexas.	EDP	100%	7.846.304	(1.287.305)	Maioria dos direitos de voto
ENERNOVA - Novas Energias, S.A.	Avenida José Malhoa, lote A-13, Lisboa	Projectar, construir e explorar meios de produção de energia eléctrica no sector das energias renováveis alternativas, fornecer serviços ou participar em realizações congéneres para outras entidades e exercer quaisquer outras actividades de estudo, projecto e execução em correspondência com as suas capacidades.	EDP CPPE	75% 25%	776.566	129.935	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 99.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



01. Empresas incluídas na consolidação

Denominação Social	Sede	Actividade Principal	Detentores do Capital	% Capital detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 1999	Condições de obrigat. de consol. Nº 1 Artº DL 238/91 de 2/Jul.
EDP - Imobiliária, S.A..	Avenida Estados Unidos da América, 55, Lisboa	Estudo, concepção, desenvolvimento e comercialização, por conta própria ou alheia, de projectos imobiliários e turísticos e realização de todas as operações relacionadas com a actividade de promoção imobiliária; administração de bens próprios ou por conta de outrem, incluindo arrendamento, compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.	EDP	100%	1.005.421	(163.413)	Maioria dos direitos de voto
EDP-COGERAÇÃO	Avenida José Malhoa, lote A-13, Lisboa	Exercício de actividade no domínio da promoção, execução e operação, por conta própria ou alheia, de projectos de produção combinada de energia eléctrica e de energia térmica, mediante processo de cogeração, assim como a sua comercialização. Elaboração de estudos e desenvolvimento de projectos compreendidos no seu objecto social e prestação de quaisquer outros serviços conexos.	EDP	100%	501.102	1.331	Maioria dos direitos de voto
ENERFIN - Sociedade de Eficiência Energética, S.A	R. Guerra Junqueiro, nº 495, S/L, Porto	Exercício de actividades no domínio da eficiência energética e da produtividade, através da realização de estudos técnico-económicos e financeiros e da execução de projectos de optimização de consumos energéticos e da produtividade em geral, bem como da comercialização, produção e exploração de equipamento destinado à utilização racional de energia e ao aumento da produtividade.	EDP PETROGAL	74,88% 25,12%	(374.235)	(201.636)	Maioria dos direitos de voto
OPTEP	Avenida José Malhoa, lote A-13, Lisboa	Exercício de actividades no domínio das Telecomunicações.	EDP	100%	2.254.588	551.993	Maioria dos direitos de voto
ONITELECOM-Infocomunicações	Avenida José Malhoa, lote A-13, Lisboa	Estabelecimento, gestão, exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações, bem como o exercício de quaisquer actividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através da constituição ou participações em sociedades.	OPTEP	95%	4.966.467	(190.739)	Maioria dos direitos de voto
093X	Avenida José Malhoa, lote A-13, Lisboa	Exercício de actividades no domínio das Telecomunicações.	OPTEP	100%	3.323.365	(996.199)	Maioria dos direitos de voto
EDP - Brasil	R. Frei Caneca nº 1380, Sala 71 S. Paulo BRASIL	Prestação de serviços de representações por conta de terceiros, de intermediações, bem como de serviços técnicos de assessoria, consultoria e planeamento relativamente a assuntos relacionados com estudos e projectos de construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia eléctrica, pesquisa de mercado e toda a actividade conexa ou assessoria das actividades enunciadas.	EDP EDP Internacional	97,8% 2,2%	13.993.707	(143.285)	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 99.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas incluídas na consolidação

Denominação Social	Sede	Actividade Principal	Detentores do Capital	% Capital detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 1999	Condições de obrigat. N.º 1 Art.º DL 238/91 de 2/Jul.
COPIDATA, SA	R. Heróis de Chaimite, 12 e 12-A, Loures	Criação, execução e comercialização de formulários e sistemas gráficos para informática ou ainda qualquer outra actividade industrial, comercial ou de serviços.	EDINFOR	99,12%	1.834.298	79.761	Maioria dos direitos de voto
COPIDATA, LDA	R. Heróis de Chaimite, 12-A, Loures	Comercialização de equipamentos e aprovisionamentos relacionados com a racionalização e segurança das empresas e das pessoas nomeadamente relativos a escritórios e informática, bem como o exercício de qualquer ramo de comércio ou indústria.	EDINFOR COPIDATA, SA	11% 89%	238.811	1.995	Maioria dos direitos de voto
ESCRITOMÁTICA, LDA	R. Heróis de Chaimite, 12-A, Loures	Criação, execução e comercialização de formulários e sistemas gráficos para informática ou ainda qualquer outra actividade industrial, comercial ou de serviços conexa.	EDINFOR COPIDATA, SA	40% 60%	53.673	734	Maioria dos direitos de voto
SOPORGEN	Avenida José Malhoa, lote A-13, Lisboa	Concepção, construção, financiamento e exploração de uma Central de Cogeração para a produção de energia eléctrica e vapor e a venda, à Soporcel, da energia eléctrica e vapor produzidos.	EDP- COGERAÇÃO	82%	10.024	0	Maioria dos direitos de voto
EDINFOR-BRASIL	Brasil	Exploração de sistemas informáticos, próprios ou alheios, o desenho, implementação e operação de redes de dados; o desenvolvimento de programas e sistemas de informação, com recurso a meios informáticos, a consultadoria nas áreas de gestão e de organização; a formação profissional; a comercialização e importação de produtos e equipamentos informáticos; bem como o exercício de actividades congêneres ou afins, incluindo a participação em associações ou sociedades com terceiros, mesmo que o respectivo objecto não apresente nenhuma relação, directa ou indirecta, com o seu próprio objecto social.	EDINFOR EDP BRASIL	90% 10%	42.693	5.591	Maioria dos direitos de voto
EDINFOR - MOÇAMBIQUE	Maputo	Exploração de sistemas informáticos, próprios ou alheios, o estudo implementação e operação de redes de dados, o desenvolvimento de programas e sistemas de informação com recurso a meios informáticos, a consultadoria nas áreas de gestão e de organização, a formação profissional, a comercialização e importação de produtos informáticos, bem como o exercício de actividades congêneres ou afins.	EDINFOR COPIDATA	90% 10%	3.183	0	Maioria dos direitos de voto
MECARESO-PRE	R. Formoso de Cima, 150, Lisboa	Prestação de serviços de informática, venda de equipamentos informáticos e acessórios, de material eléctrico e electrónico, bem como a prestação de assistência técnica.	EDINFOR	80%	19.364	4.957	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 99.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



01. Empresas incluídas na consolidação

Denominação Social	Sede	Actividade Principal	Detentores do Capital	% Capital detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 1999	Condições de obrigatoriedade de consol. Nº 1 Artº DL 238/91 de 2/Jul.
COMNEXO	Avenida da República, 24 Lisboa	Exploração de redes de comunicação de dados e outros e ainda a prestação de serviços conexos.	ONITELECOM	100%	(288.377)	(878.833)	Maioria dos direitos de voto
VALORÁGUA Água e Saneamento de Portugal, S.A.	Avenida da República, 57-3º, Lisboa	Promoção, o desenvolvimento e gestão, por forma directa ou indirecta, de negócios nos sectores de água, saneamento.	EDP ÁGUAS	50%	501.205	(58.820)	Maioria dos direitos de voto
SEFLOR	Lugar do Freixo, Mortágua	Produção e venda de energia sob a forma de electricidade resultante da exploração de centrais térmicas, próprias ou alheias, destinadas, preferencialmente, ao aproveitamento de resíduos florestais.	CPPE	60%	100.241	328	Maioria dos direitos de voto
EDP - Gestão de Frotas, Instalações e Logística, S.A.	Avenida Estados Unidos da América, 55, Lisboa	Gestão e intermediação de frotas e de meios de transporte, gestão e prestação de serviços imobiliários e aquisição, contratação, gestão e intermediação de bens e serviços de apoio logístico às empresas.	EDP	100%	150.362	19.621	Maioria dos direitos de voto
TER-Termoeléctrica do Ribatejo, S.A.	Avenida Estados Unidos da América, 55 Lisboa	Estabelecimento e a exploração de uma central termoeléctrica de ciclo combinado, a comercialização da energia produzida e quaisquer outras actividades conexas.	EDP	100%	100.241	0	Maioria dos direitos de voto
EDP ÁGUAS-Gestão de Águas e Saneamento, S.A.	Avenida José Malhoa, lote A13, Lisboa	Promoção, o desenvolvimento e a gestão, por forma directa ou indirecta, de negócios nos sectores de água, saneamento e afins, a nível nacional e internacional, designadamente: o estudo de viabilidade de novos negócios, a aquisição e a gestão de participações sociais, a gestão e exploração de sistemas de captação, tratamento, abastecimento e distribuição de água, a gestão e exploração de sistemas de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, a gestão e exploração de sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos, a consultadoria no domínio da organização e gestão de empresas, a assistência técnica e a formação profissional e a promoção e celebração de contratos comerciais, por conta própria ou alheia, e o controlo da sua execução.	EDP	100%	1.002.410	(53.276)	Maioria dos direitos de voto
HIDROBASTOS	Porto	Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias	HIDN-Energia do Norte, S.A.	60%	20.000	0	Maioria dos direitos de voto
EDIPOMBAL-Imobiliária, S.A.	Pç. Marquês de Pombal, 13 Lisboa	Promoção imobiliária, compra e venda de imóveis, incluindo a revenda dos adquiridos para esse fim, administração de imóveis próprios e prestação de serviços relacionadas com imóveis.	EDP-Imobiliária	100%	164.318	55.431	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 99.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício



02. Empresas excluídas da consolidação

Denominação Social	Sede	Detentores do Capital	% Capital detido	Últimas Contas Aprovadas			Motivo da Exclusão Artº 4 DL 238/91 de 2/7
				Ano	Capitais Próprios	Resultado do Exercício	
ENERGIA, RE	Luxemburgo	EDP	99,998%	1998	248.490	0	Actividade diferenciada (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
Sociedade de Assistência Técnica Empresarial, Lda.	Macau	EDP	99%	1998	1.606.410	359.967	Sociedade veículo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
ENERPAULO	Brasil	EDP EDP Internacional	90% 10%	1999	62.435.518	(4.618.606)	Sociedade veículo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
EDP - Investimentos, S.A.	Brasil	EDP Internacional EDP	99,99% 0,01%	1999	14.927.992	0	Sociedade veículo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
EDP 2000 - Participações, Lda.	Brasil	EDP Internacional EDP	99,99% 0,01%	1999	18.029.743	0	Sociedade veículo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)

Nota: Os capitais próprios não incluem o resultado líquido do exercício

03. Empresas associadas incluídas na consolidação por equivalência patrimonial

Denominação Social	Sede	Detentores do Capital	% Capital detido	Últimas Contas Aprovadas		
				Ano	Capitais Próprios	Resultado do Exercício
EDEL - Empresa Editorial Electrotécnica, Lda.	Rua de Dona Estefânia, nº 48, 3º, Lisboa	EDP	47,77%	1998	301	16
PORTSINES - Terminal Multipurpose de Sines, S.A.	Largo do Depósito, nº 4, Sines	EDP	39,60%	1999	4.952.906	1.147.067
TANQUIPOR - Movimentação e Armazenagem de Líquidos, S.A.	Parque Industrial da Quimiparque, Barreiro	EDP	28,89%	1999	640.979	103.989
CERJ - Companhia de Electricidade do Estado do Rio de Janeiro	Brasil	EDP	21,08%	1999	32.531.523	(10.211.478)
Bandeirante Energia, SA	Brasil	ENERPAULO	16,69%	1999	79.663.664	(14.978.427)
DECA II - Distribucion Eléctrica Centroamericana Dos, S.A.	Guatemala	EDP	21%	1999	55.934.726	(2.598.852)

Nota: Os capitais próprios não incluem o resultado líquido do exercício

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



03. Empresas associadas incluídas na consolidação por equivalência patrimonial

Denominação Social	Sede	Detentores do Capital	% Capital detido	Últimas Contas Aprovadas		
				Ano	Capitais Próprios	Resultado do Exercício
EEGSA - Empresa de Electricidade da Guatemala, S.A.	Guatemala	DECA	80%	1999	49.812.036	3.403.538
REDAL, S.A.	Marrocos	EDP	29%	1998	2.490.823	0
OPTIMUS	Av. dos Combatentes, 43 A, 13, Lisboa	093X	25%	1999	51.952.876	(3.963.125)
CEM- Comp. Electricidade de Macau	Macau	SPE Macau SOGESTE	5% 20%	1999	56.150.923	9.362.329
SOGESTE	Macau	EDP	85%	1999	3.364.357	1.786.417
I35 Participações, S.A.	Brasil	EDP 2000	49%	1999	8.644.686	(6.696)
IVEN, SA	Brasil	Fundo Aphelion I35 Part. S.A. EDP Investimentos	58,64% 18,64% 5,35%	1999	53.270.549	(6.919.038)
ESCELSA	Brasil	IVEN	52,27%	1999	83.886.897	(14.638.019)
MAGISTRA	Brasil	ESCELSA	100%	1999	74.987.929	(3.021.141)
ENERSUL	Brasil	MAGISTRA	65,2%	1999	56.964.357	(4.220.554)

Nota: Os capitais próprios não incluem o resultado líquido do exercício

06. Empresas com participações iguais ou superiores a 10% excluídas da consolidação

Denominação Social	Sede	Detentores do Capital	% Capital detido	Últimas Contas Aprovadas		
				Ano	Capitais Próprios	Resultado do Exercício
EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.	Quinta das Medronheiras, Lazarim	EDP	11,43%	1999	1.633.390	109.950
VALORSUL S.A.	Avenida Marechal Gomes da Costa, nº 37, Lisboa	EDP	11%	1998	4.391.569	68.675
IMOTRON - Edifícios Inteligentes, S.A.	Avenida Estados Unidos da América, nº 27 - B e E, Lisboa	EDP	15%	1999	45.564	779
TEJO ENERGIA S.A.	Central Termoeléctrica do Pego, EN 118, Km 142,1, Pego Abrantes	EDP	10%	1998	12.489.651	1.583.693
TURBOGÁS - Produtora Energética, S.A.	Avenida Miguel Bombarda, nº 36, 6º, Lisboa	EDP	10%	1998	2.667.000	0
CCE - Centro para a Conservação da Energia	Estrada de Alfragide, Praceta I, Alfragide	EDP	10%	1998	97.277	16.230

Nota: Os capitais próprios não incluem o resultado líquido do exercício



7. Pessoal ao Serviço do Grupo

O número médio de pessoas ao serviço das Empresas do Grupo durante o exercício foi de 13 992 trabalhadores (15 108 em 1998), não existindo assalariados.

O desdobramento por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 1999 é o seguinte:

Directores / Chefias superiores	813
Quadros superiores	1.456
Quadros médios	366
Chefias intermédias	623
Profissionais altamente Qualificados	2.514
Profissionais Qualificados	4.603
Profissionais Semi-Qualificados	2.939
Profissionais não Qualificados	236
Total	13.550

Para além do pessoal do quadro permanente estiveram também ao serviço das Empresas do Grupo 333 contratados a prazo.

10. Diferenças de Consolidação

Incluem os remanescentes das compensações entre os valores contabilísticos das participações no

capital das empresas compreendidas na consolidação pelas proporções que representam nos seus Capitais Próprios, depois de, na medida do possível, serem imputados directamente às rubricas do Balanço consolidado que tenham valores superiores ou inferiores aos seus valores contabilísticos. Estes remanescentes são amortizados em cinco anos excepto em casos excepcionais, conforme nota respectiva. As Diferenças provenientes da primeira Consolidação encontram-se relevadas em rubrica específica dos Capitais Próprios.

Quando uma empresa participada deixa de ser considerada filial e, por conseguinte, é excluída da consolidação como tal, são abatidas as Diferenças de Consolidação e as amortizações acumuladas correspondentes e transferidas para Resultados Extraordinários. As apresentadas em Capitais Próprios são reclassificadas em Resultados Transitados.

Nas reestruturações (fusões e cisões), as Diferenças de Consolidação referentes às participadas envolvidas são mantidas no novo agregado.

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



17. Amortização de Diferenças de Consolidação

As Diferenças de Consolidação são amortizadas no período estimado para a recuperação do investimento realizado. As diferenças de Consolidação, originadas pela aquisição de maior participação em filiais, são amortizadas durante o período de vida útil remanescente, definido para a amortização das Diferenças de Consolidação iniciais.

18. Contabilização das Participações em Associadas

Os investimentos financeiros em partes de capital em associadas são contabilizados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial.

21. Compromissos Financeiros

a) Os compromissos contratuais para a aquisição de imobilizado são, à data do Balanço, de 14 milhões de contos.

b) Benefícios sociais a trabalhadores

A EDP mantém planos de benefícios sociais a trabalhadores que compreendem os benefícios de reforma, i.e. complementos de pensões na reforma e reformas antecipadas, os cuidados médicos e o plano de reestruturação dos activos.

i) Benefícios de reforma

Os componentes do custo líquido do período é o seguinte:

	1999	1998
Custo do serviço	2.095.000	2.112.000
Custo de juro	11.724.000	10.434.900
Retorno estimado dos activos do fundo	-11.219.000	-11.659.000
Amortização da obrigação transitória	1.229.000	1.229.000
Custo líquido do período – IAS 19	3.829.000	2.116.900
Diferença no retorno dos activos do fundo		576.000
Ganhos / perdas actuariais reconhecidos		4.336.100
Custo líquido do período – DC19		7.029.000



A tabela seguinte decompõe as variações ocorridas nas responsabilidades e no Fundo de Pensões:

	1999	1998
Varição nas responsabilidades		
Responsabilidades no início do período	191.381.000	152.106.417
Custo de serviço	2.095.000	2.112.000
Custo de juro	11.724.000	10.434.900
(Ganhos) / perdas actuariais	23.777.000	43.305.100
Benefícios pagos	-20.451.000	-16.577.417
Responsabilidades no fim do período	208.526.000	191.381.000
Variações nos activos do Fundo		
Justo valor dos activos no início do período	160.595.616	145.811.833
Retorno efectivo dos activos	13.512.334	19.026.000
Contribuições da EDP	11.953.000	8.698.000
Benefícios pagos	-12.862.000	-12.939.833
Justo valor dos activos no fim do período	173.199.000	160.595.616
Excesso (insuficiência) de cobertura do Fundo	35.327.000	-30.785.384
(Ganhos) / perdas actuariais não reconhecidas	–	4.912.000
Obrigações transitória diferida	15.615.000	16.844.000
Custos diferidos (acrescidos) – IAS 19	-19.712.000	-9.029.384
Reconhecimento de diferenças actuariais		21.756.000
Contribuições a pagar		-3.489.294
Provisão constituída – DC 19		27.296.090

Abaixo se discriminam os pressupostos mais significativos utilizados no cálculo actuarial das responsabilidades

	1999	1998
Taxa anual de desconto	6.5%	6.5%
Taxa anual de crescimento das pensões	3.5%	3.5%
Taxa anual de rendimento do fundo	7.5%	7.5%
Percentagem expectável de adesão dos elegíveis a reforma antecipada	40%	40%

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



ii) Cuidados médicos

Os componentes do custo líquido do período é o seguinte:

	1999	1998
Custo do serviço	1.166.000	1.129.000
Custo de juro	4.644.000	4.088.000
Retorno estimado dos activos do fundo	-	-
Amortização da obrigação transitória	1.149.000	1.149.000
Custo líquido do período – IAS 19	6.959.000	6.366.000
Diferença de juros		244.500
Ganhos / perdas actuariais		-4.562.500
Custo líquido do período – DC 19		2.048.000

A tabela seguinte decompõe as variações ocorridas nas responsabilidades e no Fundo de Pensões:

	1999	1998
Varição nas responsabilidades		
Responsabilidades no início do período	73.155.000	60.421.063
Custo de serviço	1.129.000	1.129.000
Custo de juro	4.644.000	4.088.000
(Ganhos) / perdas actuariais	11.536.000	9.367.000
Benefícios pagos	-3.394.000	-1.850.000
Responsabilidades no fim do período	87.107.000	73.155.000
Excesso (insuficiência) de cobertura do Fundo	-87.107.000	-73.155.000
(Ganhos) / perdas actuariais não reconhecidos	-	-4.318.000
Obrigação transitória diferida	14.595.000	15.744.000
Custos diferidos (acrescidos) – IAS 19	72.512.000	-61.729.000
Reconhecimento de diferenças actuariais		11.426.000
Provisão constituída – DC 19		73.155.000



Abaixo se discriminam os pressupostos mais significativos utilizados no cálculo actuarial das responsabilidades

	1999	1998
Taxa anual de crescimento dos custos com saúde	6.0%	6.0%
Taxa anual de crescimento dos salários	3.5%	3.5%
Taxa anual de desconto	6.5%	6.5%

iii) Plano de reestruturação dos activos

Decorrente de compromissos assumidos, existe um plano de reestruturação dos trabalhadores no activo nas filiais afectas ao SEP. De acordo com esse plano estão contemplados encargos decorrentes de rescisões com mútuo acordo e reformas antecipadas adicionais às expectáveis nos benefícios de reforma supra, no montante de 25 844 334 e 39 526 265 para 1998 e 1999, respectivamente.

Resumo

Deste modo, as provisões constituídas para fazer face às obrigações não cobertas por fundos, geridos por entidades externas independentes, são as seguintes:

	1999	1998
Benefícios de reforma	19.712.000	27.296.000
Cuidados médicos	72.512.000	73.155.000
Reestruturação de activos	39.526.265	25.844.334
Total	131.750.265	126.295.334

Caso tivessem sido utilizados os critérios do IAS 19, na sua nova versão, no final de 1998, os comparativos seriam:

	1999	1998
Benefícios de reforma	19.712.000	9.029.384
Cuidados médicos	72.512.000	61.729.000
Reestruturação de activos	39.526.265	55.536.950
Total	131.750.265	126.295.334

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



c) Contratos de Aquisição de Energia (CAE)

O Grupo assinou um contrato de aquisição de energia da totalidade da energia produzida pela Tejo Energia na sua Central Termoeléctrica do Pego até Novembro de 2021.

O Grupo assinou um contrato similar com a Turbogás para a sua Central Termoeléctrica da Tapada do Outeiro até Março de 2023.

De acordo com estes contratos o Grupo deverá efectuar pagamentos fixos mensais referentes à disponibilidade de produção de cada uma das centrais, quer utilize ou não essa disponibilidade para produzir energia, pagamentos estes condicionados e dependentes do bom desempenho das centrais, sendo que o Grupo EDP é absoluta e totalmente independente em relação a este desempenho.

O valor destes pagamentos fixos mensais será ajustado de acordo com a inflação e as taxas de juro.

O total dos pagamentos fixos mensais a efectuar durante a vida dos contratos será de 401 621 000 para

a Tejo Energia e de 427 070 000 para a Turbogás.

22. Responsabilidades Contingentes

Para além do referido na nota anterior, existem ainda no Grupo responsabilidades por garantias prestadas no montante de 23 milhões de contos.

Estas garantias são constituídas na sua quase totalidade por garantias bancárias, sendo o residual constituído por cauções em dinheiro. Não existem garantias reais.

23. Critérios Contabilísticos e Valorimétricos

a) Consolidação de Contas

Na consolidação de contas do Grupo foram utilizados 2 métodos, para as Empresas referidas na Nota 01 o método de consolidação integral, para as Empresas referidas nas Notas 02 e 03 o método de equivalência patrimonial.

Na aplicação do método de consolidação integral, foram incluídos na sua totalidade, no balanço, os



elementos do activo, do passivo e dos capitais próprios e, na demonstração de resultados, os custos e perdas e os proveitos e ganhos. Foram eliminados os saldos de balanço, os custos e perdas e os proveitos e ganhos relativos às operações efectuadas entre as Empresas incluídas na consolidação por este método.

Na aplicação do método de equivalência patrimonial foi efectuada a substituição no balanço da Empresa consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das Empresas participadas.

b) Imobilizações Incorpóreas

Estão registadas ao custo de aquisição ou produção, líquido de amortizações. Estes imobilizados são amortizados num período de 3 anos.

c) Imobilizações Corpóreas

i) Imobilizações de propriedade do Grupo

As imobilizações corpóreas estão registadas pelos valores resultantes da avaliação efectuada no exercício de 1992 sobre os valores de custo

(de aquisição ou construção) ou de reavaliações anteriores, líquidos das amortizações acumuladas. As imobilizações incluem encargos financeiros e diferenças de câmbio capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para financiar, bem como, encargos de estrutura, como a seguir se refere.

Os encargos financeiros incorridos são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar os imobilizados em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a Imobilizações em Curso (Nota 50.h), sendo os outros contabilizados em resultados do exercício (Nota 44). Até 1994 a Empresa capitalizou diferenças de câmbio resultantes de empréstimos em moeda estrangeira contraídos para financiar o investimento.

Os encargos gerais dos departamentos responsáveis pela realização dos projectos de investimento (Encargos directos – Nota 50.h) são imputados

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



aos empreendimentos em curso.

Os encargos gerais de estrutura são repartidos entre o investimento (Encargos de Estrutura – Nota 50.h) e a exploração, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente ao investimento imputada aos empreendimentos em curso.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas para a EDP, segundo despacho governamental, para o imobilizado afecto à produção, transporte e distribuição de electricidade e a taxas de utilização generalizada em Portugal para os restantes imobilizados, que se estimam correspondam à vida útil dos bens.

Os encargos financeiros, as diferenças de câmbio e os encargos de estrutura imputados às imobilizações são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

As taxas de amortização correspondentes às vidas úteis médias estimadas são as seguintes:

	Anos
Edifícios e outras construções	8 - 50
Equipamento básico	
Produção hidroeléctrica	32 - 60
Produção termoeléctrica	25 - 30
Transporte de electricidade	30
Distribuição de electricidade	10 - 30
Outro equipamento básico	5 - 10
Equipamento de transporte	4 - 25
Ferramentas e utensílios	3 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10
Diferenças de câmbio	10 - 60
Outras imobilizações corpóreas	10 - 25

Os imobilizados comparticipados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados do Grupo, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 45.c), pela amortização das comparticipações (registadas em Acréscimos e Diferimentos – Subsídios para o Investimento) efectuada durante um período de 30 anos, equivalente à vida útil média dos imobilizados do Grupo.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos e transferidos para resultados num período máximo de 6 anos conforme alínea c) desta mesma nota e Nota 50.d.



ii) Imobilizações afectas às concessões

Nos termos do Decreto-Lei nº 344-B/82, conforme referido na alínea d) da nota 00, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pelo Grupo. Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são mostrados em imobilizações corpóreas (Nota 27.c.iv), com contrapartida no passivo a médio e longo prazo (Outros Devedores e Credores – Conta de Regularização do DL 344-B/82).

Os valores destes imobilizados estão registados pelos valores resultantes da avaliação efectuada no exercício de 1992, líquidos das amortizações acumuladas.

Os imobilizados afectos à concessão são amortizados na mesma base e às mesmas taxas em que são amortizadas as imobilizações próprias da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 45.a), pela redução, em igual montante, da

responsabilidade para com os municípios registada no passivo.

A manutenção e reparação destes imobilizados é da responsabilidade do Grupo durante o período de vida do contrato de concessão, sendo os seus custos registados de forma consistente com os dos imobilizados próprios do Grupo.

iii) Aproveitamentos de Fins Múltiplos (parte não afectada)

Os aproveitamentos de fins múltiplos correspondem à parte dos aproveitamentos hidroeléctricos construídos pelo Grupo, utilizada para finalidades diversas não enquadradas na sua actividade (rega, abastecimento de água às populações, etc.), sendo por esse motivo subsidiados pelo Estado.

Estes imobilizados estão valorizados ao custo de construção, incluindo-se neste ainda os encargos de estrutura, como indicado nas imobilizações de propriedade do Grupo. Não são efectuadas amortizações sobre estes imobilizados.

O valor atribuído ao investimento da responsabilidade do Estado nos aproveitamentos de fins múltiplos

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



de Agueira, Raiva e Alqueva foi determinado pela aplicação das seguintes percentagens provisórias aos custos directos acumulados desses aproveitamentos à data do Balanço:

Agueira e Raiva 50%
Alqueva 65%

A participação recebida do Estado relativamente a estes aproveitamentos é mostrada no passivo a médio e longo prazo (Nota 33.a).

d) Investimentos Financeiros (excepto diferenças de consolidação)

Os investimentos financeiros em partes de capital em filiais e associadas estão valorizados pelo Método da Equivalência Patrimonial.

São implicitamente registados nesta rubrica os valores correspondentes a justos valores dos activos e passivos, nomeadamente direitos de concessão, contabilizados nas contas individuais das Empresas em Imobilizado Incorporado como Goodwill/Trespases.

Estes direitos são amortizados no período da respectiva concessão.

Os investimentos em imóveis estão registados pelo valor resultante da avaliação efectuada no exercício de 1992, sobre os valores de custo (de aquisição ou construção) ou de reavaliações anteriores, líquidos das amortizações acumuladas.

Os restantes investimentos financeiros estão registados pelo valor de custo.

Os rendimentos obtidos são contabilizados em resultados no exercício em que são liquidados.

e) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, ou ao preço de mercado se este for inferior ao de aquisição no caso de existências adquiridas ao exterior, e ao custo de produção no caso das existências produzidas internamente, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio.

f) Custos Diferidos

Despesas relacionadas com emissões de obrigações, bem como com grandes reparações e benfeitorias, são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos – Custos Diferidos e transferidas para resultados no período de vida daqueles títulos de



dívida ou no máximo de 6 anos, respectivamente (Nota 50.d).

g) Benefícios Sociais a Trabalhadores

O Grupo procede à contabilização dos custos resultantes de pensões e encargos associados de acordo com o disposto no International Accounting Standard nº19, derogando deste modo e nesta medida o disposto na Directriz Contabilística nº19, a qual corresponde à transposição para o normativo português da versão anterior daquela norma internacional.

O Grupo tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Para este efeito o Grupo constituiu um Fundo de Pensões autónomo, para o qual foi transferida a totalidade das responsabilidades passadas existentes em 99.12.31. O Grupo continuará a dotar este Fundo com os recursos correspondentes às responsabilidades que se forem vencendo em cada exercício.

Os trabalhadores do Grupo têm a possibilidade de optar pela reforma

antecipada, quando se encontrem em determinadas condições de idade e antiguidade pré-definidas.

Os trabalhadores do Grupo ao passarem à situação de reforma mantêm o direito à assistência médica em condições similares às do pessoal no activo.

h) Férias e Subsídios de Férias

No final de cada exercício o Grupo regista, em Acréscimos e Diferimentos – Acréscimo de Custos, o montante de encargos com férias e subsídios de férias já vencidos, mas cujo pagamento só é devido no exercício seguinte.

i) Trabalhos para a Própria Empresa

Os custos incorridos pelo Grupo na construção, por administração directa, de imobilizados e contabilizados na demonstração de resultados são objecto de capitalização. Os efeitos desta capitalização são mostrados em proveitos e ganhos operacionais (Nota 50.h).

j) Imposto sobre Rendimento do Exercício

O cálculo do imposto a pagar sobre o rendimento do exercício é efectuado com base na matéria tributável estimada.

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



O Encargo do imposto do exercício é corrigido dos impostos diferidos calculados de acordo com o disposto no IAS 12.

k) Dívidas de e a Terceiros em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são contabilizadas em moeda nacional ao câmbio em vigor na data das operações.

Os activos e passivos originariamente em moeda estrangeira são contabilizados em moeda nacional, sendo actualizados aos câmbios oficiais em vigor na data do Balanço (Nota 24).

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, excepto as capitalizadas no imobilizado até 1994 (Nota 23.c), são contabilizadas em resultados do exercício (Nota 44).

l) Instrumentos Financeiros em Derivativos

Exclusivamente com o objectivo de reduzir os riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio, a que o Grupo se encontra exposto, atendendo à existência de contratos de financiamento celebrados com várias instituições financeiras de topo a nível

mundial, o Grupo detém uma carteira de produtos derivados.

i) Cobertura do risco de taxa de juro

Tendo como objectivo a redução dos riscos financeiros e respectivos custos associados ao financiamento da sua actividade, o Grupo celebrou contratos de *swap* de taxas de juro, cujos vencimentos variam entre 4 e 7 anos. O Grupo não tenciona cancelar os contratos antes da data prevista inicialmente.

ii) Cobertura do risco de taxa de câmbio

O Grupo utiliza instrumentos de gestão do risco cambial associado ao seu endividamento em moeda estrangeira, tais como contratos a prazo de taxas de câmbio e *swaps* de moeda. Os contratos a prazo de taxas de câmbio têm vencimento entre 2 e 6 anos.

m) Vendas de Electricidade

A facturação de electricidade é efectuada numa base mensal ao longo de cada mês. As facturas mensais de electricidade são baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor.



As tarifas de energia eléctrica a clientes do SEP são fixadas pela ERSE de modo a permitirem a recuperação dos custos necessários para providenciar os serviços regulados, bem como uma determinada remuneração dos capitais aplicados.

A regularização, em tarifas futuras, dos ajustamentos provenientes de eventuais excessos ou insuficiências da referida recuperação, torna necessária a criação de métodos que permitam registar a periodificação daqueles excessos ou insuficiências.

Nesse sentido, os excessos ou insuficiências apuradas no exercício, relativamente aos valores aprovados pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, encontram-se escriturados em Acréscimos e Diferimentos (Nota 50.d).

Os proveitos respeitantes a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data do balanço, são acrescidos com base na média dos últimos consumos (Nota 50.d).

Os proveitos provenientes da venda de electricidade com a excepção atrás referida, de outros bens ou de prestações de serviços, são reconhecidas na data da sua facturação.

n) Correção da Hidraulicidade

A Correção da Hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei nº 338/91) para compensação dos custos variáveis da produção de energia eléctrica.

Em anos secos o sistema termoeléctrico é sobreutilizado e os gastos de combustíveis ou a importação de electricidade aumentam significativamente. Em anos húmidos a situação inverte-se. O Grupo não pode alterar as tarifas em função da variabilidade de custos resultante da hidraulicidade.

Neste contexto e para evitar distorções de grande significado nos resultados, os encargos com combustíveis e importação de electricidade, contabilizados na Demonstração de Resultados, são corrigidos positiva ou negativamente, em função da hidraulicidade ser favorável ou desfavorável (Nota 50.j).

O valor anual da correção da hidraulicidade, que ajusta anualmente os resultados líquidos do Grupo de modo a que correspondam à média das condições hidrológicas, é calculado

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



de acordo com parâmetros estabelecidos na lei e engloba:

- O diferencial entre o custo económico de produção de energia eléctrica e o custo económico de referência;
- Os custos ou proveitos financeiros associados ao saldo acumulado da conta de correcção da hidraulicidade;
- Uma parcela, que constituirá um proveito ou custo, correspondente ao montante necessário para tornar o valor esperado do saldo, a prazo de 10 anos, igual a um adequado nível de referência.

Estes custos e proveitos estão sujeitos à aprovação, por despacho Ministerial.

O saldo acumulado emergente dos custos e proveitos englobados no valor anual da correcção de hidraulicidade, conforme indicado na Nota 50.j, é mostrado numa conta de passivo.

24. Câmbios

As cotações cambiais face ao Euro utilizadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as do Banco de Portugal – cotações oficiais de divisas (indicativas) em 1999/12/31, conforme se indicam de seguida:

AUD	1.5422	EE	15.6466	NZD	1.9357	CVE	110.264
CAD	1.4608	GBP	0.62170	PLN	4.1587	MOP	8.0433
CHF	1.6051	GRD	330.30	SEK	8.5625	ZAR	6.184
CYP	0.57667	HUF	254.70	SIT	198.9055		
CZK	36.103	JPY	102.73	USD	1.0046		
DKK	7.4433	NOK	8.0765	BRL	1.7957		

25. Despesas de Instalação, Investigação e Desenvolvimento

A rubrica "Despesas de Instalação" inclui essencialmente custos com a constituição das Empresas. A rubrica "Despesas de Investigação e Desenvolvimento" não tem expressão no Grupo.



27. Imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros

a) Activo bruto

RUBRICAS	Saldo Inicial	Reavaliação / Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
Despesas de instalação	635.097		1.596.457		1.291.820	3.523.374
Despesas de investigação e desenvolvimento	1.233.019		488.263		478.352	2.199.634
Propriedade industrial e outros direitos	40.356		156			40.512
Imobilizado em curso	2.878.627		25.568.847		(1.814.137)	26.633.337
Total (1)	4.787.099		27.653.723		(43.965)	32.396.857
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	50.497.884				(26.450)	50.471.434
Subtotal (2.1)	50.497.884				(26.450)	50.471.434
Próprias						
Terrenos e recursos naturais	19.611.948		117.614	(589.544)	766.867	19.906.885
Edifícios e outras construções	64.460.202		1.929.811	(5.544.121)	(260.142)	60.585.750
Equipamento básico	4.156.994.390		18.835.135	(986.488)	66.449.889	4.241.292.926
Equipamento Técnico Específico	4.144.018.494		11.643.747	(28.610)	67.153.812	4.222.787.443
Produção de Electricidade	2.188.321.132		37.223		7.603.638	2.195.961.993
Produção hidroelétrica	1.531.328.960		37.223		1.898.004	1.533.264.187
Produção termoelétrica	649.820.950				5.176.835	654.997.785
Produção de energias renováveis	3.736.248				494.649	4.230.897
Aprov. fins múltiplos (parte não afectada)	3.434.974				34.150	3.469.124
Transporte de electricidade	317.198.020				10.803.640	328.001.660
Distribuição de electricidade	1.638.499.342		11.606.524	(28.610)	48.746.534	1.698.823.790
Outro equipamento básico	12.975.896		7.191.388	(957.878)	(703.923)	18.505.483
Equipamento de transporte	11.296.012		1.638.030	(1.102.773)	(350.818)	11.480.451
Ferramentas e utensílios	2.752.401		102.913	(1.221)	(230.722)	2.623.371
Equipamento administrativo	29.617.554		2.496.616	(42.686)	88.922	32.160.406
Taras e vasilhame			1.169		(836)	333
Outras imobilizações corpóreas	721.130		70.394		483.125	1.274.649
Subtotal (2.2)	4.285.453.637		25.191.682	(8.266.833)	66.946.285	4.369.324.771
Imobilizado em Curso	64.494.640		91.370.700		(73.261.974)	82.603.366
Aprov. Fins Múltiplos (parte n/afecta)	1.347.091		7.398		(35.650)	1.318.839
Adiantamentos p/c de imobilizações corpóreas	180.898		615.715		(234.983)	561.630
Subtotal (2.3)	66.022.629		91.993.813		(73.532.607)	84.483.835
Total (2)	4.401.974.150		117.185.495	(8.266.833)	(6.612.772)	4.504.280.040
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes de capital	197.385.415	(12.982.374)	189.949.991	(12.500)	(122.225)	374.218.307
Investimentos em imóveis	529.940					529.940
Outras aplicações financeiras	43.804					43.804
Total (3)	197.959.159	(12.982.374)	189.949.991	(12.500)	(122.225)	374.792.051
Total Geral (1) + (2) + (3)	4.604.720.408	(12.982.374)	334.789.209	(8.279.333)	(6.778.962)	4.911.468.948

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



b) Amortizações e provisões

RUBRICAS	Saldo Inicial	Reavaliação	Reforços	Regularizações	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de instalação	126.738		122.395	849.057	1.098.190
Despesas de investigação e desenvolvimento	498.499		269.938	706.896	1.475.333
Propriedade industrial e outros direitos	40.268		59	(222)	40.105
Total (1)	665.505		392.392	1.555.731	2.613.628
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	43.893.087		1.132.673	(26.450)	44.999.310
Subtotal (2.1)	43.893.087		1.132.673	(26.450)	44.999.310
Imobilizações Próprias do Grupo EDP					
Edifícios e outras construções	25.781.849		1.401.253	(2.693.434)	24.489.668
Equipamento básico	2.184.003.653		116.726.497	(1.602.614)	2.299.127.536
Equipamento Técnico Específico	2.174.017.650		115.110.267	(2.951.501)	2.286.176.416
Produção de Electricidade	1.172.554.182		47.541.920	(2.642.386)	1.217.453.716
Produção hidroeléctrica	782.943.038		28.996.802	(247.342)	811.692.498
Produção termoeléctrica	389.503.172		18.352.143	(2.395.044)	405.460.271
Produção de energias renováveis	107.972		192.975		300.947
Transporte de electricidade	160.926.796		9.658.988	127.541	170.713.325
Distribuição de electricidade	840.536.672		57.909.359	(436.656)	898.009.375
Outro equipamento básico	9.986.003		1.616.230	1.348.887	12.951.120
Equipamento de transporte	8.258.878		1.165.933	(1.219.266)	8.205.545
Ferramentas e utensílios	2.456.489		99.063	(234.611)	2.320.941
Equipamento administrativo	22.086.310		2.490.637	(306.094)	24.270.853
Taras e vasilhame				333	333
Outras imobilizações corpóreas	366.217		57.178	(1.838)	421.557
Subtotal (2.2)	2.242.953.396		121.940.561	(6.057.524)	2.358.836.433
Total (2)	2.286.846.483		123.073.234	(6.083.974)	2.403.835.743
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes de capital	4.483.444		5.975.569	(262.224)	10.196.789
Investimentos em imóveis	169.849		23.277		193.126
Total (3)	4.653.293		5.998.846	(262.224)	10.389.915
Total Geral (1) + (2) + (3)	2.292.165.281		129.464.472	(4.790.467)	2.416.839.286

- i) As diferenças de câmbio capitalizadas estão incluídas nas diferentes classes de imobilizado que afectaram.
- ii) O valor que era mostrado em exercícios anteriores como "Imobilizações Incorpóreo - Trespases" passou, conforme descrito na Nota 23.d), a ser mostrado em "Investimentos Financeiros - Partes de Capital", por o mesmo se referir a associadas.



iii) Nas imobilizações próprias do Grupo, o equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a Produção, Transporte e Distribuição de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos terrenos, edifícios e instalações.

iv) As imobilizações corpóreas do regime do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das Autarquias Locais em regime de concessão. Estes patrimónios que, embora explorados pelo Grupo continuam propriedade das Autarquias, totalizam em 31 de Dezembro de 1999:

Imobilizados	50.471.434
Amortizações	44.999.310
Valor líquido	5.472.124

Parte destes patrimónios poderão vir a ser transferidos para a propriedade do Grupo para liquidação, por encontro de contas, das dívidas dos respectivos Municípios (Nota 50.a.ii), ainda a aguardar regularização.

28. Capitalização dos Custos Financeiros

De acordo com o critério contabilístico definido na Nota 23.b, foram capitalizados no exercício em imobilizações em curso os seguintes montantes de juros de financiamento:

Edifícios e outras construções	41.197
Equipamento básico	1.891.501
Equipamento técnico específico	1.891.501
Produção de electricidade	855.769
Produção hidroeléctrica	153.659
Produção termoeléctrica	697.801
Produção eólica	4.309
Transporte de electricidade	440.685
Distribuição de electricidade	591.717
Estudos e projectos	3.330
	1.932.698

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



33. Dívidas de e a Terceiros – Médio e Longo Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

a) Dívidas a terceiros

	1999		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos por obrigações	75.504.089	327.981.000	403.485.089
Dívidas a instituições de créditos	217.045.994	132.759.332	349.804.326
Outros empréstimos obtidos	2.586.168	0	2.586.168
Outros credores	43.779	16.300.407	16.344.186
Cauções recebidas de clientes	0	16.300.407	
Outras cauções recebidas	43.779	0	
Part. do Estado p/Aproveitam. De Fins Múltiplos	0	3.957.418	3.957.418
Conta de regulariz. (DL 344 - B/82)	5.472.124	0	5.472.124
	300.652.154	480.998.157	781.650.311

	1998		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos por obrigações	62.550.000	152.500.000	215.050.000
Dívidas a instituições de créditos	212.724.030	118.713.946	331.437.976
Outros empréstimos obtidos	1.549.526	0	1.549.526
Outros credores	23.600	16.325.285	16.348.885
Cauções recebidas de clientes	0	16.325.285	
Outras cauções recebidas	23.600	0	
Part. do Estado p/Aproveitam. de Fins Múltiplos	0	3.957.418	3.957.418
Conta de regulariz. (DL 344 - B/82)	6.604.797	0	6.604.797
	283.451.953	291.496.649	574.948.602



b) Dívidas de terceiros

	1999		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Clientes – Autarquias – Dívida de 31.12.88	5.453.039	33.624.189	39.077.228
Provisão para Autarquias – Dívida de 31.12.88	0	(24.501.069)	(24.501.069)
Empresas Participadas e Participantes		1.563.686	1.563.686
Imobilizados em integração compensados	2.670.115	0	2.670.115
Provisão para imobilizados em integração compensados	(1.423.711)	0	(1.423.711)
	6.699.443	10.686.806	17.386.249

	1998		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Clientes – Autarquias – Dívida de 31.12.88	4.707.099	34.845.436	39.552.535
Provisão para Autarquias – Dívida de 31.12.88	0	(26.698.961)	(26.698.961)
Empresas Participadas e Participantes	3.811.368	10.441.248	14.252.616
Imobilizados em integração compensados	2.670.115	0	2.670.115
Provisão para imobilizados em integração compensados	(1.243.723)	0	(1.243.723)
	9.944.859	18.587.723	28.532.582

Detalhe da rubrica de Empresas Participadas e Participantes:

	1999	1998
Elcogás	1.491.278	1.665.670
Tejo Energia	0	1.204.122
Transgás	0	8.745.263
Bioelectrica	61.808	30.315
CCE	10.600	0
Optimus	0	2.607.246
	1.563.686	14.252.616

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



36. Vendas e Prestações de Serviços

Decomposição dos valores por actividades e por mercados (interno e externo):

a) Vendas

a.1) De energia eléctrica

	1999		1998	
Mercado Interno				
em muito alta tensão	7.026.312		7.461.249	
em alta tensão	31.131.304		34.851.137	
em média tensão	145.626.273		154.787.748	
em baixa tensão (>39,6 KVA)	46.818.018		44.912.358	
em baixa tensão	350.429.365		341.475.966	
em baixa tensão (ilumin. Pública)	14.906.195		14.672.005	
Descontos de interruptibilidade	(2.416.573)		(1.727.688)	
Descontos de correcção tarifária	(6.115.830)		(4.908.901)	
	587.405.064		591.523.874	
Mercado Externo	7.186.654	594.591.718	0	591.523.874

a.2) Outras - mercado interno

	1999		1998	
de Vapor	254.423		427.894	
de Cinzas	728.507		561.481	
de Produtos informáticos	3.361.451		2.313.019	
de Bens imóveis	9.600		26.063	
Materiais Diversos	3.267.712	7.621.693	559.559	3.888.016

b) Prestações de serviços

	1999		1998	
Mercado Interno				
de Electricidade	1.167.470		1.356.292	
de Engenharia	2.036.987		2.211.610	
Laboratoriais	61.248		68.436	
de Formação	53.228		61.511	
de Assistência Médica	183.325		179.303	
de Informática	1.901.899		1.579.755	
de Consultadoria	150.303		175.237	
de Telecomunicações	2.933.715		5.003	
Outros	3.006.726		1.811.888	
	11.494.901		7.449.035	
Mercado Externo				
de Consultadoria	2.174.911	13.669.812	615.082	8.064.117
		615.883.223		603.476.007



38. Imposto sobre o Rendimento

O Grupo EDP será tributado em sede de IRC pelo lucro consolidado, conforme autorização concedida pelo Ministro das Finanças, por um período de cinco anos, com início em 1998.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período de 5 anos. O último ano considerado como liquidado definitivamente pela administração fiscal reporta-se a 1994.

No entanto, não é previsível qualquer liquidação adicional em relação aos exercícios de 1995 a 1998.

O encargo de imposto registado no período, corresponde essencialmente a:

	Base Fiscal	Imposto
Resultados antes de impostos	1 64.696.383	
Diferenças permanentes	5.670.730	
	170.367.113	
Encargo normal de imposto (taxa 36,7%)		62.524.730
Ajustamentos de taxas e outros		(775.494)
		61.749.236

39. Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da EDP -Electricidade de Portugal, S.A., foram as seguintes:

Conselho de Administração	242.559
Fiscal Único / ROC	5.810
Mesa da Assembleia Geral	250

41. Reavaliação das Imobilizações Corpóreas e dos Investimentos Financeiros

As imobilizações corpóreas e os investimentos financeiros em imóveis foram reavaliados ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 430/78	Decreto-Lei n.º 171/85	Decreto-Lei n.º 7/91
Decreto-Lei n.º 219/82	Decreto-Lei n.º 118-B/86	Decreto-Lei n.º 49/91
Decreto-Lei n.º 399-G/81	Decreto-Lei n.º 111/88	Decreto-Lei n.º 264/92

O Decreto-Lei n.º 7/91 de 8 de Janeiro, que determinava a formação de novas sociedades anónimas constituídas por meio de cisões simples a partir da EDP, dispunha no seu art.º 8.º que se promovesse a avaliação do património da EDP, sendo esta avaliação efectuada por

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



entidades escolhidas de entre as previamente qualificadas pelo Ministério das Finanças para o efeito e sujeita à aprovação do Ministro das Finanças.

Esta avaliação, ao abrigo do Decreto-Lei nº 22/92 de 14 de Fevereiro, releva para efeitos fiscais, nomeadamente, no que se refere ao cálculo das reintegrações do exercício.

42. Custo Histórico das Imobilizações Corpóreas e Investimentos Financeiros

A comparação do valor contabilístico das imobilizações corpóreas com os respectivos custos históricos é apresentada no quadro seguinte:

	Custos Históricos	Acréscimos por Reavaliações	Valores Contabilísticos Reavaliados
Activo Bruto	2.034.835.812	2.384.960.393	4.419.796.205
Amortizações	440.506.447	1.963.329.296	2.403.835.743
Activo Líquido	1.594.329.365	421.631.097	2.015.960.462

As imobilizações corpóreas consideradas neste mapa incluem, quer as próprias do Grupo, quer as do Regime do DL 344-B/82, tal como discriminadas nos subtotais (2.1) e (2.2) dos quadros da nota 27.

43. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

O Grupo implementou no exercício a contabilização de "Impostos Diferidos" de acordo com o "Internacional Accounting Standard (IAS) nº 12".

O efeito da aplicação desta norma traduziu-se numa primeira fase, correspondente ao reconhecimento dos Impostos Diferidos existentes no início do exercício (Impostos transitados de exercícios anteriores), numa redução da Reserva de Reavaliação por contrapartida de Acréscimos e Diferimentos no montante de 68 302 584 e, num aumento dos Resultados Transitados por contrapartida de Acréscimos e Diferimentos no montante de 50 190 662, respectivamente pelo efeito dos Impostos originados por Reavaliações e por Provisões não fiscalmente aceites.

Numa segunda fase, correspondente ao reconhecimento dos Impostos Diferidos do exercício, a aplicação desta norma traduziu-se numa redução do Imposto sobre o Rendimento do Exercício por contrapartida de Acréscimos e Diferimentos no montante de 9 269 340.



44. Demonstração dos Resultados Financeiros

	Exercícios	
	1999	1998
Custos e Perdas		
Juros suportados	34.663.552	46.382.931
Perdas em empresas do grupo e associadas	5.855.946	4.101.246
Amortizações de investimentos em imóveis	23.276	23.276
Diferenças de câmbio desfavoráveis	3.839.913	23.624.562
Outros custos e perdas financeiros	8.358.279	13.946.985
Resultados financeiros	(28.159.977)	(40.929.060)
	24.580.989	47.149.940

	Exercícios	
	1999	1998
Proveitos e Ganhos		
Juros obtidos	10.908.472	15.562.772
Ganhos em empresas do grupo e associadas	3.781.904	1.913.249
Rendimentos de imóveis	23.577	18.681
Redimentos de participações de capital	2.284.617	481.278
Diferenças de câmbio favoráveis	4.917.827	22.960.184
Descontos de pronto pagamento obtidos	404.799	462.494
Outros proveitos e ganhos financeiros	2.259.793	5.751.282
	24.580.989	47.149.940

a) A rubrica de **Juros Suportados** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	1999	1998
Juros de Derivados	5.096.323	11.534.694
Juros da Correção de Hidraulicidade (*)	2.227.384	3.746.378

(*) Na Demonstração de Resultados encontram-se incluídos na rubrica "Outros custos e perdas financeiros e similares"

b) A rubrica de **Outros Custos e Perdas Financeiras** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	1999	1998
Comissões de Empréstimos	1.629.784	8.847.598
Amortizações de direitos da CERJ	1.908.582	1.908.582
Amortizações de direitos da EBE	2.105.121	526.280
Amortização de direitos da IVEN	1.230.547	0
Amortização de direitos da OPTPEP	426.480	0

c) A rubrica de **Juros Obtidos** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	1999	1998
Juros de Derivados	8.014.464	11.743.567
Juros debitados a Clientes de AT/MT/BTE por motivo de atraso na liquidação de facturação	247.001	411.028

d) A rubrica de **Outros Proveitos e Ganhos Financeiros** inclui, entre outros, o seguinte montante:

	1999	1998
Compensações debitadas a Clientes de BT/IP por motivo de atraso na liquidação de facturação	2.168.518	2.482.514

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



45. Demonstração dos Resultados Extraordinários

	Exercícios			Exercícios	
	1999	1998		1999	1998
Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos		
Donativos	260.938	266.938	Restituição de impostos	7.469	27.381
Dívidas incobráveis	3.311.357	1.106.114	Recuperação de dívidas	18.311	9.826
Perdas em existências	46.003	43.075	Ganhos em existências	24.705	28.514
Perdas em imobilizações	709.016	538.234	Ganhos em imobilizações	6.129.045	800.482
Multas e penalidades	2.338	21.610	Benefícios de penalidades contratuais	972.843	1.503.666
Aumento de amortizações e provisões	17.241.221		Reduções de amortizações e provisões	23.786.624	29.119.438
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.126.695	2.337.639	Correcção relativas a exercícios anteriores	1.412.437	639.711
Outros custos e perdas extraordinários	10.220.486	30.918.511	Outros proveitos e ganhos extraordinários	11.721.404	14.610.812
Resultados extraordinários	11.154.784	11.507.709			
	44.072.838	46.739.830		44.072.838	46.739.830

a) A rubrica de **Outros Custos e Perdas Extraordinários** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	1999	1998
Prémios para o Fundo de Pensões	4.465.000	3.489.294
Provisão para racionalização de recursos humanos	0	22.238.312
Insuficiência de estimativa para impostos	1.697.626	576.395
Indemnizações por rescisões negociadas	2.414.614	2.348.421

b) A rubrica **Redução de Amortizações e Provisões** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	1999	1998
Provisão para riscos diversos	10.309	114.691
Provisão para dívidas de cobrança duvidosa	5.732.924	11.405.554
Provisão para benefícios sociais a trabalhadores	17.552.645	12.000.621

c) A rubrica de **Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	1999	1998
Excesso de estimativa para impostos	64.553	147.021
Compensação de amortizações de imobilizações participadas	10.050.536	8.972.820
Compensação de amortizações de imobilizações corpóreas em regime de concessão	1.132.673	1.227.774
Bonificação da Correcção de Hidraulicidade	0	3.726.879



46. Movimento das Provisões

	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Para cobranças duvidosas	56.911.098	2.437.716	5.732.924	53.615.890
De dívidas de clientes	55.188.699	2.032.260	5.715.207	51.505.752
De outras dívidas de terceiros	1.722.399	405.456	17.717	2.110.138
Para riscos e encargos	133.657.733	28.932.360	23.750.559	138.839.534
Benefícios sociais a trabalhadores	126.295.424	23.007.486	17.552.645	131.750.265
Processos judiciais em curso	652.000	97.285	534.625	214.660
Outros riscos e encargos	6.710.309	5.827.589	5.663.289	6.874.609
Para depreciação de existências	0	61.323	58.830	2.493
Para investimentos financeiros	140.000	140.000	140.000	140.000
	190.708.831	31.571.399	29.682.313	192.597.917

50. Outras Informações

a) Dívidas de terceiros – médio e longo prazo

i) Clientes – Autarquias – Dívida de 31/12/88

O montante desta rubrica é mostrado líquido da compensação de débitos relacionados com patrimónios em integração a transferir para o Grupo (alínea ii) desta mesma nota), e de rendas devidas pelo Grupo naquela data.

ii) Imobilizados em Integração Compensados

Os imobilizados em integração compensados representam os valores líquidos, à data da integração, das dívidas das Autarquias Locais até 31 de Dezembro de 1988 compensadas com os respectivos patrimónios em integração (Imobilizações Corpóreas do regime do DL 344-B/82). A transferência destes valores para imobilizações corpóreas está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolos de regularização das dívidas a celebrar entre a EDP e as autarquias.

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



b) Clientes – curto prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

	1999	1998
Clientes c/c		
Nacionais		
Estado e Organismos		
Oficiais	5.374.095	5.332.829
Autarquias locais	3.933.607	3.029.186
Sector empresarial e particulares	38.047.410	50.634.605
Estrangeiros	1.520.382	432.714
	48.875.494	59.429.334
Clientes títulos a receber		
Sector empresarial e particulares	703	0
	703	0
Clientes de cobrança duvidosa		
Nacionais		
Autarquias locais	8.474.871	8.818.487
Sector empresarial e particulares	19.281.190	20.706.482
Estrangeiros	38.345	20.950
Provisão	(27.004.683)	(28.489.738)
	789.723	1.056.181

c) Outros devedores e outros credores – curto prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

	1999	1998
Outros Devedores		
Devedores por fornecimento de outros bens e prestação de serviços	11.526.976	6.711.574
Cauções prestadas a terceiros	88.454	91.441
Pagamentos por conta do Fundo de Pensões	11.152.561	4.893.346
Indemnização de Foz-Coa	24.835.172	24.235.901
Devedores diversos	7.409.465	5.760.597
	55.012.628	41.692.859

O valor referente a "Indemnização de Foz-Côa", que inclui o valor do imobilizado existente à data da suspensão da construção da barragem, acrescido dos encargos financeiros dessa imobilização contados à taxa Lisbor desde 1 de Janeiro de 1997, será, nos termos do Despacho Conjunto dos Senhores Secretários de Estado da Indústria e Energia e do Tesouro e Finanças, pago pelo Estado Português.

	1999	1998
Outros Credores		
Cauções e retenções recebidas de fornecedores e outros credores	147.498	133.616
Credores por fornecimento de outros bens e prestação de serviços	6.023	35.353
Rendas de concessão	1.270.142	731.549
Entidades credoras por cobranças efectuadas por Empresas do Grupo	1.774.646	1.917.150
Responsabilidades a pagar – Fundo de Pensões	8.253.294	2.117.000
Credores diversos	3.017.367	2.752.242
	14.468.970	7.686.910



d) Acréscimos e diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

	1999	1998
Acréscimos de proveitos		
Energia a facturar, por consumos ocorridos até à data do Balanço	16.499.932	17.326.236
Outros acréscimos de proveitos	2.590.646	1.670.994
	19.090.578	18.997.230

	1999	1998
Custos diferidos		
Reparações e beneficiações de imobilizado	1.783.122	1.626.941
Encargos com emissão de obrigações	517.923	694.891
Levantamentos cartográficos	367.590	206.879
Encargos com concessões	658.823	705.882
Impostos diferidos	52.482.970	0
Encargos de publicidade e propaganda	10.077.822	0
Outros custos diferidos	1.540.515	812.892
	67.428.765	4.047.485

	1999	1998
Acréscimo de custos		
Juros de empréstimos a liquidar	5.746.879	5.419.805
Férias e subsídios de férias	9.614.495	9.459.671
Responsabilidades a pagar ao Fundo de Pensões	0	3.544.754
Aquisição de energia	8.768.264	6.431.161
Diferença tarifária	1.543.869	0
Outros acréscimos de custos	1.889.854	2.066.245
	27.563.361	26.921.636

	1999	1998
Proveitos diferidos		
Subsídios para investimento	239.042.604	218.456.581
Impostos diferidos	61.325.552	0
Outros proveitos diferidos	2.609.139	2.329.149
	302.977.295	220.785.730

A rubrica **Diferença Tarifária** inclui a remuneração à taxa de 6% de terrenos, propriedade da REN, no valor de 6 340 371.

A rubrica **Subsídios para Investimento** representa o saldo acumulado líquido, dos valores recebidos deduzidos das amortizações anuais.

No exercício foram recebidos subsídios no montante de 30 529 631 contos, neles se incluindo 2 390 966 contos de fundos comunitários.

e) Estado e outros entes públicos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

	1999	1998
Valores a receber (Activo)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	5.780.843	1.289.130
	5.780.843	1.289.130

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



	1999	1998
Valores a pagar (Passivo)		
Imposto sobre o rendimento	14.695.356	31.751.888
Retenções de imposto sobre o rendimento	1.296.116	2.002.376
Imposto sobre o Valor Acrescentado	912.227	850.304
Segurança Social	1.552.266	1.548.354
Outros impostos e taxas	340.647	323.841
	18.796.612	36.476.763

f) Existências em matérias-primas, subsidiárias e de consumo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

	1999	1998
Combustíveis para produção térmica		
Em armazém		
Carvão	4.563.812	3.244.086
Fuel	7.906.789	2.776.246
Gasóleo	602.275	646.115
Em trânsito	1.038.236	2.344.692
Materiais diversos	7.838.263	4.447.344
	21.949.375	13.458.483

g) Rendas de concessão e de centros electroprodutores

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

	1999	1998
Rendas de concessões pagas às Autarquias	25.030.959	23.744.741
Rendas de centros electroprodutores pagas às Autarquias cuja circunscrição é atingida por zonas de influência de centros produtores de energia eléctrica	768.922	957.214
	25.799.881	24.701.955

h) Trabalhos para a própria empresa

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

	1999	1998
Consumo de materiais	15.294.378	18.121.607
Encargos directos internos	15.455.129	9.918.072
Encargos de estrutura	7.145.199	6.749.951
Encargos financeiros	1.932.698	3.127.959
Outros trabalhos para a própria Empresa	3.042.232	965.559
	42.869.636	38.883.148

O acréscimo verificado na rubrica Encargos Directos Internos deriva, essencialmente, do arranque do projecto de Telecomunicações do grupo através da ONITELECOM.

i) Subsídios à Exploração

Os subsídios à exploração referem-se, essencialmente, a verbas recebidas por motivo de alteração de traçados de redes de distribuição de electricidade.

j) Correção da Hidraulicidade

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

Saldo inicial	77.688.063
Diferencial negativo	(11.929.632)
Encargos financeiros	2.227.384
Saldo final	67.985.815



Na data em que as demonstrações financeiras são preparadas, estes valores guardam, nos termos da legislação em vigor, despacho de aprovação do Sr. Ministro da Economia.

k) Empréstimos por Obrigações

Os empréstimos por obrigações estão emitidos em escudos e euros a diferentes taxas de juro. As restantes características principais são:

	20ª emissão	21ª emissão	22ª emissão
Montante:	PTE 10.050.000	EUR 58.843.929	EUR 249.398.950,12
Taxa de juro:			
31 de Dezembro de 1998	4,688%	3,875%	3,563%
31 de Dezembro de 1999	3,063%	3,625%	3,500%
Pagamento de juros:	1 Fevereiro e 1 Agosto	23 Junho e 23 Dezembro	2 Junho e 2 Dezembro
Reembolsos:	3 anuais idênticos 1.02.1999	3 anuais idênticos 23.06.2000	4 anuais idênticos 2.06.2003

	23ª emissão	24ª emissão	25ª emissão
Montante:	EUR 149.639.369,15	EUR 249.398.499,06	EUR 299.278.738,33
Taxa de juro:			
31 de Dezembro de 1998	3,250%	4,156%	3,865%
31 de Dezembro de 1999	3,438%	2,906%	3,679%
Pagamento de juros:	20 Junho e 20 Dezembro	5 Janeiro e 5 Julho	23 Maio e 23 Novembro
Reembolsos:	4 anuais idênticos 20.12.2008	4 anuais idênticos 5.01.2002	6 semestrais idênticos 23.5.2006

Outras condições:

As 22ª, 23ª e 24ª emissões podem ser total ou parcialmente reembolsadas antecipadamente, respectivamente, em 2 Jun.2001 ou 2 de Jun.2002, em 20 Dez.2001 ou 20 Dez.2006, em 5 Jul. 2001 ou 5 Jan. 2003 por opção do Grupo ou dos obrigacionistas. A 25ª emissão pode ser total ou parcialmente reembolsada antecipadamente em 23 Nov. 2003 por opção do Grupo.

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



I) Empréstimos Bancários

As dívidas a instituições de crédito, de curto, médio e longo prazo têm a seguinte decomposição por moeda, após reconhecimento do efeito dos contratos de swap de moeda (todos os valores estão mostrados em milhares das respectivas moedas):

	1999		1998	
	Na moeda do empréstimo	PTE	Na moeda do empréstimo	PTE
PTE	46.590.459	46.590.459	323.688.135	323.688.135
EUR	3.051.259	411.240.524	215.182	43.140.081
DEM	42.913	4.398.796	848.127	86.937.078
NLG			38.213	3.476.427
BEF			709.195	3.524.569
FRF			265.129	8.103.218
GBP				
ITL				
ESP				
GRD				
CHF	10.235	1.278.366	20.847	2.599.452
USD			35	5.971
JPY			2.864.382	4.324.357
		463.508.145		475.799.287

As taxas de juro variável são geralmente baseadas na taxa interbancária oferecida. A dívida em PTE é baseada principalmente na LISBOR a três e seis meses. A taxa de juro variável nos empréstimos em moeda estrangeira e euros é baseada na LIBOR e EURIBOR a três e seis meses.

O Grupo tem disponível facilidades de crédito a longo prazo no montante de 42 500 000 contos a taxas baseadas na LISBOR a serem negociadas no momento da utilização e 600 000 000 euros indexados à EURIBOR. O grupo tem ainda disponível descobertos bancários contratuais no montante de 5 000 000 contos. Em 31 de Dezembro de 1999 estas duas verbas estão por utilizar. A taxa de juro destes descobertos é baseada no MMI (Mercado Monetário Interbancário).

As dívidas do Grupo não estão garantidas com activos do Grupo.



Os contratos de *swap* vigentes à data do Balanço eram os seguintes (em milhares das respectivas moedas):

	1999		1998	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Swaps de taxa de juro:				
DEM	30.428			
FRF	308.000			
EUR	1.275.000	1.275.000		
PTE		12.519.942	5.909.091	5.909.091
Swaps de moeda:				
JPY			30.300.000	
DEM			248.687	259.363
USD			79.366	2.086
ESP			290.465	290.465
PTE			4.203.374	79.275.052
CHF			43.985	
EUR			68.374	
FRF			308.000	

m) Movimentos dos Capitais Próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	600.000.000	1.446.000	0	601.446.000
Acções Próprias	0	(1.173.168)	0	(1.173.168)
Ajustamentos de Partes de Capital em Filiais e Associadas	3.394.189	0	4.517.851	(1.123.663)
Reservas de conversão cambial	(2.137.111)	0	6.877.294	(9.014.405)
Reservas de Reavaliação	464.247.129	0	69.748.584	394.498.545
Reservas:				
Reservas Legais	28.439.350	5.250.000	0	33.689.350
Reservas - DL 46031 e DL 46917	13.212.263	0	0	13.212.263
Reservas livres	72.283	2.500.000	0	2.572.283
Resultados Transitados – Casa-mãe	107.615	155.219.678	104.691.492	50.635.801
Resultados Transitados – Consolidação de Filiais	16.270.343	10.849.179	0	27.119.526
Resultado Líquido do Exercício	104.808.918	103.034.925	104.808.918	103.034.925
TOTAL	1.228.414.979	277.126.614	290.644.140	1.214.897.453

a) Na Reserva de Conversão Cambial está relevado o montante resultante da conversão cambial para a moeda nacional dos Capitais Próprios das Empresas Filiais e Associadas expressos em moeda estrangeira.

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 1999



b) Em Reservas de Reavaliação está relevada a contrapartida dos ajustamentos efectuados nas rubricas de imobilizações corpóreas e de investimentos financeiros em imóveis derivados das diversas reavaliações efectuadas (Nota 41), líquida dos montantes utilizados para aumentos de capital e para cobertura de resultados negativos transitados, e da componente de impostos diferidos correspondente.

Estas reservas só podem ser utilizadas para aumento do capital social, ou na cobertura de prejuízos, se existirem.

O movimento do exercício desta rubrica foi o seguinte:

Saldo inicial	464.247.129
Redução por incorporação no capital social	(1.446.000)
Redução por efeito da aplicação do IAS 12 (nota 43)	(68.302.584)
Saldo Final	394.498.545

c) Em conformidade com os estatutos da EDP a Reserva Legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

d) As Reservas do DL 46031 e DL 46917 – para Autofinanciamento e para Complemento de

Amortização Financeira – foram constituídas em conformidade com disposições contidas nos contratos dos empréstimos concedidos pelo International Bank of Reconstruction and Development, cujos capitais em dívida foram totalmente reembolsados no exercício de 1991.

e) Os Resultados Transitados – Consolidação de Filiais correspondem aos lucros retidos e outras variações nos capitais próprios das Empresas filiais incluídas na consolidação.

f) O movimento do exercício dos Resultados Transitados – casa-mãe foi o seguinte:

Saldo inicial		107.615
Transferência do resultado do exercício de 1998		104.808.918
Por aplicação em:		
Reserva Legal	5.250.000	
Reserva Livre	2.500.000	
Dividendos	84.000.000	
Distribuição de resultados aos Corpos Gerentes	195.240	
Distribuição de resultados aos Trabalhadores	3.517.400	
Reserva de Ajustamentos de Partes de Capital em Filiais e Associadas	(3.115.953)	
Resultados Transitados-Consolidação de filiais	12.344.805	(104.691.492)
Efeito da aplicação do IAS 12 (Nota 43)		50.190.662
Regularizações diversas		220.098
Saldo final		50.635.801

Gabinete de Consolidação Contabilística O Conselho de Administração
O Director
Técnico Oficial de Contas N.º 26 000

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa



	1999	
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	623.170.676	
Pagamentos a fornecedores	(208.386.990)	
Pagamentos ao pessoal	(89.997.542)	
Pagamentos de rendas de concessão	(25.799.881)	
Fluxos gerados pelas operações	298.986.263	
Pagamento do imposto s/ rendimento	(89.708.180)	
Outros recebimentos relativos à activ. operacional	12.926.879	
Outros pagamentos relativos à activ. operacional	(17.841.937)	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	204.363.025	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	2.937.500	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(9.733.647)	
Fluxos das actividades operacionais (1)		197.566.878
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	5.351.971	
Imobilizações corpóreas	6.721.293	
Imobilizações incorpóreas		
Subsídios de investimentos e participações	19.264.000	
Juros e proveitos similares	1.764.963	
Dividendos	2.284.617	35.386.844
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	189.752.825	
Imobilizações corpóreas	77.302.865	
Imobilizações incorpóreas	27.775.948	294.831.638
Fluxos das actividades de investimento (2)		(259.444.794)
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	1.222.285.936	1.222.285.936
Pagamentos respeitantes de:		
Empréstimos obtidos	1.029.915.454	
Juros e custos similares	29.916.831	
Dividendos	84.000.001	
Aquisição de acções (quotas) próprias	1.173.167	1.145.005.453
Fluxos das actividades de financiamento (3)		77.280.483
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		15.402.567
Efeito das diferenças de câmbio		(94.205)
Caixa e seus equivalentes no início do período		(28.799.200)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		(13.302.426)

Discriminação dos componentes de caixa e s/equivalentes	1999	1998
Numerário	104.498	13.844
Dep. bancários imediatam/ mobilizáv. e equiv. a caixa	(13.411.343)	(28.813.045)
Descobertos bancários	(15.961.606)	(28.828.249)
Outras aplicações de tesouraria	2.550.263	15.205
Outras disponibilidades	4.419	0
Disponibilidades constantes do Balanço	(13.302.426)	(28.799.200)

Gabinete de Consolidação Contabilística - O Director
Técnico Oficial de Contas Nº 26 000
Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalho

O Conselho de Administração





Documentos de Apreciação e Certificação

148	Certificação Legal de Contas Consolidadas
150	Relatório de Fiscalização das Contas Consolidadas (Referente a 1999)
152	Relatório e Parecer do Fiscal Único (Contas Consolidadas)
154	Relatório de Auditoria
155	Relatório do Auditor Externo
157	Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas
158	Dispensa de Publicação das Contas Individuais



Certificação Legal de Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da EDP-Electricidade de Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de balanço de 2 748 521 536 contos e um total de capital próprio de 1 214 897 453 contos, incluindo um resultado líquido consolidado de 103 034 925 contos), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício rindo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adaptadas, a sua aplicação



uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de EDP - Electricidade de Portugal S.A., em 31 de Dezembro de 1999, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 24 de Abril de 2000

Dr. António de Moura Rodrigues, em
representação de M.Rodrigues,
B.Assunção e Associado, SROC



Relatório de Fiscalização das Contas Consolidadas (Referente a 1999)

Ao Ex.mo.
Conselho de Administração da
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Lisboa

Ex.mos. Senhores:

1. Nos termos da alínea a), do número 1, do artigo 52.º, do decreto-lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, e dos artigos 451º e 508º do Código das Sociedades Comerciais e para os efeitos previstos na alínea e) do artigo 289º deste Código, emitimos o seguinte relatório de fiscalização.

2. Efectuámos a revisão legal das contas consolidadas do exercício de 1999, de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.

Na nossa acção fiscalizadora, procurámos privilegiar o seguinte:

- Apreciamos as certificações legais de contas das empresas incluídas na consolidação e tomámos conhecimento dos trabalhos dos auditores externos sobre as contas consolidadas.
- Apreciamos a harmonia da estrutura das demonstrações financeiras, dos princípios contabilísticos, dos critérios valorimétricos, dos critérios e taxas de amortização e das provisões, tendo em conta que as demonstrações financeiras consolidadas devem dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas nelas englobadas.
- Apreciamos o perímetro de consolidação, os métodos de consolidação utilizados e a justificação para as empresas excluídas.
- Apreciamos a eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas e o agrupamento das demonstrações financeiras das empresas consolidadas pelo método integral.
- Apreciamos as variações nos capitais próprios das empresas a consolidar.
- Apreciamos as variações dos saldos das rubricas "trespasses", "ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas" e "reserva de consolidação".
- Apreciamos a contabilização de "Impostos Diferidos", de acordo com o "International Accounting



Standard (IRS) nº 12". Em consequência verificou-se, numa primeira fase, correspondente ao reconhecimento dos Impostos Diferidos transitados de exercícios anteriores, uma redução da Reserva de Reavaliação por contrapartida de Acréscimos e Diferimentos no montante de 68,3 milhões de contos e um aumento dos Resultados Transitados, por contrapartida de Acréscimos e Diferimentos, de 50,2 milhões de contos, respectivamente, correspondente a impostos originados por reavaliações e por provisões não fiscalmente aceites.

- O balanço consolidado, as demonstrações dos resultados consolidados e respectivo Anexo e a demonstração dos fluxos de caixa foram objecto de um exame atento da nossa parte, constatando-se que estes documentos estão em conformidade com os registos contabilísticos, com as normas legais de consolidação e outras e com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

3. Em resultado dos trabalhos e verificações efectuados, não se evidenciaram situações que afectem as conclusões da Certificação Legal

das Contas, emitida em 24 de Abril de 2000.

4. Apreciamos o relatório consolidado de gestão que contém as informações exigidas na lei e é concordante com as contas anuais consolidadas.

Expressando todo o nosso reconhecimento pela atenção e colaboração que recebemos de V. Ex.as e de todos os órgãos e pessoal contactados, subscrevemo-nos, com a maior consideração, de V.Ex.as
Atentamente

António de Moura Rodrigues, em representação de
M. Rodrigues, B. Assunção e Associado,
SROC

Lisboa, 26 de Abril de 2000



Relatório e Parecer do Fiscal Único Contas Consolidadas

Senhores Accionistas:

Nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais e no Decreto-Lei n.º 26-A/96, de 27 de Março, apresentamos a V.Ex.as, no desempenho das funções de Fiscal Único da EDP – Electricidade de Portugal, SA, o nosso relatório e parecer sobre as contas consolidadas e o relatório consolidado de gestão apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício de 1999.

1. No final do ano, examinámos atentamente o balanço consolidado, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e dos fluxos de caixa e respectivos anexos, documentos que estão elaborados em conformidade com as disposições legais aplicáveis e apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira das empresas englobadas na consolidação.

2. Apreciámos o relatório consolidado de gestão elaborado pelo Conselho de Administração, que satisfaz o disposto no artigo 508º-C, do Código das Sociedades Comerciais e é concordante com as contas consolidadas do exercício.

O relatório consolidado de gestão é exemplarmente elucidativo da evolução da actividade das empresas do Grupo e da gestão dos negócios sociais e evidencia projectos e metas a atingir:

Dos factos mais relevantes para a vida do Grupo, ocorridos em 1999, destacam-se:

- elevado resultado líquido obtido pelo Grupo EDP: 103 milhões de contos, apenas 1,7% inferior ao de 1998, apesar do impacto negativo da acentuada redução das tarifas de electricidade, do aumento dos custos de produção da energia eléctrica e de negócios do Brasil;
- a consistente capacidade de gerar fundos: o *cash-flow* de 1999 (234,1 milhões de contos) foi superior em 1,1% ao do ano transacto;
- a continuação da melhoria dos resultados financeiros, em consequência da descida das taxas de juros até Outubro e da eficiência da gestão activa da dívida;
- a reorganização da actividade de distribuição de energia eléctrica, concretizada no início de 2000, com a criação de uma única empresa, tendo como objectivos principais o aumento da competitividade e a



melhoria da qualidade do serviço prestado aos clientes;

- a consolidação do processo de internacionalização com o alargamento da presença no Brasil, o reforço da posição accionista na CEM – Companhia de Electricidade de Macau e a aquisição, em associação, no final de 1999, de parte do capital da Electra, empresa cabo-verdiana de geração e distribuição de energia eléctrica;
- a crescente diversificação de actividades, com o reforço na área das telecomunicações, eleita o segundo mais importante negócio do Grupo, e com a entrada no negócio das águas e saneamento.

3. Em consequência dos exames efectuados, emitimos a Certificação Legal das Contas, com data de 24 de Abril de 2000, e o Relatório anual de Fiscalização das contas consolidadas.

4. Agradecemos a referência com que o Conselho de Administração nos distingue no seu Relatório e manifestamos o nosso muito apreço por todos os esclarecimentos, informações e apoios necessários ao desempenho da nossa actividade, recebidos com prontidão do

Conselho de Administração e de todos os órgãos e pessoal contactados. Agradecemos também a colaboração prestada pelos Auditores Externos.

5. Face ao referido anteriormente e à Certificação Legal das Contas, somos de PARECER que:

- Aproveis o Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço Consolidado, as Demonstrações dos Resultados Consolidados e dos Fluxos de Caixa e respectivos Anexos, respeitantes ao exercício de 1999, como apresentados e justificados pelo Conselho de Administração da EDP - Electricidade de Portugal, SA.

Lisboa, 26 de Abril de 2000

O Fiscal único

António de Moura Rodrigues, em representação de M. Rodrigues, B. Assunção e Associado, SROC



Relatório de Auditoria

Aos
Accionistas da
EDP - Electricidade de Portugal, SA.

1. Efectuámos a auditoria ao Balanço Consolidado da EDP - Electricidade de Portugal, SA., à data de 1 de Dezembro de 1999, bem como à Demonstração Consolidada dos Resultados por naturezas e à Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e ao respectivo Anexo. Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa, competindo-nos como auditores a emissão de uma opinião sobre estas, baseada na nossa auditoria.
2. A nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que planeemos e executemos a auditoria por forma a obtermos segurança aceitável sobre se as referidas Demonstrações Financeiras Consolidadas contêm ou não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui o exame, numa base de teste, das evidências que suportam os valores e informações

constantes das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Adicionalmente, uma auditoria inclui a apreciação dos princípios contabilísticos adaptados e a avaliação das estimativas significativas efectuadas pela Administração bem como a apreciação da apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Em nosso entender, a auditoria efectuada constitui base suficiente para a emissão da nossa opinião.

3. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação da EDP - Electricidade de Portugal, SA., a 31 de Dezembro de 1999, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 27 de Abril de 2000

PricewaterhouseCoopers - Auditores e Consultores, Lda.



Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação contida nos documentos de prestação de contas consolidadas da EDP - Electricidade de Portugal, SA, os quais compreendem o Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de 2 748 521 536 contos, um total de Interesses Minoritários de 387 056 contos e um total de Capital Próprio de 1 214 897 453 contos, incluindo um Resultado Líquido de 103 034 925 contos), a Demonstração Consolidada dos Resultados por naturezas e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação do Relatório Consolidado de Gestão e de Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do

conjunto das empresas compreendidas na consolidação, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas consolidadas, designadamente no que respeita à aderência aos princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre essa informação, baseada na nossa auditoria.

Âmbito

4. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras Consolidadas não contêm, ou contêm, distorções materialmente



relevantes. Para tanto, a referida auditoria incluiu: (i) a verificação de as Demonstrações Financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente auditadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizados na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) apreciação da adequação das políticas contabilísticas adaptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação de ser adequada a apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

5. A nossa auditoria abrangeu ainda o Relatório Consolidado de Gestão, tendo o nosso trabalho incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira divulgada, constante dos restantes documentos de prestação de contas, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios de suficiência, veracidade, objectividade

e actualidade definidos no Código do Mercado de Valores Mobiliários.

6. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos de prestação de contas consolidadas apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do conjunto das empresas compreendidas na consolidação da **EDP - Electricidade de Portugal, SA.** em 31 de Dezembro de 1999, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Lisboa, 27 de Abril de 2000

Bernardes, Sismeiro & Associados,
S.R.O.C., representada por:
Carlos Marques Bemardes, R.O.C.

Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas



Extracto da acta nº 1/2000 da Assembleia Geral da EDP – Electricidade de Portugal, S.A., realizada em 12 de Maio de 2000, na parte a que respeita a presente publicação legal:

"Seguidamente passou-se à votação do primeiro ponto um da ordem de trabalhos, tendo sido aprovados, por maioria, o relatório de gestão, assim como todos os demais documentos de prestação de contas do exercício de mil novecentos e noventa e nove, sem nenhum voto contra e com três abstenções".
(...)

"Passou-se, depois, à votação do segundo ponto da ordem de trabalhos tendo, igualmente, sido aprovados por maioria o relatório consolidado de gestão bem como todos os demais documentos de prestação das contas consolidadas do exercício de mil novecentos e noventa e nove, com um voto contra e trinta e nove abstenções. O senhor accionista que votou contra fez questão de explicar que a sua desaprovação incidia apenas sobre o parecer do fiscal único da sociedade".

"Entrou-se seguidamente na votação da proposta referente ao terceiro

ponto da ordem de trabalhos, apresentada pelo accionista Estado, do seguinte teor:

"1. Que os Resultados Líquidos do exercício de 1999, no valor de 103 034 924 311 escudos, tenham a seguinte aplicação:

Reserva Legal (5%)	5.151.750.000\$00
Dividendos	84.000.000.000\$00
Distribuição de Resultados aos Administradores	91.800.000\$00
Resultados Transitados	<u>13.791.374.311\$00</u>
	<u>103.034.924.311\$00</u>

2. Que os administradores participem na distribuição de resultados antes referida na proporção dos seus vencimentos."

A proposta foi aprovada por maioria, com vinte e oito votos contra e três abstenções. O senhor accionista que se absteve fez questão de esclarecer que a sua votação era uma sanção pelo facto de o accionista Estado ter apresentado a sua proposta tardiamente".

Lisboa, 18 de Maio de 2000

O Secretário da Sociedade
António Pedro Alfaia de Carvalho



Dispensa de Publicação das Contas Individuais

"A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 250º do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas individuais.

Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na sede desta Sociedade, de acordo com o estabelecido pelo Código das Sociedades Comerciais".







Anexo Estatístico

162	Principais Elementos Estatísticos
163	Financiamentos
164	Combustíveis e Aquisição de Energia Eléctrica
165	Balanço Energético
166	Consumo de Electricidade Segundo os Destinos (Consumos Finais)
167	Rede de Distribuição



Principais Elementos Estatísticos

Rubricas	Unidades	1995	1996	1997	1998	1999 ^(**)
Índice de Produtividade Hidroeléctrica	–	0,73	1,30	1,22	1,04	0,68
Produção	GW/h	25.636	26.179	24.817	28.899	25.112
Centrais hidroeléctricas	GW/h	8.014	14.169	12.472	12.425	7.010
Centrais Eólicas	GW/h	–	6	22	47	57
Centrais Termoeléctricas	GW/h	17.622	12.004	12.323	16.427	18.046
Recepção de Outros Produtores do SEP	GW/h	2.903	3.261	3.605	4.057	10.951
Saldo das Trocas com o Estrangeiro (a)	GW/h	914	1.111	2.897	272	-858
Recepção de Outras Empresas*	GW/h	1.121	1.514	1.752	1.917	2.241
Bombagem Hidroeléctrica	GW/h	159	137	100	101	491
Consumos e Perdas nas Centrais	GW/h	1.135	1.041	1.028	1.237	1.152
Consumos Referidos a Emissão	GW/h	29.279	30.887	31.944	33.807	35.803
Compensação Síncrona	GW/h	43	29	32	30	41
Fornecimentos de Energia Eléctrica	GW/h	25.972	27.452	28.687	30.363	32.280
A outros distribuidores	GW/h	121	151	103	111	121
A clientes directos MAT/AT/MT	GW/h	12.046	12.513	13.130	13.909	14.373
A clientes directos BT (inc. fornecimentos gratuitos)	GW/h	13.805	14.787	15.453	16.344	17.786
Perdas no Transporte e Distribuição	GW/h	3.218	3.349	3.167	3.359	3.421
Receitas da Venda de Electricidade (b)	1000 contos	527.601	538.811	560.766	591.523	594.592
Combustíveis para Produção de Electricidade	1000 contos	53.306	35.717	41.006	49.485	53.845
Aquisição de Energia Eléctrica	1000 contos	51.583	62.061	70.914	68.443	101.491
Investimento Total	1000 contos	112.987	104.738	88.763	81.786	123.805
Investimento Afecto a Electricidade (c)	1000 contos	105.438	96.078	80.268	73.756	78.479
Potência instalada nas Centrais (em 31 Dez)	MW	8.125	8.137	8.147	8.462	9.210
Centrais hidroeléctricas do Grupo EDP	MW	3.955	3.957	3.964	3.953	3.954
Outras renováveis Grupo EDP (eólicas e biomassa) (f)	MW	–	10	13	20	29
Centrais termoeléctricas do Grupo EDP	MW	3.555	3.555	3.555	3.505	3.505
Centrais termoeléctricas de outros produtores do SEP	MW	615	615	615	984	1.722
Instalações em Serviço (em 31 Dez)						
Rede de Transporte						
Subestações-Potência de transformação	MVA	15.456	16.206	16.269	16.609	16.652
Comprimento das linhas	Km	5.716	5.687	5.927	5.982	5.990
Rede de distribuição						
Subestações-Potência de transformação	MVA	11.693	12.074	12.405	12.690	12.752
Comprimento das linhas AT/MT	Km	52.769	53.933	48.196	55.351	56.232
Cabos subterrâneos AT/MT	Km	8.474	8.846	8.895	9.683	10.135
Postos de transformação-Potência instalada (d)	MVA	10.128	10.676	11.155	11.663	12.169
Redes BT	Km	103.032	106.388	108.942	112.075	114.914
Contadores	Milhares	4.829	4.950	5.079	5.215	5.366.479
Trabalhadores com contrato de trabalho (em 31 Dez) (e)	–	16.459	16.182	15.536	13.932	13.714
Número de Clientes						
Em Alta tensão/Média tensão	Milhares	15,9	16,3	17,0	17,5	18,2
Em Baixa tensão	Milhares	4.770,8	4.898,7	5.016,9	5.143,8	5.273,3

(a) – Saldo das trocas com o estrangeiro: Importação-Exportação

(b) – Com Fundo de Apoio Térmico (FAT), até 1994 inclusive, e sem "Permutas de energia eléctrica com o estrangeiro (saldo)"

(c) – Deduzida a participação do Estado nos investimentos em aproveitamentos hidráulicos de fins múltiplos

(d) – Valores referentes a postos de transformação de serviço público

(e) – Inclui, a partir de 1994, todos os trabalhadores das Empresas do Grupo EDP

(f) – Em 99 inclui 9 MW da Central de Mostáguia (biomassa)

(**) Ao abrigo de legislação específica

Fonte: CPPE, REN, Distribuidoras

Financiamentos



(mil contos)

DESIGNAÇÃO	Saldo no início do ano (câmbio de utilização)	Saldo no início do ano (câmbio de 98/12/31)	Movimento no exercício		Diferenças de câmbio pagas	Saldo no fim do exercício		Diferenças de câmbio
			Utilizações (câmbio de utilização)	Amortizações		Ao câmbio de utilização	Ao câmbio de 98/12/31	
Mercado Interno								
Médio e Longo Prazo								
Obrigações	220.000.000	220.000.000	-205.000.000	4.950.000		10.050.000	10.050.000	
Créditos Financeiros	199.174.848	199.174.848	-146.690.000	52.484.848		0	0	
Derivados	75.071.678	75.071.678	0	62.551.736		12.519.942	12.519.942	
	494.246.526	494.246.526	-351.690.000	119.986.584		22.569.942	22.569.942	0
Curto Prazo								
Créditos Financeiros			2.000.000	2.000.000		0	0	
Papel Comercial	17.500.000	17.500.000	253.500.000	260.500.000		10.500.000	10.500.000	
	511.746.526	511.746.526	-96.190.000	382.486.584		33.069.942	33.069.942	0
Mercado Externo								
Médio e Longo Prazo								
Créditos Financeiros	230.600.410	230.600.410	333.693.194	182.238.369	1.389.206	382.055.235	382.055.235	0
Crédito ao Equipam.	1.713.100	1.713.100	0	431.142	1.376	1.281.958	1.284.099	-2.141
Linhas de crédito Inv.	0	0	368.886.880	322.776.020	0	46.110.860	46.110.860	0
Obrigações	0	0	405.482.000	3.202.851	0	402.279.149	402.279.149	0
Derivados	-80.202.358	-80.202.358	0	-67.669.850	-1.195.688	-12.532.508	-12.532.508	0
	152.111.152	152.111.152	1.108.062.074	440.978.532	194.894	819.194.694	819.196.835	-2.141
Curto Prazo								
Créditos Financeiros	0	0	0	0		0	0	0
Papel Comercial	0	0	18.043.380	18.043.380		0	0	0
	0	0	18.043.380	18.043.380	0	0	0	0
	152.111.152	152.111.152	1.126.105.454	459.021.912	194.894	819.194.694	819.196.835	-2.141
TOTAL	663.857.678	663.857.678	1.029.915.454	841.508.496	194.894	852.264.636	852.266.777	-2.141



Combustíveis e Aquisição de Energia Eléctrica

	Unidades	1995	1996	1997	1998	1999
Combustíveis						
Quantidades						
Fuelóleo (a)	1.000 t	1.687,8	737,7	784,1	1.565,1	1.536,4
Gasóleo	1.000 kl	0,6	0,6	0,6	4,0	1,7
Carvão Nacional	1.000 t	93,5	43,0	99,1	0,0	0,0
Carvão Estrangeiro	1.000 t	3.442,7	3.073,4	3.084,4	3.101,5	3.490,9
Gás Natural	1.000 m ³	–	–	26.312,7	16.3761,3	376.277,7
Valores						
	1.000 contos	53.305,7	35.716,7	41.006,1	49.484,9	53.845,4
Fuelóleo (a)		25.790,9	11.744,8	13.563,4	21.885,5	21.927,4
Gasóleo		12,4	14,2	13,1	110,5	43,8
Carvão Nacional		827,4	368,5	877,7	0,0	0,0
Carvão Estrangeiro		26.675,0	23.589,1	25.754,3	24.147,3	23.421,3
Gás Natural		–	–	797,5	3.341,6	8.452,8
Aquisição de Energia Eléctrica (Import) (b)	1.000 contos	5.395,5	4.499,1	10.147,4	2.209,5	2.974,5
Aquisição a outros produtores	1.000 contos	33.447,7	41.128,0	41.866,0	46.597,2	76.988,0
Preços Médios						
Fuelóleo (a)	ESC/t	15.280,7	15.920,7	17.297,4	13.983,5	14.271,7
Gasóleo	ESC/kl	19.078,4	24.389,8	22.464,6	27.861,8	25.306,7
Carvão Nacional	ESC/t	8.849,8	8.571,1	8.860,2	–	–
Carvão Estrangeiro	ESC/t	7.748,3	7.675,3	8.349,8	7.785,7	6.709,2
Gás Natural	ESC/m ³	–	–	30,3	20,4	22,5
Aquisição de Energia Eléctrica (Import) (b)	ESC/kwh	5,90	4,05	3,50	8,27	5,83

(a) – Não inclui o consumo para produção do vapor na Central do Barreiro

(b) – Apenas inclui electricidade paga em divisas

(c) – Inclui o consumo em ensaios no Pego

Balanço Energético



	1999	1998	GWh
Produção	25.112	28.899	
Centrais hidroeléctricas	7.010	12.425	
Centrais eólicas e a biomassa	57	47	
Centrais termoeléctricas	18.046	16.427	
Consumos e perdas nas centrais	1.153	1.237	
Energia entrada na rede	40.780	37.607	
Emissão própria	23.960	27.662	
Recepção de outros produtores do SEP**	10.951	4.057	
Importação	3.628	3.971	
Outras recepções*	2.241	1.917	
Energia saída da rede EDP (1+2+3)	37.355	34.249	
1 – Venda de Energia	32.280	30.363	
Distribuidores	121	111	
Autarquias locais	0	0	
Outros distribuidores	121	111	
Fornecimento directo a consumidores	32.159	30.252	
Alta e média tensão	14.373	13.909	
Baixa tensão	17.786	16.344	
2 – Exportação	4.482	3.699	
3 – Sem receita	593	187	
Bombagem hidroeléctrica	491	101	
Compensação síncrona	41	30	
Consumos próprios + fornecimentos gratuitos	61	56	
Perdas no transporte e na distribuição	3.421	3.359	

* Ao abrigo de legislação

** Saldo



Consumo de Electricidade Segundo os Destinos (Consumos Finais)

	1998	1999	Variação 98/99	
			Valor	%
Número de Clientes	5.161.391	5.291.520	130.129	3%
Em alta tensão(*)	96	102	6	6%
Em média tensão	17.424	18.140	716	4%
Em baixa tensão	5.143.871	5.273.278	129.407	3%
Consumo de Electricidade (GWh) (**)	30.308	32.220	1.912	6%
Iluminação e outros usos	15.216	16.555	1.339	9%
Domésticos	8.317	9.094	777	9%
Não domésticos	6.899	7.461	562	8%
Iluminação de edifícios do Estado, dos corpos administrativos, etc.	1.366	1.527	161	12%
Cozinha e aquecimento	14	8	-6	-42%
Usos industriais	11.904	12.150	246	2%
Usos agrícolas	607	667	60	10%
Tração	316	364	48	15%
Iluminação pública	884	948	64	7%

Nota: Inclui fornecimentos a internos e consumos próprios

* Inclui clientes de Muito Alta Tensão

** Inclui consumos próprios

Rede de Distribuição



Resumo das instalações e equipamentos em serviço em 99/12/31

Empresas de distribuição de energia eléctrica	EN	CENEL	LTE	SLE	TOTAL
Subestações					
N.º de Subestações	101	70	110	84	365
N.º de Transformadores	192	112	201	140	645
Potência instalada (MVA)	4.929	2.179	3.208	2.437	12.752
Linhas (incluindo ramais em km)					
Aéreas					
AT (60/130 kV)	1.995	1.594	1.615	1.513	6.717
MT (<6/10/15/30/40 kV)	14.233	13.573	10.295	11.415	49.516
Cabos Subterrâneos					
AT (60/130 kV)	60	0	245	51	357
MT (<6/10/15/30/40 kV)	2.170	833	4.574	2.202	9.778
Postos de Transformação					
Unidades	16.107	10.972	10.092	8.963	46.134
Potência instalada (MVA)	4.924	1.855	3.234	2.156	12.169
Redes BT (km)					
Aéreas	39.006	24.311	12.972	15.731	92.020
Subterrâneas	7.861	1.590	8.360	5.082	22.894
Contadores (unidades)	1.951.957	1.000.425	1.479.743	934.354	5.366.479
AT+MT	10.109	3.767	5.158	2.744	21.778
BT+BTE	1.941.848	996.658	1.474.585	931.610	5.344.701

Resumo das instalações e equipamentos concluídos em 99/12/31

Empresas de distribuição de energia eléctrica	EN	CENEL	LTE	SLE	TOTAL
Subestações					
N.º de Subestações	3	1	4	0	8
N.º de Transformadores	4	1	5	5	15
Potência instalada (MVA)	88	20	65	123	296
Linhas (incluindo ramais em km)					
Aéreas					
AT (60/130 kV)	43	107	75	57	283
MT (<6/10/15/30/40 kV)	296	316	273	310	1.195
Cabos Subterrâneos					
AT (60/130 kV)	0	0	5	0	5
MT (<6/10/15/30/40 kV)	139	47	183	97	466
Postos de Transformação					
Unidades	468	450	341	293	1.552
Potência instalada (MVA)	157	89	166	66	478
Redes BT (km)					
Aéreas	670	722	432	404	2.228
Subterrâneas	257	152	497	219	1.125
Contadores (unidades)	160.559	53.319	33.475	26.962	274.315



Edição EDP • Electricidade de Portugal, S.A.
Gabinete de Comunicação e Imagem
Avenida José Malhoa, Lote A, 13
1070-157 Lisboa

Produção Gráfica • PLINFO Informação, Lda.
Avenida 5 de Outubro, 194, 1º Esqº
1050-064 Lisboa
Tel. 21 793 62 65 Fax 21 794 20 74
E-mail plinfo@mail.telepac.pt

Fotografia • Adelino Oliveira

Design • FPG Design

ISSN 0872 - 7732

Depósito Legal nº 89607/95

Maio de 2000

